



CARTA MAGNA DA COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO DA COMPETITIVIDADE 2011



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA
AIP - Conselho de Supervisão e Arbitragem



ÍNDICE

Carta Magna da Competitividade

- Visão Estratégica pág. 3
- Grandes Objectivos e Princípios Orientadores pág. 4
 - Novas Estratégias Empresariais pág. 5
 - Políticas Públicas pág. 6

Relatório da Competitividade 2011

- Introdução pág. 8
- Análise Sumária..... pág. 9
- Carteira de Indicadores
 - Input pág. 25
 - Output pág. 70
 - Indicadores de Enquadramento Macroeconómico..... pág. 79
- Benchmarking dos Indicadores 2003-2011 pág. 84

Carta Magna da Competitividade

VISÃO ESTRATÉGICA

Fazer de Portugal, nos próximos dez anos, um dos dez países mais desenvolvidos e atractivos da União Europeia.

Em 2008, passados cinco anos sobre a apresentação da Carta Magna da Competitividade, foi necessário proceder-se a uma reflexão de fundo, que designámos por **opções estratégicas e projectos estruturantes para um crescimento sustentado**. Tornou-se evidente que a visão estratégica contida na Carta Magna só é possível ser atingida se o desígnio europeu for integrado num desígnio maior, o do euro-atlantismo. Os oceanos, o espaço e o centralismo atlântico, geográfico e logístico de Portugal, oferecem novas potencialidades à inteligência e à capacidade empreendedora dos portugueses.

A fachada atlântica da Europa, associando Portugal e a Galiza são mais-valias de grande relevância nesta estratégia. O novo modelo de desenvolvimento impõe um forte investimento no **reforço e enriquecimento da carteira de actividades, produtos e serviços transaccionáveis com os quais Portugal se expõe perante a globalização**.

Em suma,

Exige-se um forte empenho da sociedade portuguesa na economia do conhecimento, baseado num crescimento sustentado, na qualidade e na inovação e orientado para aumentos significativos da produção de bens e serviços transaccionáveis.

Grandes Objectivos e Princípios Orientadores

- **Novas Estratégias Empresariais**
 - **Políticas Públicas**

NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

1. Melhorar a relação de troca da economia portuguesa com o exterior, através da valorização dos recursos humanos, da pedagogia da responsabilidade, da ambição de excelência nas empresas e do relacionamento com parceiros e mercados exigentes.
2. O acesso à excelência e à competitividade empresariais, compreende não fazer hoje aquilo que as empresas europeias fizeram há vinte ou trinta anos, mas fazer aquilo que as empresas europeias ainda não fizeram.
3. Transformar atrasos e constrangimentos históricos em oportunidades para a competitividade, antecipando as inovações e as mudanças mais rapidamente do que os concorrentes, através da análise das necessidades das pessoas e dos movimentos das sociedades.
4. A internacionalização, como condição para a competitividade das empresas, compreende o crescimento exponencial dos fluxos comerciais entre Portugal e o exterior e depende da capacidade de orquestrar as maiores oportunidades e os melhores recursos, estejam onde estiverem.
5. É determinante subir na cadeia de valor, através da integração de competências, próprias ou alheias, em produtos finais, desejáveis nos mercados externos, com a melhor relação entre o investimento e o valor acrescentado por recurso a empresas, portuguesas e estrangeiras, integradoras das capacidades nacionais.
6. A competitividade das empresas dependerá, cada vez mais, da qualidade dos seus produtos, crescentemente mais individualizados, com forte componente de serviço, entregues em pequenas quantidades, ou até individualmente, com grande rapidez, nos mercados mais exigentes.
7. O sucesso comercial e o reconhecimento internacional das empresas, dos produtos e das marcas, é o resultado natural da forte diferenciação e da elevada percepção do valor dos produtos e do serviço correspondente; o controle de canais de distribuição pode ser uma vantagem importante neste processo de afirmação de marcas e produtos nacionais.
8. Passar da fase de processo/produção para a fase da engenharia do produto/concepção.
9. Focalizar a atração de IDE em empresas de média dimensão, ainda não presentes na Europa, e em particular, na Península Ibérica, detentoras de novos produtos, tecnologias, serviços ou mercados que, preferencialmente, aproveitem a capacidade nacional instalada.
10. Ultrapassar a fase de “arquipélago” que caracteriza a actuação das empresas no seu relacionamento e desenvolver verdadeiras redes de partilha de informação e de capacidades entre empresas e entre estas e outros parceiros (universidades, centros de investigação e tecnologia, etc.).

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Adaptar os sistemas de educação e de formação às exigências da sociedade do conhecimento; desenvolver um sistema de formação profissional contínua (life learning) tendente ao reforço da produtividade do trabalho, da competitividade das empresas e da melhoria real das remunerações dos trabalhadores incluindo a partilha dos benefícios alcançados.
2. Consolidar as despesas públicas; reduzir a carga fiscal e para fiscal sobre as empresas, favorecendo a sua capitalização; canalizar o investimento público para projectos com valor acrescentado indiscutível.
3. Apoiar financeiramente projectos que se enquadrem nas novas estratégias empresariais e na produção de bens culturais; minimizar as falhas de mercado no financiamento de "start-up's", de activos intangíveis e de reestruturação de empresas.

Majorar os apoios concedidos sempre que os projectos também contribuam para uma distribuição de actividade empresarial regionalmente mais equilibrada.
4. Melhorar o enquadramento legislativo, eliminando a regulamentação desnecessária; simplificar os processos administrativos e generalizar regras de auditoria de boas práticas dos serviços da Administração Central, Regional e Local.
5. Melhorar o funcionamento do sistema da Justiça com o objectivo de assegurar na prática e em tempo útil o cumprimento dos contratos e a segurança da vida económica.
6. Melhorar a flexibilidade do mercado de trabalho, relativamente aos padrões dos nossos principais concorrentes no âmbito comercial e de IDE; promover o espírito empresarial e a promoção da excelência no meio laboral.
7. Implementar uma política de tratamento dos resíduos industriais e, de um modo geral, adoptar uma posição realista (não maximalista) na definição dos objectivos das políticas ambientais, considerando, conjuntamente, os efeitos ambientais, económicos e sociais.
8. Criar condições para o acréscimo do investimento privado no processo de inovação e para o desenvolvimento de projectos originais com parceiros internacionais exigentes; reforçar a cooperação e a coordenação entre empresas e instituições públicas de investigação tecnológica.
9. Assegurar uma concorrência efectiva a nível Nacional e, em particular, nos mercados da energia e das telecomunicações; promover a disponibilidade generalizada do acesso à Internet em banda larga a preços competitivos; dotar o país de infra-estruturas de transportes que contribuam para uma maior centralidade.
10. Garantir a sustentabilidade do sistema de Segurança Social, reduzindo os encargos suportados pelos empregadores; melhorar a eficiência do sistema e erradicar situações de fraude e abuso.

Relatório da Competitividade 2011

INTRODUÇÃO

O Relatório da Competitividade de 2011 actualiza pela oitava vez a “Carteira de Indicadores”, que integrou a Carta Magna da Competitividade, apresentada publicamente pela Associação Industrial Portuguesa em Julho de 2003.

O objectivo é monitorizar a evolução dos indicadores e a sua comparação com os relativos a 15 economias europeias, pelo que se tem mantido a mesma metodologia baseada numa análise tipo “input - output”.

Os indicadores de “input” respeitam a factores de competitividade, que de uma forma mais ou menos directa podem gerar, num dado horizonte temporal, contributos significativos para a evolução da competitividade, ou seja, factores que de algum modo possam constituir-se com “policy drivers” no domínio da evolução da competitividade. Os indicadores de output referem-se a “resultados” no domínio da criação de riqueza e emprego.

As economias objecto de comparação são as mesmas desde o início deste exercício: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Grécia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal e Reino Unido e novos Estados-membro da UE: Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Polónia e República da Checa. No seu conjunto tem-se 16 das 27 economias da UE e 10 das 17 que constituem actualmente a Área Euro. Quando possível são referenciados dados para os EUA e Coreia.

A composição da “Carteira de Indicadores” tem-se mantido relativamente estável. No entanto, ao longo destes 8 anos incluíram-se alguns novos indicadores, seja por substituição de algum indicador que não seja possível actualizar, ou pelo interesse que o próprio indicador reveste. Para estes novos indicadores foi também considerada a série dos valores do indicador nos anos abrangidos pela “carteira”.

A análise que se segue baseia-se, essencialmente, na informação que serviu de base à elaboração dos indicadores. Refere-se de forma sintética a evolução verificada em Portugal, enquadrada com a registada nas outras economias consideradas para efeitos de comparação.

O relatório da Competitividade de 2011 inclui pela primeira vez um “benchmarking” dos indicadores. Compara-se o valor de cada indicador com a média da UE e o seu posicionamento relativo no conjunto das 16 economias, nos anos/períodos considerados na “Carteira de Indicadores” desde o seu início em 2003.

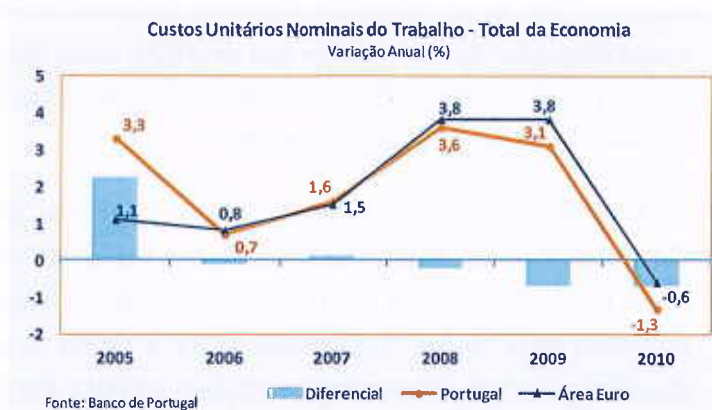
ANÁLISE SUMÁRIA

INDICADORES DE INPUT

CUSTOS LABORAIS

- Os custos unitários nominais do trabalho, relacionando a variação das remunerações por trabalhador e a produtividade aparente do trabalho, são um indicador importante na competitividade / preço dos bens e serviços. Este indicador numa economia integrada na União Monetária, como é o caso da portuguesa, ganha uma importância acrescida.

- Em 2010, segundo o Banco de Portugal, a variação dos custos unitários nominais do trabalho foi de -1.3% (+3.1% em 2009). A variação média na Área Euro foi de -0.6% (+3.8% em 2009), sendo o diferencial entre a variação registada em Portugal e na Área Euro de -0.7%.



- O diferencial entre Portugal e Área Euro é igual em 2009 e 2010. Em 2009, Portugal teve uma variação da produtividade praticamente nula (+0.1%), mas esta variação na Área Euro foi de -2.4%, diferencial (+2.5 p.p.) que compensou o facto de a variação das remunerações por trabalhador em Portugal terem sido superiores à da Área Euro em +1.8 p.p.. Em 2010, a variação das remunerações foi praticamente igual (+0.1 p.p. em Portugal) e a variação da produtividade foi superior em Portugal em +0.8 p.p..
- No período 2007-2010, com base em dados da Comissão Europeia, Portugal teve uma variação média anual dos seus custos unitários nominais inferior à da Área Euro em cerca de 0.5 p.p.. Esta variação em Portugal foi idêntica à da Alemanha e entre os países da Área Euro considerados, apenas superior à registada na Irlanda.

FISCALIDADE

- A fiscalidade tem uma influência importante na competitividade das economias, nomeadamente numa época de globalização dos mercados e de crescente mobilidade dos factores de produção.

Para além dos efeitos no desenvolvimento da actividade económica em geral, a fiscalidade e a sua eficiência económica tornaram-se factores importantes na alocação, captação ou afastamento de recursos.

- Em Portugal, a carga fiscal (incluindo as contribuições para a segurança social) em 2009, foi de cerca de 31% em relação ao PIB. Este valor é inferior ao registado em 2008 (-1.8 p.p.). De notar que no essencial esta diminuição não resultou da redução de taxas mas no facto de num ano de crise económica as receitas fiscais terem diminuído de forma mais intensa que o PIB. A carga fiscal em Portugal é inferior à média (aritmética) das cargas fiscais da UE (35.8%, em 2009) e da Área Euro (36.5%) e tem um valor próximo dos registados na Polónia (31.8%), Espanha (30.4%) e Grécia (30.3%). A Irlanda (28.2%) e a Eslováquia (28.8%) registavam em 2009 os valores mais baixos, entre os países considerados na análise.
- Em 2009, a carga fiscal voltou a reduzir-se, na maioria das economias da União Europeia estando esta evolução ligada a efeitos da crise económica e financeira. Estas variações da carga fiscal foram mais significativas na Espanha (-2.8 p.p.), Reino Unido (-2.6 p.p.), Polónia (-2.5 p.p.), Portugal (-1.8 p.p.), Irlanda (-1.5 p.p.), Grécia (-1.4 p.p.) e França (-1.3 p.p.).

A UE tem comparativamente aos EUA, Japão, e outros países não europeus da OCDE uma carga fiscal elevada. Em 2009, a carga fiscal média (ponderada) foi de 38.4% na UE, 28.1% no Japão e de 24.0% nos EUA.

As diferenças entre as cargas fiscais dos países da UE são significativas, variando entre um valor máximo de 48.1% na Dinamarca e um valor mínimo de 26.6% na Letónia.

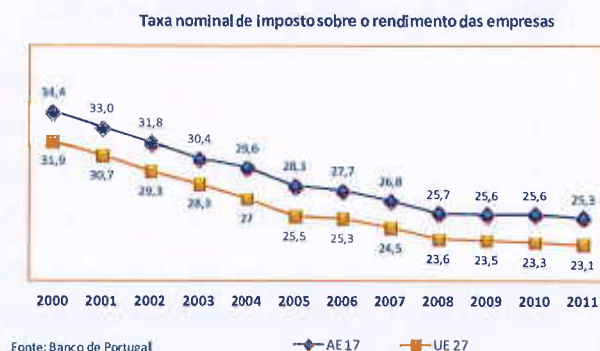
Em Portugal, as receitas dos impostos sobre o rendimento das empresas, em 2009, situaram-se em cerca de 2.9% em relação ao PIB (-0.8 p.p., que em 2008), valor semelhante ao da média da Área Euro (3.0%) e da UE (2.8%). No conjunto dos 16 países, o valor de Portugal é o 3º mais elevado a seguir à República Checa (3.6%) e Itália (3.4%). De um modo geral na UE o rácio entre as receitas de impostos sobre o rendimento das empresas e o PIB diminuiu em 2009. As variações mais significativas registaram-se na Letónia (-1.6 p.p.), Finlândia (-1.5 p.p.), França (-1.5 p.p.) e Países Baixos (-1.3 p.p.).

- Em Portugal, os impostos sobre o rendimento das empresas representaram em 2009, cerca de 9.3% do total das receitas fiscais (-1.9 p.p. que em 2008). Este valor é o terceiro mais alto no conjunto dos 16 países, a seguir à República Checa (10.5%) e Eslováquia (9.4%). Nestes países, em 2009, o peso dos impostos sobre o rendimento das empresas diminuiu em todos excepto na Grécia que praticamente se manteve. As variações mais significativas registaram-se na Finlândia (-3.4 p.p.), França (-3.4 p.p.), Países Baixos (-3.2 p.p.) e Eslováquia (-2.2 p.p.).
- A disparidade entre Estados-membro da UE é significativa. O peso dos impostos sobre o rendimento das empresas em relação ao PIB, em 2009, registou valores extremos em Malta

(6.7%) e Chipre (6.5%) e na Estónia (1.8%) e França (1.3%) e em percentagem das receitas fiscais variaram entre 19.7% em Malta e 18.4% em Chipre e 3.0% na França, e valores na casa do 5% na Alemanha, Dinamarca, Eslovénia, Estónia.

- Portugal em 2011 mantém uma taxa nominal de impostos sobre os rendimentos das empresas de 25%. A matéria colectável até 12.500 Euros é tributada a uma taxa de 12.5%. Acresce uma derrama municipal de até um máximo de 1.5% do lucro tributável e uma derrama estadual, introduzida em 2010, que corresponde a uma taxa adicional de 2.5% sobre a parte do lucro tributável superior a dois milhões de euros. A taxa nominal pode assim atingir em determinadas situações cerca de 29%.

- Na UE mantém-se a tendência para a descida das taxas nominais de imposto sobre o rendimento das empresas, mas a um ritmo mais baixo nos dois últimos anos. Em 2011, a média aritmética das taxas baixou 0.2 p.p. na UE e -0.3 p.p. na Área Euro.



Em 2011, quatro países da UE alteraram as suas taxas nominais – Grécia (-4 p.p.), Reino Unido (-1.0 p.p.), Países Baixos (-0.5 p.p.) e Luxemburgo (+0.2 p.p.). Existe uma significativa disparidade das taxas nominais de imposto sobre rendimentos das empresas com uma diferença de 25 p.p. entre a taxa nominal mais alta (35% em Malta) e a mais reduzida (10% na Bulgária e Chipre).

- Salienta-se que a comparação entre as taxas nominais de imposto sobre o rendimento das empresas, aplicadas em cada Estado-membro, deve ser objecto de cautela, na medida em que existem vários aspectos, não contemplados nesta análise, que variam de país para país, nomeadamente ao nível dos conceitos de matéria colectável, da existência de taxas mais baixas para determinadas situações específicas, de taxas adicionais e do tratamento diferente dos lucros distribuídos e não distribuídos.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- A qualificação dos recursos humanos em termos de educação formal é considerada como um indicador do stock do capital humano das economias, ou seja, das “skills” existentes na população. Nas economias desenvolvidas o ensino secundário é considerado como requisito mínimo de entrada no mercado do emprego. Este nível de qualificação é considerado

fundamental para o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida e de acções de formação profissional. O ensino secundário tem vindo a tornar-se a regra como grau de escolaridade mínima, sobretudo entre as faixas etárias mais jovens.

- Portugal tem estruturalmente uma situação muito vulnerável em matéria de qualificações dos seus recursos humanos. Em 2009, apenas 30% da população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos tinham pelo menos o ensino secundário. A Espanha (52%) e Itália (54%) são os países com valores mais próximos. Nos grupos etários mais jovens, a situação é menos negativa. Cerca de 48% da população do grupo etário 25-34 anos completou pelo menos o ensino secundário (64% em Espanha; 70% em Itália).
- Em Portugal, em 2010, apenas 58.7% dos jovens com idades entre os 20 e 24 anos tinham pelo menos o ensino secundário. Este valor, embora represente uma evolução positiva nos últimos anos (39.3% em 1998; 49.0% em 2005), é o mais baixo entre o conjunto dos países em análise. De salientar que 10 destes países registam valores superiores a 80%.

Portugal - Jovens que concluíram pelo menos o ensino secundário
(% da população no escalão 20-24 anos)



De referir que em Portugal, tal como acontece na maioria dos países europeus, o peso dos jovens no escalão etário 20-24 anos, com pelo menos o ensino secundário, é superior nas mulheres (+7.9 p.p.) do que nos homens. No entanto, nos últimos três anos o peso relativo das mulheres com pelo menos o ensino secundário não regista variações significativas.

- O elevado abandono escolar precoce continua a condicionar significativamente a necessária melhoria dos níveis de qualificação da população portuguesa. Em 2010, cerca de 30% dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos abandonaram o sistema de ensino ou de formação sem completarem a escolaridade mínima obrigatória.

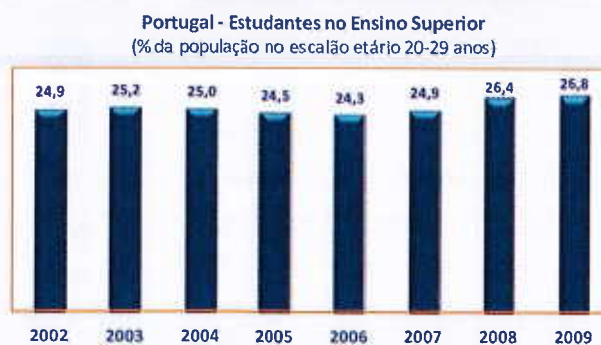
Portugal - Abandono escolar precoce
(% da população no escalão etário 18-24 anos)



Neste domínio tem-se verificado uma evolução positiva nos últimos anos (a taxa de abandono escolar era de 45% em 2002), mas o valor actual é ainda muito elevado. No conjunto dos 16

países considerados só a Espanha tem um valor semelhante (28.4%) e no conjunto da UE apenas Malta (36.9%) regista valores superiores a Portugal. O valor médio da taxa de abandono escolar na UE era em 2010 de 14.1%.

- O abandono escolar precoce poderá não ser apenas uma consequência do desempenho individual do estudante, mas ser visto também como um indicador de eficiência do sistema de ensino, na medida em que os estudantes considerem o ensino pouco adequado às suas expectativas ou menos atractivo do que alternativas no mercado de trabalho.
- A taxa de participação no sistema de ensino dos jovens portugueses com idades entre os 16 e 18 anos de idade tem vindo a melhorar. Em 2009, a taxa de participação dos jovens com 16 anos era de 98%, mais 3 p.p. que a média da UE. Aos 17 anos esta participação desce para 88%, valor idêntico à média da UE. Nos jovens com 18 anos a taxa de participação baixa para 74%, menos 3 p.p. do que a média da UE.
- A aprendizagem ao longo da vida, seja na vertente de melhoria das competências profissionais, seja na melhoria efectiva dos níveis de escolaridade da população activa, tem em Portugal uma importância acrescida face à situação existente em matéria de qualificação dos recursos humanos. Em 2010, cerca de 5.8% da população activa entre os 25 e os 64 anos participou em acções de formação. É um valor que se insere na trajectória de melhoria nos últimos anos (2.9% em 2002), mas que está aquém das necessidades portuguesas e da média europeia (9.1% na UE; 7.9% na Área Euro).
- Elevadas taxas de participação no ensino superior facilitam a obtenção de maiores níveis de qualificação e o desenvolvimento de competências profissionais mais elevadas. Adicionalmente competências específicas em áreas ligadas à ciência e tecnologia assumem especial relevância, na medida em que são uma fonte importante na inovação, instrumento cada vez mais importante para o crescimento nas economias baseadas no conhecimento.
- Em Portugal, a situação no ensino superior é em termos relativos melhor do que ao nível do ensino secundário. Em 2009, cerca de 26.8% da população do escalão etário 20-29 anos frequentava o ensino superior. Este valor era inferior à média da UE em 2.8 p.p.. De notar a disparidade



Fonte: Eurostat

nos valores deste indicador com a Finlândia (44.6%), Eslovénia (40.1%) e Dinamarca (37.2%) a registarem os valores mais elevados e a Irlanda (25.1%) e Alemanha (24.7%) os mais baixos.

- Relativamente aos novos licenciados em áreas científicas e tecnológicas, em 2009, o número de novos licenciados em ciência e tecnologia por mil habitantes, no escalão etário 20-29 anos foi de 14.6%, valor próximo da média da UE (14.3%) e do valor da mediana (14.9%) nos países considerados.
- As despesas públicas em educação representam em 2008, 11.0% do total das despesas públicas em Portugal. Este valor é idêntico aos registados nos últimos anos que variaram no período 2004-2010 entre os 11.0% e 11.6%. Em comparação com o PIB, as despesas públicas em educação foram de 4.9%, valor inferior ao dos últimos anos que se situou na casa dos 5.3%.

AMBIENTE E ENERGIA

- Os preços de energia são uma variável estratégica na competitividade das economias, quer pelo seu impacto directo na estrutura de custos das empresas, quer pelas suas repercussões na actividade económica em geral. As opções de política energética tomadas para responder ao desafio das alterações climáticas, bem como a dinâmica de crescimento das economias emergentes, são factores que, nos últimos anos, têm vindo a exercer influência acrescida na evolução dos preços de energia.
- Neste Relatório apenas se analisam os preços médios (sem taxas e IVA) do gás para consumidores industriais com um consumo anual entre 10 mil e 100 mil gigajoules e da electricidade para “pequenos” e “grandes” consumidores industriais, respectivamente, com consumos anuais entre 20 e 500 MWh e 2000 e 20000 MWh.
- No 1º semestre de 2011, o preço médio do gás (sem taxas e IVA) em Portugal para o consumidor industrial no escalão referido era de 9.38 €/GJ, superior ao valor mediano da UE em 3% e ao praticado no mercado espanhol em 16%. Comparativamente ao 1º semestre de 2010, estes preços do gás registaram um aumento significativo na grande maioria dos Estados-membro da UE, sendo o aumento verificado em Portugal de +23.1%. Com variações superiores apenas a Alemanha, Irlanda e Dinamarca. De referir que as “taxas e impostos” são bastante diferentes nos diversos países da UE. No caso dos preços do gás no escalão referido, os preços praticados em Portugal melhoram a sua posição relativa quando se consideram os preços com todas as taxas incluídas. Comparativamente a Espanha, os preços do gás são superiores em Portugal nos 5 escalões para os quais se dispõe de dados, principalmente nos escalões de consumo mais baixos (+31.7% no escalão de consumo inferior a 1000 Gj).

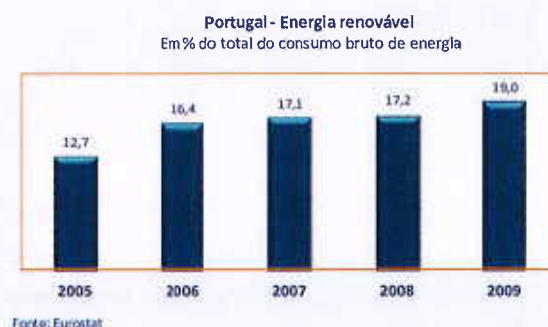
- Os preços médios de electricidade em Portugal, no 1º semestre de 2011, foram de 84€/MWh no escalão “grandes” consumidores industriais. Este valor situa-se na mediana dos preços dos países considerados na análise e inferior ao praticado em Espanha em cerca de 3.6%. Neste semestre os preços de electricidade eram, neste escalão, mais baixos na Alemanha e em França. Para os “pequenos” consumidores industriais o preço médio de electricidade foi de 92€/MWh, preço inferior, quer face ao valor mediano da UE, quer face a Itália, Espanha, Reino Unido e Alemanha.
- Comparativamente ao 1º semestre de 2010, regista-se um agravamento dos preços de electricidade para os grandes consumidores industriais (+10.8%), variação superior à registada na maioria dos países da UE e particularmente face ao verificado nos principais parceiros comerciais de Portugal (Espanha, Alemanha, Reino Unido e França). A variação dos preços médios neste escalão, considerando taxas e IVA, foi de 13.3% (12.7% sem IVA). No mesmo período, os preços para os pequenos consumidores industriais registam uma redução de -3.4% em Portugal, variação mais favorável que a verificada nos principais parceiros comerciais indicados. Considerando taxas e IVA os preços aumentaram 6.6% (5.4% sem IVA).
- O nível de intensidade energética é um factor importante na competitividade das economias. O nível de consumo de energia por unidade produzida deve ser permanentemente melhorado, permitindo não só uma efectiva redução de custos, mas também um melhor cumprimento de objectivos de natureza ambiental. Neste domínio, impõe-se ter em conta, as metas, exigentes, ao nível da redução do consumo de energia primária e das emissões de gases com efeitos de estufa, estabelecidas pela União Europeia para 2020.
- Nos últimos anos, a intensidade energética na maioria dos países da União Europeia tem vindo a reduzir-se gradualmente. Em 2009, a redução registada foi, em média, de 1.3% na UE (-1.0% na UE 15), apresentando dez Estados-membro intensidades energéticas mais elevadas que em 2008.
- Portugal continua a apresentar um valor bastante elevado de intensidade energética entre os países da UE 15. Em 2009, o consumo de energia por unidade produzida foi 25% superior ao registado em média na UE 15, e, contariamente ao verificado entre 2006 e 2008, cresce 1.6% face ao ano anterior. Desde 2002, Portugal mantém a sua posição relativa no conjunto dos 16 países da União Europeia considerados na análise (10º intensidade mais elevada deste grupo).

Portugal - Intensidade energética
(Kgep / 1000 €)



- O mix energético de cada uma das economias tem vindo a ganhar relevância na avaliação da competitividade, quer na sua interface com as crescentes exigências de natureza ambiental, quer por razões de segurança energética. A União Europeia apresenta uma estrutura de consumo de energia baseada no petróleo e produtos petrolíferos e no gás natural, que em conjunto representavam, em 2009, 61%, sendo de relevar que estas fontes de energia têm associado uma componente importada significativa. Neste ano, o peso relativo da energia nuclear foi de 14% e o das energias renováveis de 9%.
- As estruturas de consumo de energia das economias da União Europeia são muito distintas, havendo países sem energia nuclear ou que em que esta fonte de energia predomina como é o caso de França (40%), outros em que os combustíveis sólidos são preponderantes como são os casos da Polónia (54%) e a República Checa (41%), e países totalmente (ou quase) dependentes do petróleo, como são os casos de Malta (100%) e Chipre (96%).

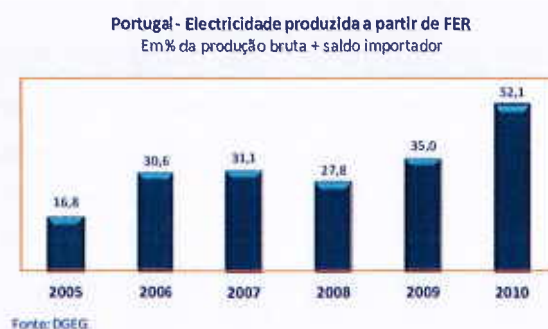
- Em Portugal, a importância relativa do petróleo e produtos petrolíferos no consumo de energia tem vindo a diminuir nos últimos anos, situando-se em 50.5% em 2009. Apesar da melhoria registada, é ainda um valor elevado no quadro da União Europeia (+14 p.p. que a média da UE). Portugal tem vindo a reforçar o consumo de energia



- proveniente de fontes renováveis, cujo peso atingiu 19% do total em 2009, apresentando uma situação bastante favorável neste domínio, acima da média da União Europeia (9%) e apenas inferior ao da Finlândia (23%) entre os países da União Europeia considerados.

- O reforço da energia proveniente de fontes renováveis tem sido uma das áreas de interesse estratégico da UE, tendo sido em 2009 aprovada a Directiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis que estabelece metas vinculativas, exigentes, a atingir em 2020 para todos os Estados-membro da União Europeia.

- Especificamente no que respeita à electricidade produzida a partir de fontes renováveis, de assinalar o peso relativo atingido em 2010 em Portugal que se situou em 52.1% (35% em 2009). O aumento verificado em 2010 teve essencialmente na sua base aumentos de 13.5 p.p. na componente



hídrica e de 2.6 p.p. na componente eólica.

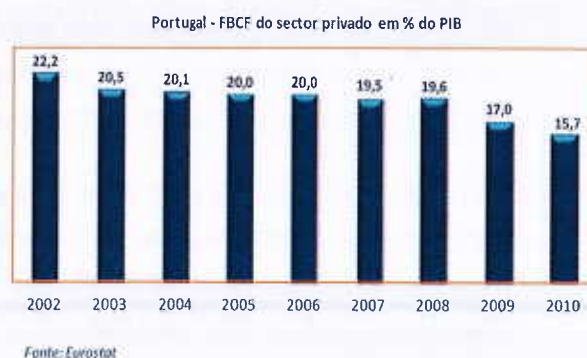
- A melhoria do desempenho ambiental associada ao esforço de redução do nível de emissões de gases com efeito de estufa tem vindo a ser prosseguida. Todos os países da União Europeia reduziram o seu nível de emissões em 2009, principalmente em resultado da forte redução do nível de actividade económica. A posição de cada Estado-membro apresenta naturalmente uma melhoria significativa relativamente ao cumprimento das metas de Quioto.
- Em Portugal, o nível de emissões de gases com efeito de estufa reduziu-se -4.3% em 2009 face ao ano anterior (-7.1% na UE). Entre 1990 e 2009, o nível de emissões cresceu +25.5%, nível de crescimento, neste período, inferior ao compromisso de limitação atribuído a Portugal no quadro de Quioto (+27%).

INVESTIMENTO

- O investimento empresarial desempenha um papel decisivo na competitividade e no crescimento económico, ao contribuir de forma significativa para a melhoria da capacidade produtiva.
- A crise económica e financeira mundial repercutiu-se de forma acentuada nos níveis de investimento das economias, continuando ainda em 2010 a verificar-se uma quebra do investimento do sector privado em 16 países da União Europeia.

- Em Portugal, a Formação Bruta de Capital Fixo teve uma diminuição, a preços correntes, de -2.3% em 2010 (-13.0% em 2009).

O peso relativo da FBCF do sector privado (empresas e famílias) no PIB volta a reduzir-se em 2010, atingindo 15.7%, valor próximo da média da UE (15.9%).



- Após quebra significativa em 2009, os fluxos de investimento directo estrangeiro aumentaram a nível global em 2010, tanto ao nível do investimento directo do exterior (inflows), como, principalmente, ao nível do investimento directo no exterior (outflows). As economias em desenvolvimento reforçam a sua importância, absorvendo pela primeira vez mais de metade dos fluxos globais de investimento directo do exterior.

- Em Portugal, os fluxos líquidos de investimento directo de Portugal no exterior e do exterior em Portugal diminuíram com significado em 2010. De referir que o valor líquido dos fluxos de investimento no exterior foi significativamente influenciado por uma operação de “desinvestimento” de elevado montante.
- No período 2006-2010, em termos médios anuais, os fluxos de investimento directo estrangeiro em Portugal representaram 1.7% do PIB, valor inferior ao registado na UE (3.3% do PIB). Irlanda (5.9%), Reino Unido (5.2%) e os Países Baixos (4.6%) são, entre os países do benchmarking, os que representam um valor médio anual mais significativo.
- Os fluxos de investimento directo de Portugal no exterior, no período 2006-2010, representam em termos médios anuais 0.6% do PIB, valor inferior ao verificado nos fluxos de investimento directo do exterior em Portugal (1.7%). Irlanda (10.8%) e Países Baixos (8.1%) continuam a ter valores elevados neste domínio.
- O stock de investimento directo estrangeiro em Portugal bem como do stock de investimento directo de Portugal no exterior reduziram-se em 2010 face ao ano anterior. Em percentagem do PIB, o valor diminuiu de 49.0% para 48.2% no caso do stock de IDE em Portugal e de 29.2% para 28.1% no que respeita ao stock de investimento directo de Portugal no exterior.

INOVAÇÃO E I&D; SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

- Na competitividade de uma economia são hoje imprescindíveis activos como o capital humano, a investigação e desenvolvimento, as Tecnologias de Informação e Comunicação ou factores imateriais como a marca, qualidade, criatividade, design, ou o “know-how” específico das empresas.

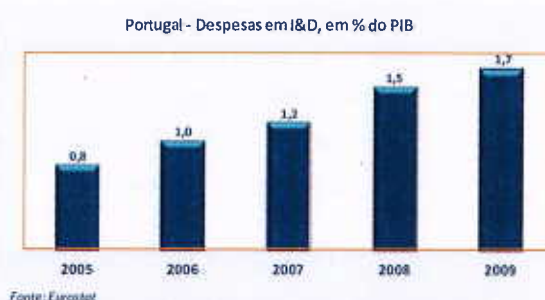
Todos estes elementos são centrais à “inovação”, aqui entendida como “novos” produtos, serviços, processos, procedimentos organizacionais ou métodos de acesso aos mercados, sejam uma novidade em absoluto, ou “apenas” novos para a empresa/ou para o mercado a que se destinam.

- Avaliar a capacidade de inovação de uma economia é por isso um processo que se reveste de particular dificuldade pois, para além da própria abrangência do conceito, muitos dos seus aspectos relevantes são eminentemente qualitativos e, em consequência, difíceis de quantificar. A Comissão Europeia, todos os anos desde 2001 tem procedido à avaliação e comparação do desempenho dos Estados-membro da UE (e de alguns outros países) no domínio da inovação, utilizando para o efeito um índice sintético de inovação desenvolvido no âmbito do European

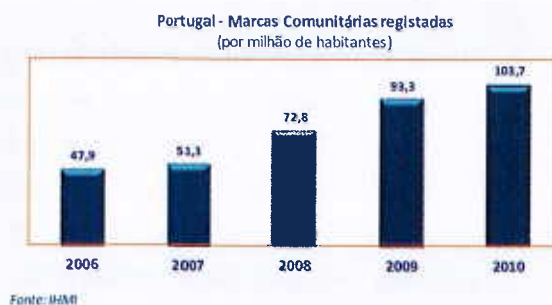
Innovation Scoreboard. Em 2010, esta iniciativa foi substituída pelo Innovation Union Scoreboard, tendo em vista monitorizar a estratégia Europa 2020 “União da Inovação”.

- A avaliação efectuada pelo Innovation Union Scoreboard 2010, que reflecte os desempenhos dos anos 2008/2009, coloca Portugal na 15ª posição no ranking dos 27 países da UE. O grau de inovação é ainda inferior ao da média da UE, integrando Portugal o grupo de países “moderadamente inovadores”. De notar que neste grupo, Portugal apresenta o valor mais elevado e superior aos de Espanha e Itália, que também fazem parte deste grupo.
- Nos últimos anos, o valor das despesas totais em investigação e desenvolvimento em percentagem do PIB, têm evoluído favoravelmente em Portugal.

Em 2009, as despesas em I&D atingiram um valor equivalente a 1.7% do PIB, valor que embora inferior à média da UE (2.0%), está próximo da meta estabelecida para Portugal para 2010 (1.8%). Na UE, a Finlândia (4.0%), Suécia (3.6%), Dinamarca (3.0%), Alemanha (2.8%) e Áustria (2.8%) continuam a destacar-se em termos de I&D.

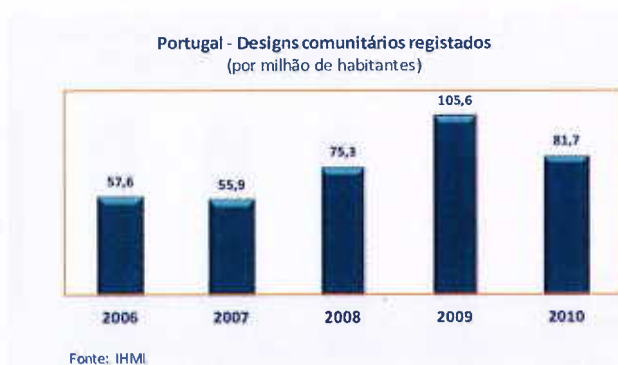


- Em Portugal, as despesas de I&D financiadas por empresas privadas têm evoluído favoravelmente nos últimos anos, representando 48% das despesas totais em 2008. Este valor, no entanto, é ainda inferior à média da UE (55%). A Finlândia (70%, em 2008) e a Alemanha (67%) registam valores semelhantes aos verificados nos EUA (67%).
- Em Portugal, em 2010, o número de patentes registadas, um indicador importante na avaliação do desempenho de um país em termos de I&D, era de apenas de 7.6 patentes por milhão de habitantes, valor apenas superior ao da Polónia (5.4) e da Eslováquia (4.4). De assinalar que a média da UE é de 132 patentes por milhão de habitantes, e em países como os Países Baixos, Alemanha, Dinamarca e Finlândia, os valores são mesmo superiores a 300 patentes por milhão de habitantes.
- No que respeita ao número de marcas comunitárias registadas, apesar da evolução favorável verificada em Portugal, que atingiu o valor de 103.7 marcas por milhão de habitantes em 2010 (mais do dobro das registadas em 2007), o valor está aquém da média da



União Europeia (146.4) e distante dos países do benchmarking com melhor desempenho nesta área (Países Baixos, Dinamarca, Alemanha e Irlanda).

- Também ao nível do número de pedidos de registo de designs comunitários solicitados por

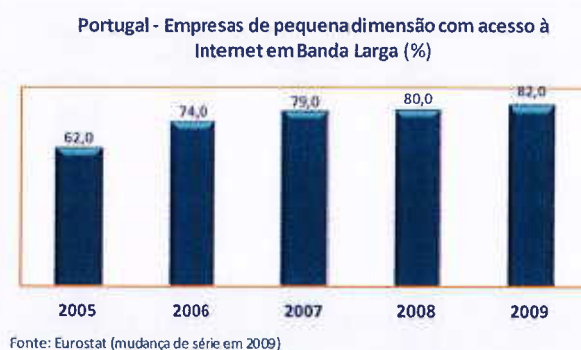


Portugal (81.7 por milhão de habitantes em 2010) se verifica uma distância significativa relativamente à média da UE, que neste ano foi em número de 116 por milhão de habitantes e, sobretudo, face aos países da UE em análise com maiores pedidos de design comunitários registados, casos da

Alemanha (223.2), Dinamarca (196.7) e Itália (168.7).

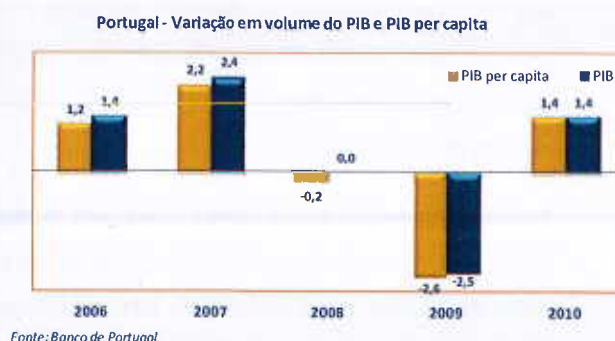
- Os investimentos em inovação envolvem por vezes investimentos de retorno mais incerto que outros tipos de investimentos empresariais, e nessa medida, o capital de risco, sobretudo de “semente” e “start-up” afirma-se como a forma de financiamento mais ajustada neste domínio. Em Portugal, no período entre 2006 e 2009, o investimento em capital de risco de semente e start-up correspondeu em média a cerca de 0.019% do PIB. A UE 15 continua a registar um valor baixo (0.028%) quando comparado com os EUA (0.046%).
- Entre os países da UE, Portugal continua a apresentar um nível elevado de despesas em Tecnologias de Informação e Comunicação, com um valor em 2009 igual a 6.4% do PIB. De notar, no entanto, que o posicionamento relativo é distinto quando se consideram os dois segmentos das TIC, com Portugal a registar um valor elevado de despesas em Telecomunicações em percentagem do PIB (4.3%), situação que já não se verifica nas despesas em Tecnologias de Informação (2.1%), onde só a Áustria, Espanha, Itália e Grécia, entre os países da UE 15, registam valores inferiores aos de Portugal.
- A taxa de penetração da Banda Larga, em Portugal, medida em termos de número de linhas de acesso fixo por 100 habitantes, é relativamente baixa no contexto comunitário, apresentando um valor de 19.6% em Julho de 2010, inferior à média da UE (25.7%). No que respeita à penetração da Banda Larga por acesso móvel, tem-se registado valores crescentes em Portugal e elevados no conjunto da UE (3º valor mais elevado a seguir à Finlândia e Suécia).
- No quadro comunitário, o nível de acesso à Internet em Banda Larga em Portugal é ainda relativamente baixo, quer ao nível das “famílias”, quer ao nível das micro empresas.

- No segmento das famílias, o acesso à Internet em Banda Larga em 2010 situava-se em 50%, valor inferior à média da UE (61%) e bastante distante de países como a Dinamarca (80%), Países Baixos (80%) e Suécia (83%).
- No segmento das empresas a posição relativa de Portugal na UE, é mais favorável. Em 2010, 82% das empresas portuguesas com dimensão entre 10 e 49 trabalhadores tinham acesso à Internet em Banda Larga, valor igual à média da UE. De notar os valores, na casa dos 92-94%, registados na Finlândia, França e Espanha.
- Portugal, em 2010, dispõe da melhor oferta de e-government em termos de disponibilização de serviços online. Entre os países do benchmarking, apenas a Irlanda e Itália atingiram o mesmo valor que Portugal. A percentagem de empresas que utilizaram a Internet para interagir com as autoridades públicas manteve-se em 2010, em 75%, valor próximo da média UE (76%). No segmento dos indivíduos, o grau de utilização do e-government, em 2010, aumentou para 23%, valor distante da média da UE (32%).



INDICADORES DE OUTPUT

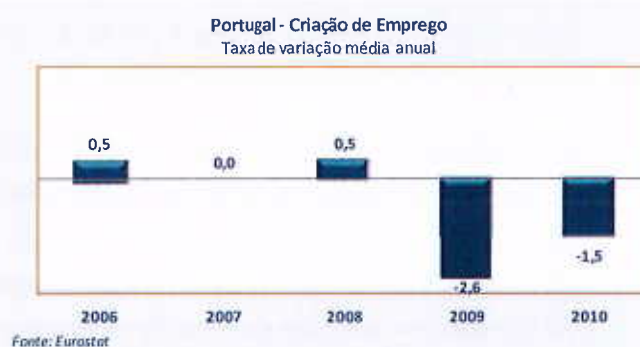
- Em Portugal o PIB, em volume, cresceu 1.4% em 2010 (-2.5% em 2009). A variação do PIB em preços correntes foi de 2.5% (-2.0% em 2009). O PIB per capita aumentou 1.4% (-2.6% em 2009). Na UE a taxa de crescimento média em 2010 foi 2.0% (-4.2%, em 2009) e na Área Euro de 1.9% (-4.2% em 2009). Em 2010, a maior parte dos países da UE registaram variações positivas no seu PIB (em 2009, só na Polónia registou crescimento económico).
- No período 2001-2010 a variação média anual em Portugal foi de 0.6%, valor que no conjunto dos países considerados foi semelhante ao registado na Dinamarca e apenas superior ao da Itália.



Neste período as taxas médias anuais de crescimento mais elevadas verificaram-se na Irlanda, Espanha e Grécia.

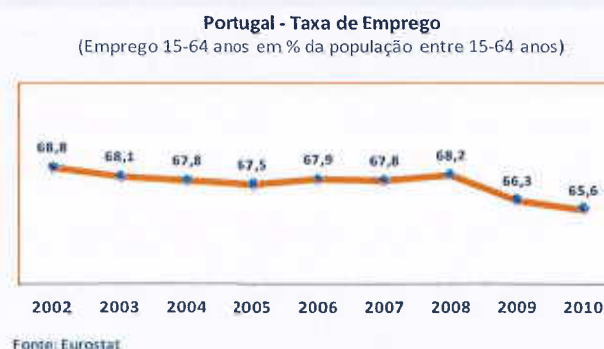
- Portugal no período mais recente de 2007-2010 registou um crescimento médio anual de 0.3%, valor igual à média da UE. Neste quadriénio o crescimento médio anual foi menos significativo com vários países a registarem variações médias negativas, como foi o caso da Irlanda, Grécia, Dinamarca, Itália, Hungria e Reino Unido, entre os países do benchmarking.
- Em 2010, o PIB per capita português, medido em paridades de poder de compra, corresponde a 81% do valor médio da UE (80% em 2009). Este valor no conjunto dos países considerados é apenas superior aos da República Checa (80%), Eslováquia (74%), Hungria (64%) e Polónia (62%).

- O volume de emprego (população empregada) em Portugal diminuiu 1.5% em 2010 (-2.6% em 2009). No decénio 2001-2010 o volume de emprego (base contas nacionais) teve uma variação média anual de -0.2%. Portugal e a Hungria (-0.6%), no conjunto



dos países considerados, foram os dois países com variação negativa de emprego neste período. A Espanha (1.4%), a Irlanda (1.0%) e a Grécia (0.9%) foram os países com maior criação líquida de emprego neste decénio. A variação média na UE foi de 0.5% e na Área Euro de 0.6%. No período 2007-2010 a criação de emprego diminuiu significativamente. Na UE e na Área Euro a taxa média anual foi de +0.1%. Em vários países registaram-se variações negativas, sendo as mais significativas na Irlanda (-2.5%), na Espanha (-1.6%) e na Hungria (-1.1%). A Polónia (2.3%), a Alemanha (0.9%) e os Países Baixos (0.8%) registaram os crescimentos de emprego mais significativos.

- A taxa de emprego em Portugal, em 2010, foi de 65.6%, menos 0.7 p.p. que em 2009 e menos 2.6 p.p. que em 2008. Na UE e na Área Euro as taxas de emprego situaram-se em 64.1% (-1.7 p.p. na UE e -1.8 p.p. na Área Euro que em 2008). Com exceção da Alemanha (+1 p.p.) e da Polónia



com um ligeiro aumento de 0.1 p.p., em todos os países considerados se registaram diminuições

das taxas de emprego, sendo as mais significativas as da Irlanda (-7.6 p.p.), Espanha (-5.7 p.p.) e Dinamarca (-4.5 p.p.). Em termos comparativos a taxa de emprego em Portugal era, em 2010, a 7ª mais elevada entre os 16 países considerados na análise e a 10ª no conjunto da UE 27.

- A produtividade por pessoa empregada, medida em paridades de poder de compra correspondia, em 2010, a 77.3% do valor médio da UE. Entre os países considerados na análise a produtividade em Portugal era apenas superior à da República Checa, Hungria e Polónia. No decénio 2001-2010 a produtividade aparente do trabalho em Portugal teve um crescimento médio anual de +0.8%, próximo da média da Área Euro (0.7%), mas bastante aquém da média da UE (+1.3%). Neste período é de salientar os elevados crescimentos de produtividade nos novos Estados-membro. No quadriénio 2007-2010, a produtividade em Portugal registou uma variação anual de +1.2%, superior à média da Área Euro (+0.3%) e da UE (+0.5%). Neste período, a variação da produtividade foi menor do que a média do decénio em todos os países considerados, com exceção de Portugal e Espanha (+1.9%).
- A taxa de desemprego em Portugal situou-se em 12.0% em 2010 (+1.4 p.p. que em 2009), valor acima da taxa média de desemprego na UE (9.7%) e da Área Euro (10.1%). Em 2010 as taxas de desemprego aumentaram 0.7 p.p. na UE e 0.5 p.p. na Área Euro. Com exceção da Alemanha, em 2010, todos os países considerados na análise registaram aumentos das taxas de desemprego em 2009 e 2010. As variações mais significativas neste período registaram-se na Espanha (+8.8 p.p.), Irlanda (+7.4 p.p.), Grécia (+4.9 p.p.) e Eslováquia (+4.9 p.p.). Em termos comparativos, a taxa de desemprego em Portugal em 2010 era a 5ª mais elevada no conjunto dos países do benchmarking e superior à média da UE em 2.3 p.p. e da Área Euro em 1.9 p.p..

Carteira de Indicadores

Indicadores de Input

Custos Laborais

Preços

Fiscalidade

Educação e Formação

Sociedade da Informação

Ambiente e Energia

Investimento

I&D e Inovação

CUSTOS LABORAIS

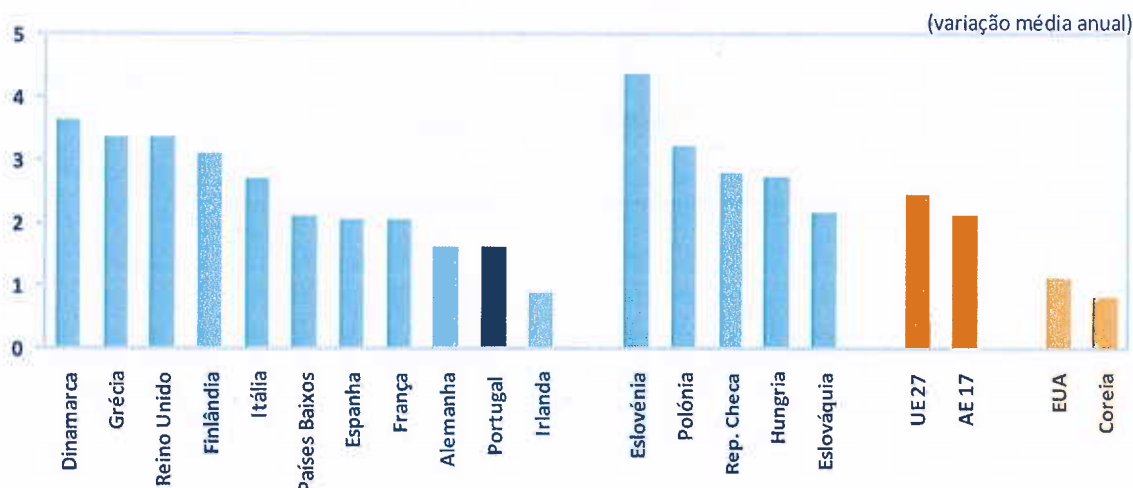
INDICADOR: Custos Unitários Nominais do Trabalho – Total da Economia

Relação entre a remuneração por trabalhador (inclui encargos sociais do empregador) e a produtividade por trabalhador.

No período 2007-2010, a variação média dos custos unitários nominais do trabalho em Portugal (+1.6%) foi inferior à média da Área Euro (2.1%). Neste período, de notar as elevadas variações médias nos países da Área Euro registadas na Eslovénia, Grécia e Finlândia e o baixo valor desta variação na Irlanda.

Em 2010 nos países da Área Euro considerados na análise, com excepção da França (+0.8%), da Eslovénia (+0.6%) e da Itália com valor praticamente nulo, os custos unitários nominais foram negativos.

As variações mais significativas verificaram-se na Irlanda (-5.0%) e na Eslováquia (-2.7%), tendo os restantes países, entre os quais Portugal (-1.3%) registado valores entre -1.0% e -1.5%.

Custos Unitários Nominais do Trabalho - Total da Economia
2007-2010


Fonte: Comissão Europeia (base de dados AMECO)

OBJECTIVOS:

Aumento dos custos unitários do trabalho no total da economia inferior aos verificados nos principais parceiros.

O ritmo de crescimento da produtividade deverá ser determinante na evolução salarial.

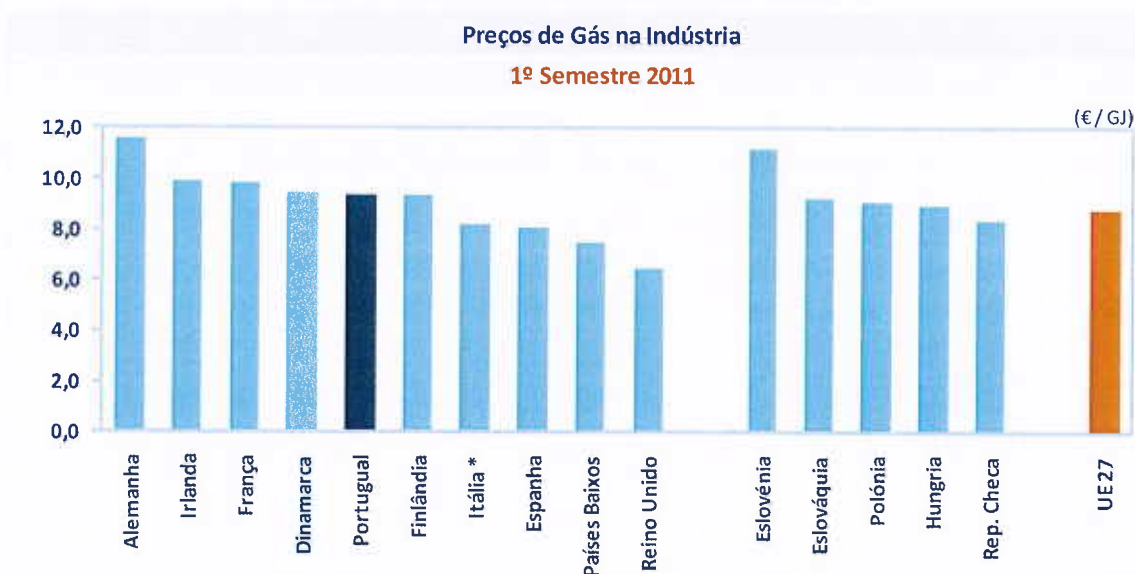
PREÇOS

INDICADOR: Preços de Gás - Indústria

Preço de gás natural por Gigajoule, em euros, sem impostos, para os consumidores industriais da categoria de consumo I3, a que corresponde um intervalo de consumo anual entre 10 mil e 100 mil GJ (equivalente ao intervalo 240 mil – 2.4 milhões de m3).

Em Portugal, o preço do gás natural para os consumidores industriais da categoria de consumo I3, no 1º semestre de 2011, era de 9.4€/GJ, preço superior ao valor mediano da UE (+3%). O diferencial de preço é muito significativo face ao Reino Unido (+45%) e Espanha (+16%). Entre os países da UE considerados na análise, a Alemanha apresenta o preço mais elevado nesta categoria de consumo (11.6 €/GJ). Para níveis de consumo industrial inferiores a 24 mil m3, Portugal é o 3º país da UE com preços mais elevados, registando nesta categoria, um diferencial de +32% em relação a Espanha.

Tal como na grande maioria dos Estados-membro da UE, os preços no 1º semestre de 2011 em Portugal, registaram um aumento significativo (+23.1%) comparativamente a igual semestre de 2010. Com variações superiores apenas a Alemanha (+29.0%), Irlanda (29.1%) e Dinamarca (+41.7%).



Fonte: Eurostat (base de dados, Novembro 2011)

* valor provisório

OBJECTIVOS

Assegurar que no âmbito da liberalização do mercado, os preços do gás sejam concorrenciais com os praticados nos mercados dos principais parceiros comerciais.

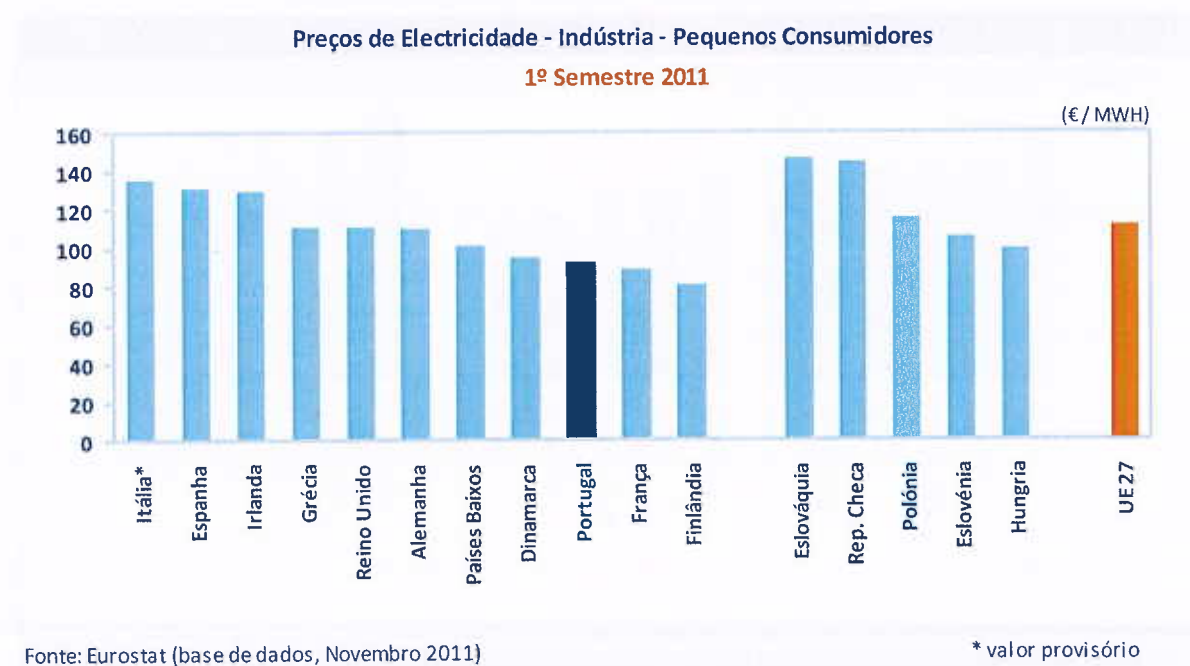
INDICADOR: Preços de Electricidade – Indústria – Pequenos Consumidores

Preço de electricidade por MWh, em euros, sem impostos, para os consumidores industriais da categoria de consumo IB, a que corresponde um intervalo de consumo anual entre 20 e 500 MWh.

No 1º semestre de 2011, o preço médio da electricidade para os pequenos consumidores industriais, sem impostos (92 €/MWh) era inferior ao valor mediano da UE. Neste período Portugal registava preços de electricidade inferiores aos seus principais parceiros comerciais, nomeadamente, em relação a Itália (-32%), Espanha (-30%), Reino Unido (-17%) e Alemanha (-16%) e superior em relação a França (+4%).

A posição relativa de Portugal na UE deteriora-se quando se considera o preço médio da electricidade incluindo taxas, mas excluindo o IVA. No 1º semestre de 2011, o preço em Portugal era de 125 €/MWh, nível também inferior ao registado em Espanha mas com um diferencial menos significativo (-9%).

Comparando com igual semestre de 2010, os preços de electricidade sem impostos registaram uma redução de 3.4% em Portugal, evolução favorável face aos principais parceiros que neste período apresentam variações de -1.1% em Espanha, -1.5% no Reino Unido e de +0.3% na Alemanha. França não viu alterados os preços de electricidade neste escalão de consumo.


OBJECTIVOS

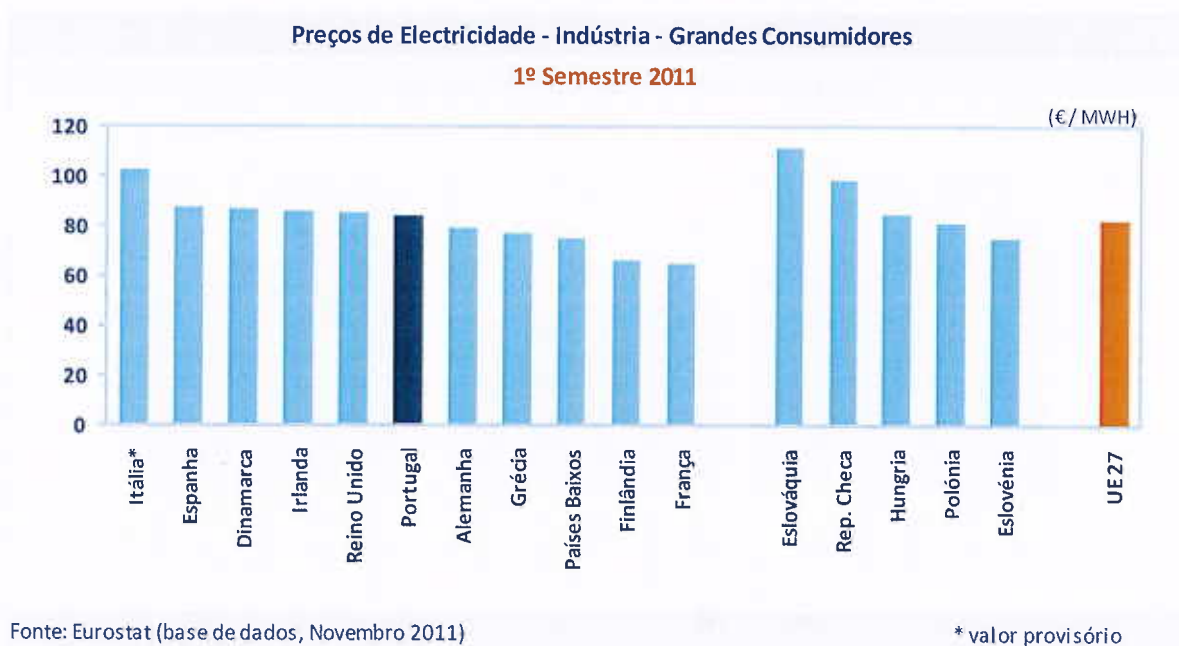
Assegurar que a liberalização do mercado conduza, no contexto do Mibel, a um aumento efectivo da concorrência criando condições para uma posição competitiva das empresas em termos de preços de electricidade e que opções de política energética não conduzam a preços de electricidade não concorrenciais com os praticados nos mercados dos principais parceiros comerciais.

INDICADOR: Preços de Electricidade – Indústria – Grandes Consumidores

Preço de electricidade por MWh, em euros, sem impostos, para os consumidores industriais da categoria de consumo ID, a que corresponde um intervalo de consumo anual entre 2 mil e 20 mil MWh (entre 430 e 4.300 tep).

No 1º semestre de 2011, o preço médio de electricidade, sem impostos, para os grandes consumidores industriais foi de 84€ / MWh, valor muito próximo do valor mediano da UE. Comparativamente aos preços registados nos seus principais parceiros comerciais, o preço da electricidade para grandes consumidores industriais em Portugal é inferior ao de Itália (-18%), Espanha (-4%) e Reino Unido (-2%) e mais elevado que os registados na Alemanha (+6%) e em França (+29%).

Comparativamente ao 1º semestre de 2010, os preços registaram um aumento de +10.8% em Portugal variação superior ao da maioria dos países da UE e principalmente face aos seus principais parceiros comerciais que registaram neste período reduções de -1.1% no caso de Espanha e Alemanha e um ligeiro aumento, de 2%, no Reino Unido. A França não regista alterações de preço neste período.


OBJECTIVOS

Assegurar que a liberalização do mercado conduza, no contexto do Mibel, a um aumento efectivo da concorrência criando condições para uma posição competitiva das empresas em termos de preços de electricidade. Tendo em conta a necessidade de, a prazo, fazer reflectir os custos de produção nos preços ao consumidor, importa assegurar a compensação dos serviços prestados à rede pelos grandes consumidores industriais e, por outro lado, garantir uma progressão ponderada das energias renováveis.

FISCALIDADE

INDICADOR: Receitas Fiscais em percentagem do Produto Interno Bruto

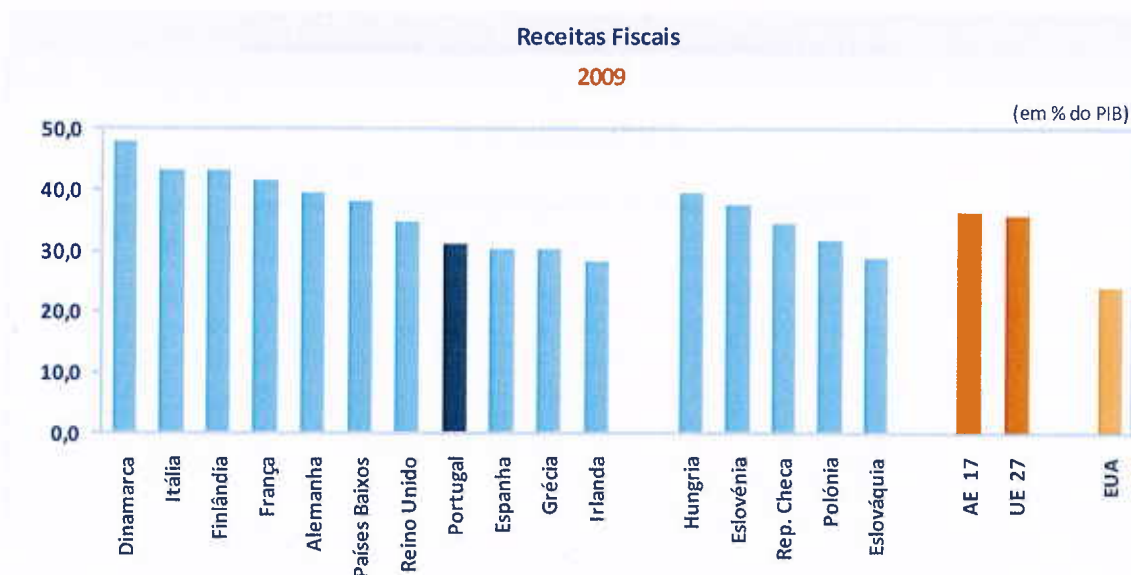
Rácio entre o montante de receitas fiscais (incluindo contribuições para a segurança social) e o produto interno bruto, com base nos agregados das contas nacionais (ESA 95).

Em 2009, a carga fiscal em Portugal foi de 31.0% (32.8% em 2008), valor inferior ao da média da União Europeia (35.8%) e próximo dos verificados na Grécia (30.3%), Espanha (30.4%) e Polónia (31.8%), entre os países da UE considerados na análise.

A carga fiscal na União Europeia diminuiu em 2009 para 35.8% (36.5% na Área Euro). A redução verificada estará mais ligada à queda significativa do produto interno bruto em praticamente todos os países do que à redução das taxas aplicadas.

As diferenças entre as cargas fiscais dos países da União Europeia são significativas, registando-se em 2009, a carga fiscal mais elevada na Dinamarca (48.1%) e a mais baixa na Letónia (26.6%).

Em termos comparativos, a carga fiscal na UE continua a apresentar um valor elevado, quer face aos EUA e Japão, quer face a outros países não europeus da OCDE.



Fonte: Eurostat - Taxation trends in European Union, Edition 2011

OBJECTIVOS

Portugal, num contexto de uma efectiva consolidação orçamental, de reformulação do papel do Estado e da redução do peso das despesas, deve levar a cabo uma reforma do sistema fiscal, visando a redução da carga fiscal sobre o trabalho e rendimento das empresas tendo em conta a competitividade da economia portuguesa.

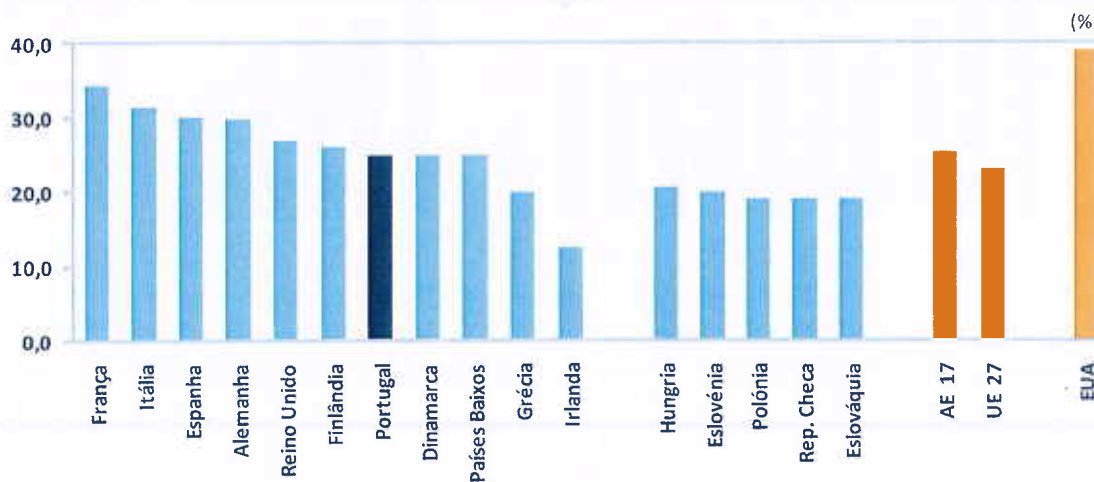
INDICADOR: Taxa Nominal de Imposto sobre o Rendimento das Empresas

Taxa máxima incidente sobre o rendimento colectável das empresas, estabelecida na legislação nacional respectiva. Inclui, quando aplicável, sobretaxas e taxas locais incidentes sobre o rendimento das empresas.

Em Portugal, incide sobre o rendimento colectável das empresas em 2011 uma taxa geral de 25% (a que acresce a derrama correspondente até um máximo de 1.5% do lucro tributável) e uma taxa de 12.5% aplicável à matéria colectável até 12 500 euros. Acresce, a denominada derrama estadual, que corresponde a uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a dois milhões de euros. A taxa nominal pode assim atingir em determinadas situações cerca de 29%. Comparativamente a 2010, não se registam alterações nestas taxas.

Em 2011, apenas 4 países da União Europeia viram alteradas as respectivas taxas nominais de imposto sobre o rendimento das empresas: a Grécia (-4 p.p.), Reino Unido (-1.0 p.p.), Países Baixos (-0.5 p.p.) e o Luxemburgo (+0.2 p.p.). A disparidade de taxas entre países da UE manteve-se elevada, com valores extremos em Malta (35%) e na Bulgária e Chipre (10%). O valor médio das taxas nominais de imposto sobre o rendimento na União Europeia, reduziu-se para 23.1% na UE e 25.3% na Área Euro em 2011, comparando favoravelmente com as taxas aplicadas nos EUA (39%) e Japão (42%).

A análise comparativa destas taxas deve ser efectuada com cuidado na medida em que reflectem parcialmente a taxa efectiva paga pelas empresas e, em alguns países, existem taxas mais favoráveis para situações específicas.

TAXA NOMINAL DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS EMPRESAS
2011


Fontes: Eurostat - Taxation trends in European Union, Edition 2011; Ministério das Finanças - Código do IRC

OBJECTIVOS

Reduzir a taxa nominal de imposto sobre as empresas, tendo em conta, nomeadamente, as praticadas em países concorrentes na captação de investimento estrangeiro. Assegurar que, no quadro da concorrência internacional, as regras estabelecidas para o cálculo da matéria colectável, entre outros elementos, onde se registam diferenças significativas entre os vários países, não sejam penalizadoras para as empresas portuguesas.

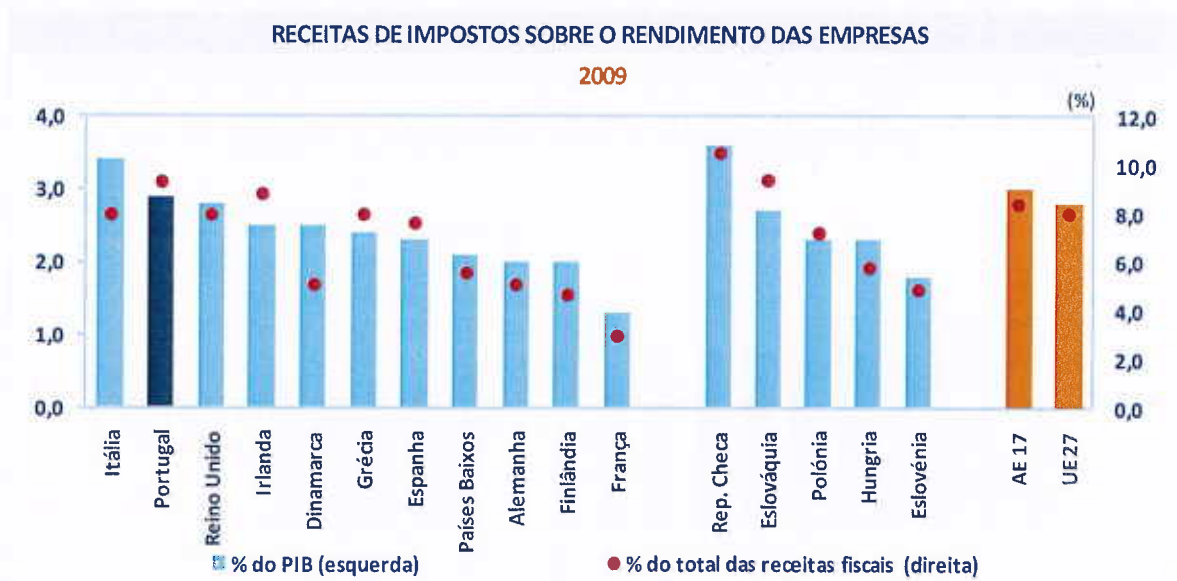
INDICADOR: Receitas de Impostos sobre o Rendimento das Empresas

Receitas dos impostos sobre o rendimento das empresas em percentagem do produto interno bruto e do total das receitas fiscais, com base nos agregados das contas nacionais (ESA 95).

Em Portugal, tal como na generalidade dos Estados-membro da União Europeia, o peso dos impostos sobre o rendimento das empresas reduziu-se em 2009, quer relação ao PIB, de 3.7% para 2.9%, quer em relação ao total das receitas fiscais, de 11.2% para 9.3%.

Portugal (2.9%) foi, a seguir à República Checa (3.6%) e à Itália (3.4%), o país com o maior rácio entre receitas de impostos sobre o rendimento das empresas e o PIB, verificando-se situação idêntica relativamente ao peso destas receitas nas receitas totais que foi de 10.5% na República Checa e 9.4% na Eslováquia.

Na União Europeia, em média, o peso relativo dos impostos sobre o rendimento das empresas diminuiu de 3.4% para 2.8% em relação ao PIB e de 9.8% para 8.4% em percentagem do total das receitas fiscais. O peso relativo dos impostos sobre o rendimento das empresas varia com significado entre os Estados-membro da União Europeia. Em 2009, os valores extremos registaram-se em Malta (6.7%) e França (1.3%) em relação ao PIB, e em Malta (19.7%) e em França (3.0%), em percentagem das receitas fiscais.



Fonte: Eurostat - Taxation trends in European Union, Edition 2011

OBJECTIVOS

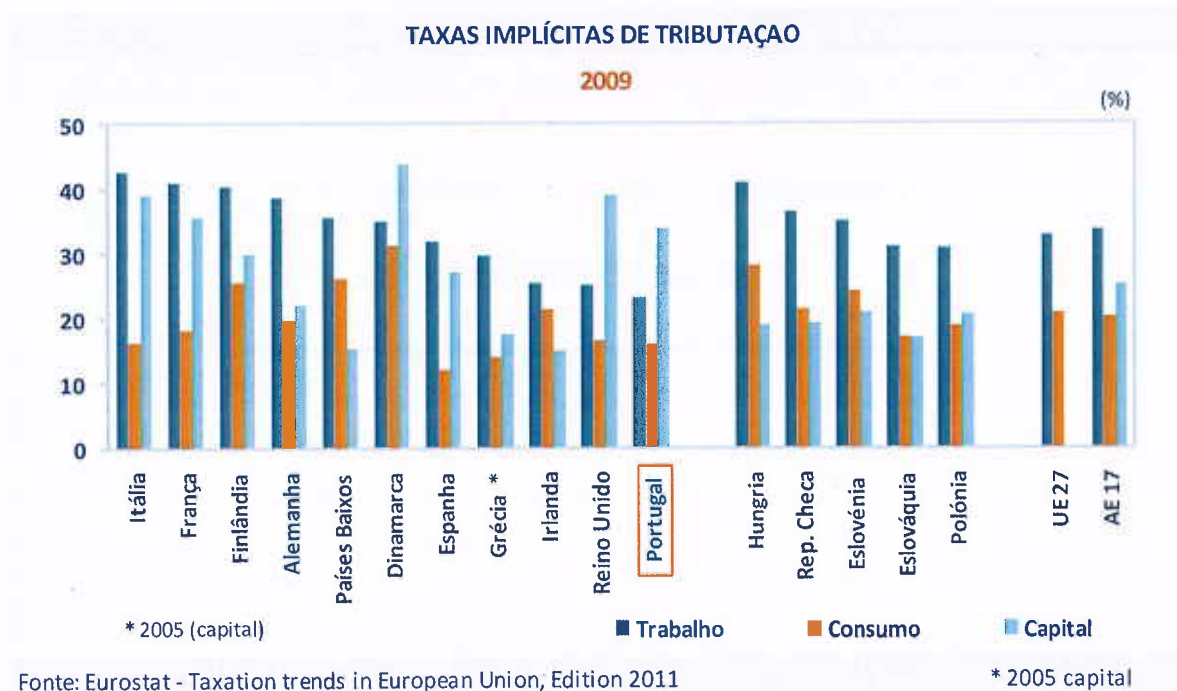
A tributação fiscal deverá evoluir no sentido da redução da carga fiscal sobre o rendimento das empresas de modo a contribuir para a melhoria da atractividade de Portugal em termos de investimento produtivo.

INDICADOR: Taxas Implícitas de Tributação no Consumo, Trabalho e Capital

Carga fiscal média efectiva sobre diferentes tipos de rendimento (trabalho e capital) ou actividades (consumo). Expressa-se pelo rácio das receitas fiscais sobre as respectivas bases fiscais, com base nos agregados das Contas Nacionais (ESA 95).

Em Portugal, em 2009, as taxas de tributação implícitas não registam alterações com significado. Neste ano, a taxa de tributação no consumo foi de 16.2%, no trabalho de 23.1% e no capital de 33.8%, valores inferiores aos registados em 2008, em 1.8 p.p., 0.2 p.p., 3.7 p.p. respectivamente.

As taxas implícitas de tributação sobre o consumo, trabalho e capital diferem significativamente entre os Estados-membro da União Europeia. Em 2009, as taxas implícitas sobre o trabalho variavam entre 42.6% (Itália) e 20.2% (Malta), as taxas implícitas sobre o consumo entre 31.5% (Dinamarca) e 12.3% (Espanha) e as taxas implícitas sobre o capital entre 43.8% (Dinamarca) e 10.3% (Letónia).


OBJECTIVOS

Em termos de competitividade num mundo globalizado, a tributação fiscal deverá evoluir no sentido da redução global da carga fiscal sobre os factores de produção capital e trabalho.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

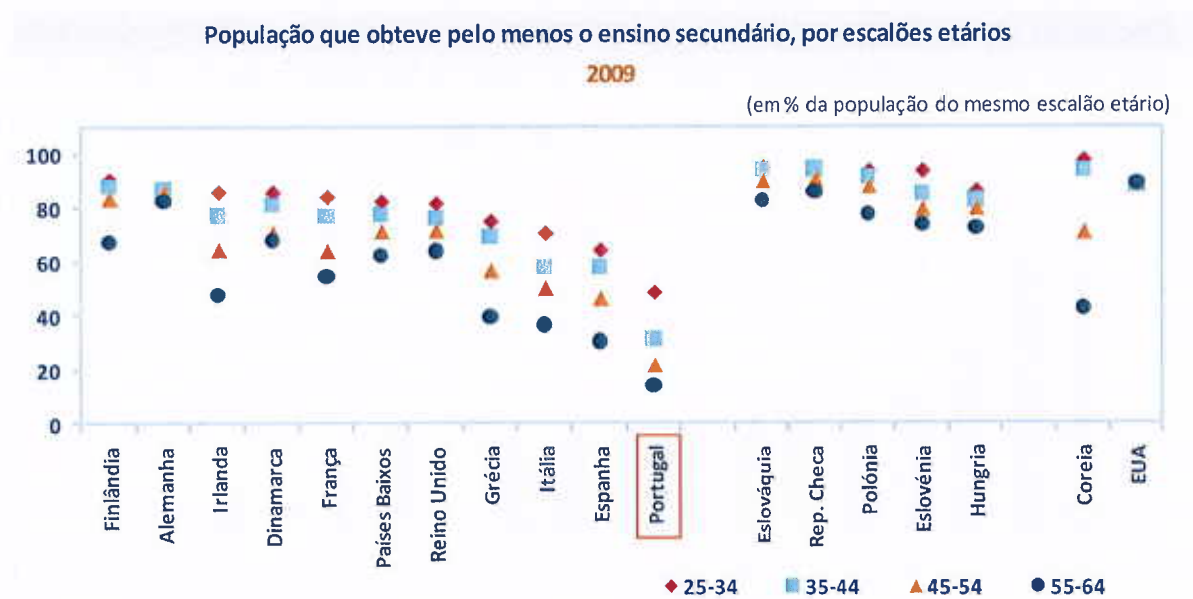
INDICADOR: População que obteve pelo menos o ensino secundário, por escalões etários

Relação entre a população que obteve pelo menos o ensino secundário, com idades entre os 25 e os 64 anos distribuída por escalões etários decenais, e a população total do mesmo escalão etário.

Em 2009, apenas 30% da população entre os 25-64 anos tinha pelo menos o ensino secundário em Portugal. Portugal é o país da UE com o valor mais baixo neste indicador. Os países com valores mais próximos de Portugal são a Espanha (52%) e a Itália (54%). No decénio 2000-2009 este valor aumentou 11 p.p. em Portugal, 14 p.p. na Espanha e 12 p.p. na Itália.

No escalão etário 25-34 anos, apenas 48% da população portuguesa tem pelo menos o ensino secundário (+16 p.p. que em 2001). No conjunto dos países considerados na análise apenas Portugal, Espanha (64%), Itália (70%), e Grécia (75%) têm menos de 80% da população com pelo menos o ensino secundário.

De salientar que a Alemanha, a República Checa e a Eslováquia têm mais de 80% da população com pelo menos o ensino secundário no escalão etário 55-64 anos.



Fonte: OECD, Education at a Glance 2011

OBJECTIVOS

Desenvolver programas visando o aumento da percentagem da população com o ensino secundário visando uma aproximação aos países mais desenvolvidos. É fundamental combater de forma eficaz o abandono escolar precoce. Importará também desenvolver ações de formação específicas para os jovens que já estão fora do sistema de ensino e reforçar de forma significativa as ações de formação e de aprendizagem ao longo da vida.

INDICADOR: Abandono Escolar Precoce

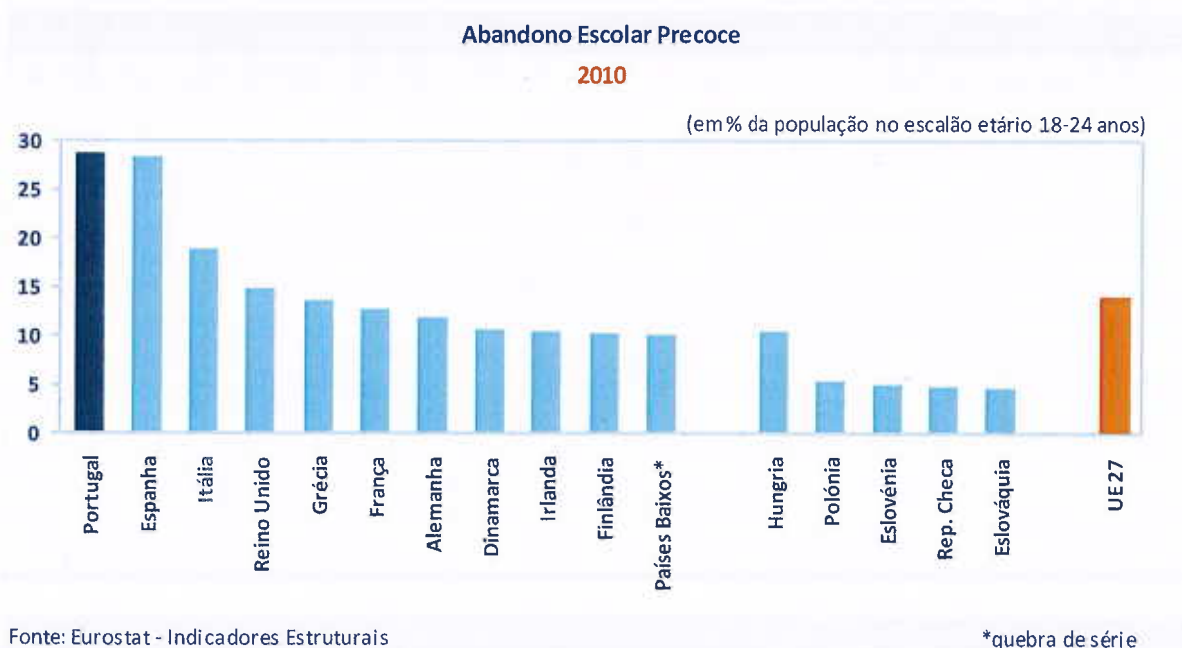
Relação entre a população no escalão etário 18-24 anos com não mais que o 3º ciclo do ensino básico (9ºano) que abandonou o sistema de ensino ou de formação, e a população total do mesmo grupo etário.

Em Portugal a saída precoce do sistema de educação e de formação tem diminuído (-10.4 p.p. entre 2006 e 2010). No entanto, a taxa de abandono escolar precoce, em 2010, continua a ser muito elevada. É muito superior à média da UE (14.1%) e no conjunto da UE apenas compara com Espanha (28.4%) e Malta (36.9%). Na UE, 22 países têm taxas de abandono escolar precoce inferiores a 15%.

De notar que ao nível da UE não foi atingida a meta de uma taxa de 10%, fixada pela Comissão Europeia para 2010. Cerca de metade dos países da UE registam taxas abaixo ou na casa dos 10%.

Na análise por géneros verifica-se que, com excepção da Eslováquia e da Bulgária, a taxa de abandono escolar é mais elevada entre homens do que mulheres, sendo Espanha o país que regista o maior diferencial (10.4 p.p.), seguido de Malta (8.6 p.p.) e de Portugal (8.1 p.p.).

Em Portugal, trata-se de uma situação grave, pois põe em causa a necessária melhoria dos níveis de qualificação escolar da população adulta, nomeadamente ao nível do ensino secundário, e limita as possibilidades de mobilidade para empregos mais qualificados na vida activa.


OBJECTIVOS

Implementar medidas no sentido de reduzir significativamente a taxa de abandono escolar precoce visando o cumprimento da meta considerada no Plano Nacional de Reformas 2020, que é a de atingir uma taxa de abandono escolar precoce de 15% em 2014. Neste âmbito será importante o desenvolvimento de acções que melhorem a qualidade do ensino, a atractividade da escola e uma adequada articulação entre os sistemas de educação e de formação, nomeadamente da formação profissional para jovens.

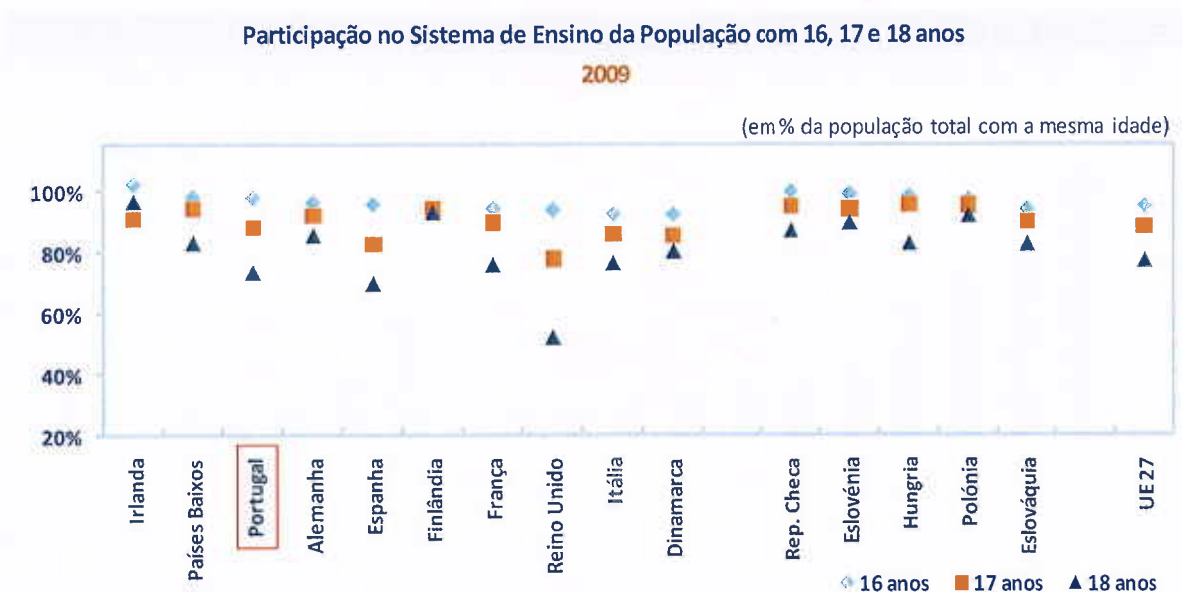
INDICADOR: Participação no sistema de ensino da população com 16, 17 e 18 anos

Relação entre a população com 16, 17 e 18 anos que participa no sistema de ensino, e a população total com a mesma idade.

Em 2009, a taxa de participação no sistema de ensino dos jovens com 16 anos em Portugal (98%) compara bem com a taxa dos países do benchmark, e é superior à média registada na UE (95%). No caso dos jovens com 17 anos, a taxa de participação é idêntica à registada para a média da UE (88%).

Na população com 18 anos, a taxa de participação baixa para 74%, -3 p.p. em relação à média da União Europeia. Em relação ao ano anterior, as taxas de participação aumentaram cerca de 4 p.p. e 6 p.p., respectivamente, nos jovens com 17 anos e com 18 anos.

No conjunto dos países considerados, os que nas faixas etárias consideradas, registam taxas de participação no sistema de ensino superiores a 90% são a Irlanda, a Finlândia, a Polónia e a Eslovénia.



Fonte: Eurostat, Education Database

OBJECTIVOS

É fundamental combater de forma eficaz o abandono escolar precoce no sentido aumentar a taxa de participação dos jovens a partir dos 18 anos.

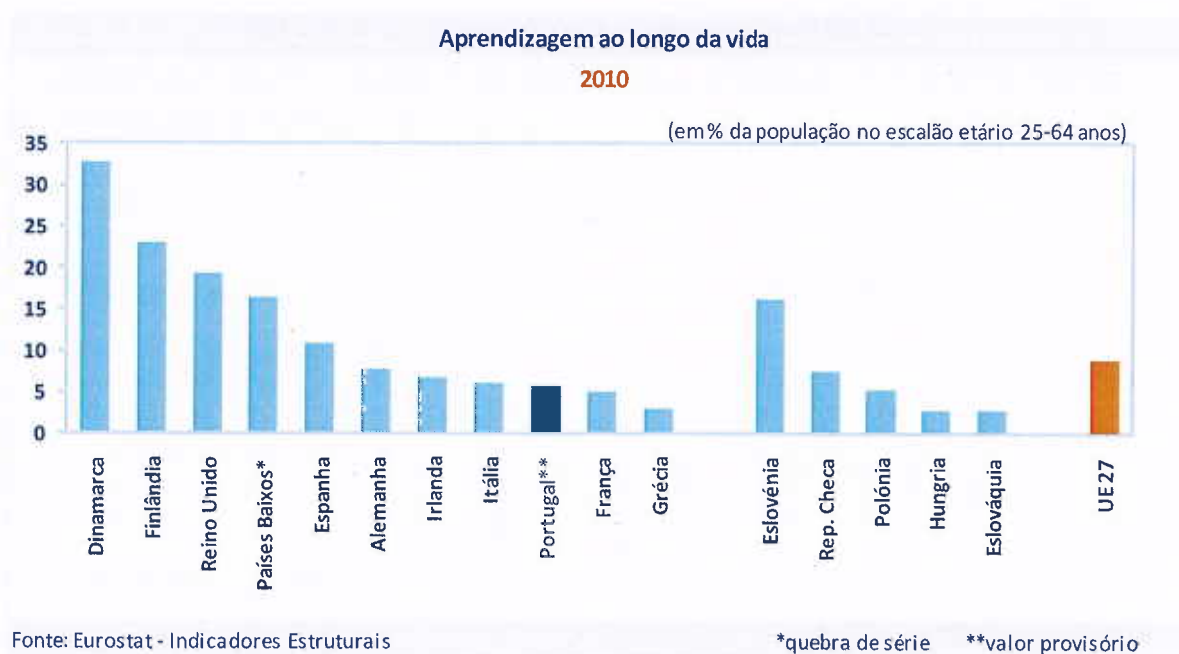
INDICADOR: Aprendizagem ao longo da vida

Relação entre a população no escalão etário 25-64 anos que referiu participar em acções de formação ou educação durante as quatro semanas que precederam o inquérito utilizado, em média anual (Inquérito ao Emprego; trimestral), e a população total do mesmo grupo etário.

Em 2010, apenas 5.8% de pessoas, em Portugal, entre os 25-64 anos referiram ter participado em acções de formação ou educação. Trata-se de um valor baixo quando comparado com a média da UE (9.1%) mas superior ao registado na Polónia (5.3%), França (5.0%), Grécia (3.0%), Hungria e Eslováquia (2.8%).

Face ao ano anterior, em cerca de ½ dos países da UE verificou-se um decréscimo neste indicador, sendo Portugal, a França e o Reino Unido os países que registaram a maior diminuição (-0.7 p.p. respectivamente).

As taxas de participação em actividades ao longo da vida mais elevadas verificaram-se na Dinamarca (32.8%), na Suécia (24.5%) e na Finlândia (23.0%).


OBJECTIVOS

Criar melhores condições para que as empresas invistam cada vez mais na qualificação dos recursos humanos. Aumentar gradualmente e de forma significativa o número de pessoas envolvidas em processos formais e/ou informais de aprendizagem ao longo da vida, visando concretizar a meta do Plano Nacional de Reformas 2020 (atingir a média da UE em 2015).

INDICADOR: Jovens que concluíram pelo menos o ensino secundário

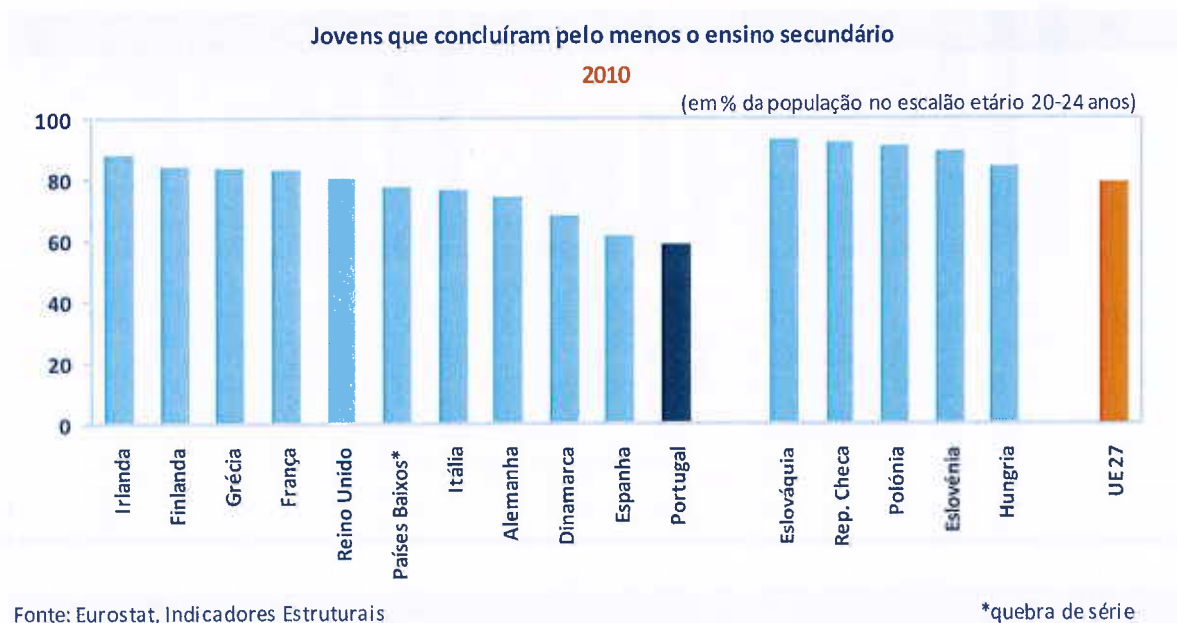
Relação entre a população com idades entre os 20 e os 24 anos que obteve pelo menos o ensino secundário e a população total do mesmo escalão etário.

Em 2010, apenas 58.7% dos jovens em Portugal, entre os 20-24 anos, tinham concluído o ensino secundário. A elevada taxa de abandono escolar precoce que se regista em Portugal contribui para este resultado.

A Eslováquia, República Checa e Polónia são os países com melhor desempenho neste indicador, mantendo taxas de conclusão do ensino secundário superiores a 90%.

Portugal e Malta continuam a ser os países com as piores taxas, apesar dos progressos registados entre 2000 e 2010 (+15.5 p.p. e +12.4 p.p. respectivamente). Apenas 6 países registam neste indicador valores inferiores à média da UE (79%) e da UE 15 (76.6%): a Itália (76.3%), Alemanha (74.4%), Dinamarca (68.3%), Espanha (61.2%), Portugal (58.7%) e Malta (53.3%).

A análise por géneros permite verificar que o número de mulheres que completaram o ensino secundário supera o dos homens, em praticamente todos os países da UE (mulheres 81.8%; homens 76.2%). A Dinamarca (+14.2 p.p.), a Espanha (+13.2 p.p.) e Portugal (+7.9 p.p.) são os países do benchmark que registam diferenças mais significativas entre mulheres e homens, entre os 20-24 anos, com o ensino secundário.


OBJECTIVOS

Aumentar significativamente o número de jovens que concluem o ensino secundário o que passa por medidas que reduzam substancialmente o abandono precoce do sistema de ensino, bem como a conclusão do secundário.

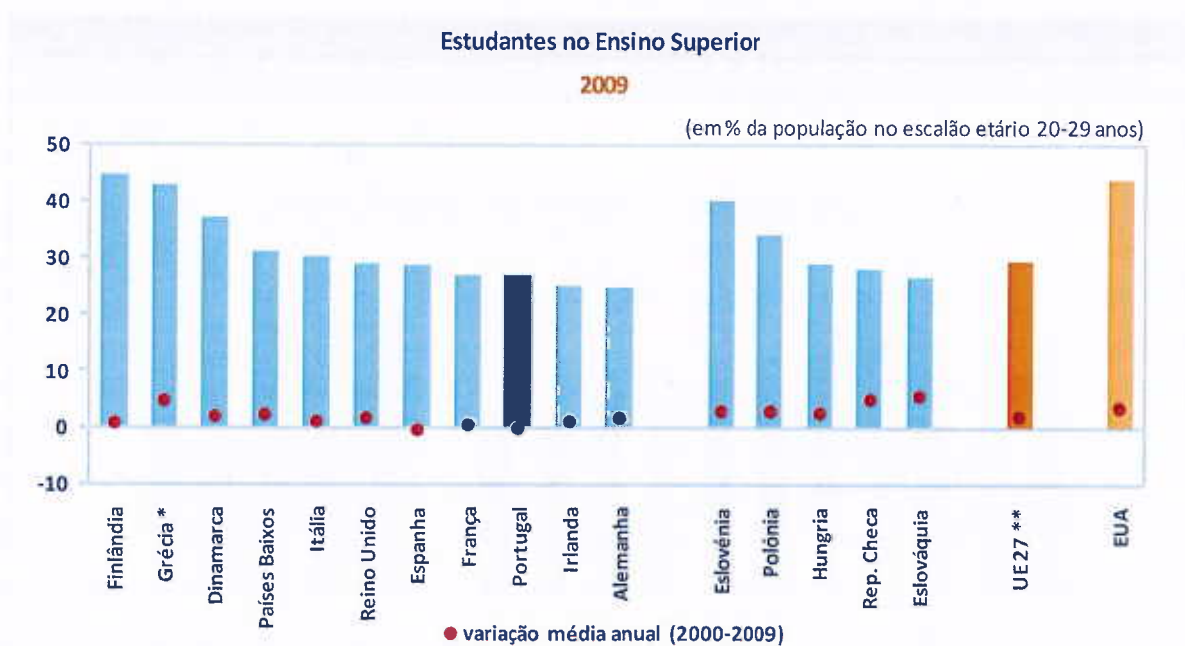
INDICADOR: Estudantes no Ensino Superior

Estudantes que frequentam o ensino superior em percentagem da população com idades entre os 20 e os 29 anos.

Em 2009, a percentagem de estudantes em Portugal a frequentar o ensino superior em relação à população com idades entre os 20 e os 29 anos foi de 26.8%, valor idêntico ao registado em França e inferior ao da média da UE em -2.8 p.p..

No conjunto dos países em análise, a Finlândia (44.6%) e a Eslovénia (40.1%) registaram os valores mais elevados neste indicador.

No período entre 2000 e 2009, Portugal não registou qualquer alteração em termos de crescimento médio anual do número de estudantes no ensino superior. Apenas a Eslováquia (5.6%) e a República Checa (5.1%) registaram crescimentos anuais superiores a 5%.



Fonte: Eurostat - Education and Training Database; OCDE Database

*2008

**valor estimado

OBJECTIVOS

Fomentar o aumento significativo da participação no ensino superior, nomeadamente nas áreas científicas e tecnológicas.

INDICADOR: Despesas Públicas em Educação

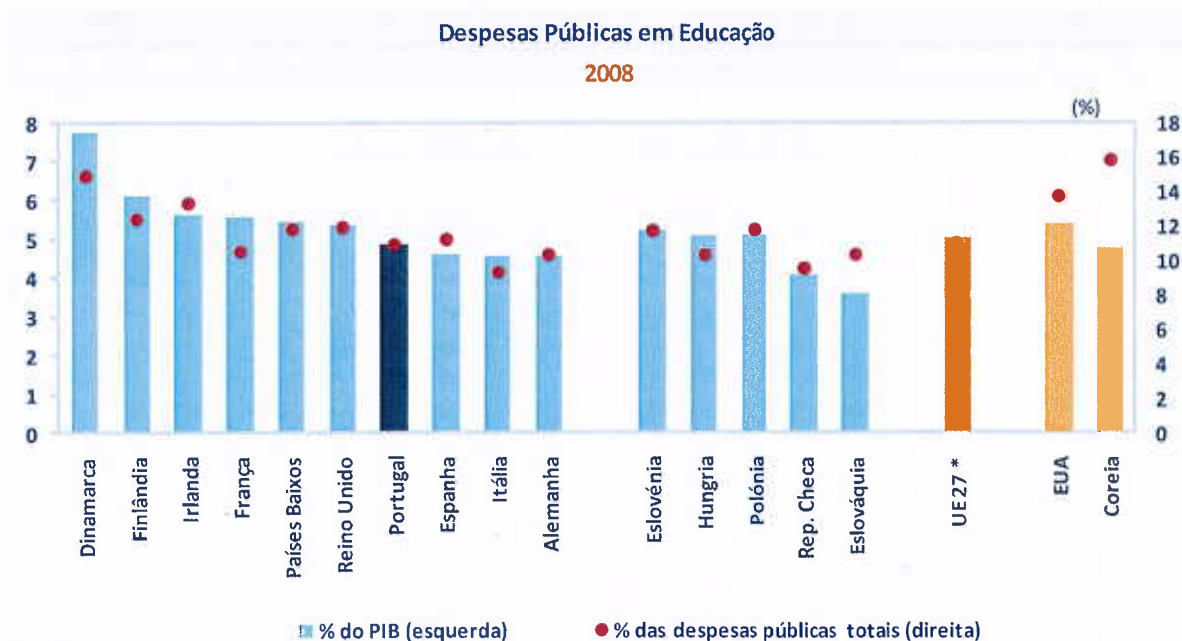
Total das despesas públicas em educação, em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) e da despesa pública total.

Em 2008, a percentagem de despesa pública afecta à educação em Portugal (11%) foi semelhante à registada para a média da União Europeia, valor próximo da mediana no conjunto dos países considerados.

Em Portugal, o rácio entre as despesas públicas em educação e o PIB foi de 4.9%, em 2008, menos 0.2 p.p. que a média da União Europeia.

A Dinamarca (7.8% do PIB), a Finlândia (6.1%) e a Irlanda (5.6%) foram os países da UE considerados, em que o rácio despesas públicas em educação e o PIB é mais elevado; e a República Checa (4.1%) e a Eslováquia (3.6%) os países em que os valores são mais baixos neste indicador.

Note-se que a comparação entre países deve ser vista com cuidado devido a alterações de natureza metodológica.



Fonte: Eurostat - Education Database; OCDE (Coreia, EUA)

*valor estimado

OBJECTIVOS

Assegurar um nível de despesas públicas em educação que tenha em conta as necessidades em matéria de qualificação dos recursos humanos, num contexto de melhoria de eficiência do sistema de ensino. Estabelecer mecanismos de maior afectação de recursos financeiros a áreas de educação com maiores taxas de retorno em termos de qualidade, nomeadamente no que respeita à formação de base (ao nível do secundário).

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

INDICADOR: Despesas em Tecnologias de Informação e Comunicação

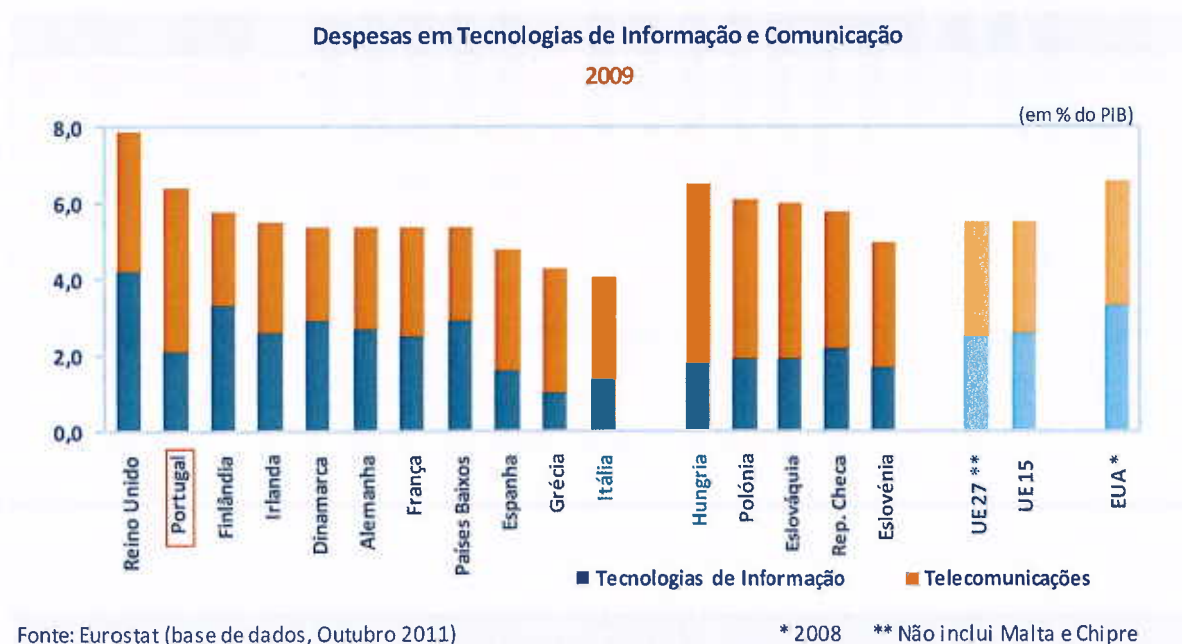
Despesas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em percentagem do PIB no total do mercado (inclui despesas privadas e públicas, realizadas por empresas, famílias e indivíduos). Inclui dois segmentos: o das Telecomunicações (equipamentos e serviços) e Tecnologias de Informação (hardware, software e serviços).

Em Portugal, o nível de despesas em Tecnologias de Informação e Comunicação em percentagem do PIB foi de 6.4% em 2009, valor superior ao da média da UE (5.5%) e apenas inferior ao do Reino Unido (7.9%) entre os países da UE15 em análise.

O nível de despesas nos dois segmentos das TIC é de 4.3% do PIB no caso das Telecomunicações (3% na UE) e de 2.1% do PIB no que respeita às despesas em Tecnologias de Informação (2.5% UE). Entre os países da UE 15, Portugal continua a registar o valor mais elevado de despesas em Telecomunicações em percentagem do PIB, mas relativamente às Tecnologias de Informação só Espanha, Itália, Grécia e Áustria registam valores inferiores aos de Portugal.

Apesar do enquadramento de crise económica, o nível das despesas em TIC em percentagem do PIB aumentou na generalidade dos países da União Europeia. A Grécia, Itália e Áustria mantiveram os valores registados em 2008 e em Espanha verificou-se um ligeiro decréscimo (-0.1 p.p.).

Refira-se que este indicador ao não distinguir claramente entre consumo e investimento e agregando produtos e serviços heterogéneos, tem algumas limitações como medida do grau de difusão das TIC.


OBJECTIVOS

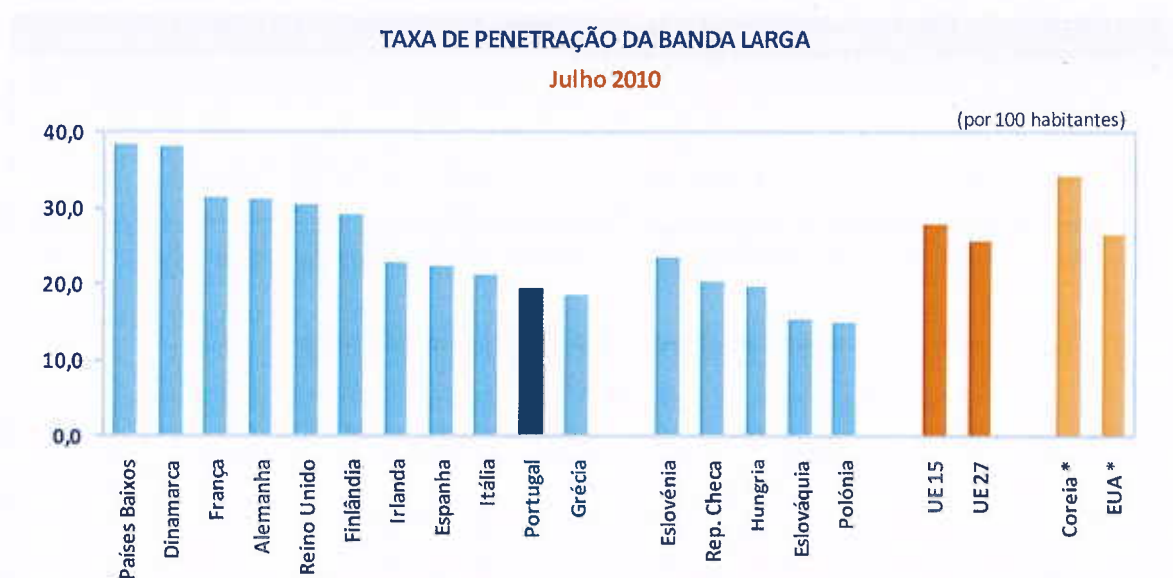
Promover, junto das empresas, sobretudo das “Micro-empresas” e “Pequenas” e a utilização de TIC, assegurando uma elevada reprodutividade das respectivas despesas em termos de competitividade empresarial.

INDICADOR: Taxa de penetração da Banda Larga

Número de linhas de acesso fixo de Banda Larga por 100 habitantes.

Em Julho de 2010, a taxa de penetração de Banda Larga em Portugal era de 19.6% (+2 p.p. que em Julho de 2009), valor inferior ao da média da UE (25.7%) e da UE 15 (28.1%). No conjunto dos países do benchmarking o valor de Portugal é apenas superior aos da Grécia (18.6%), Eslováquia (15.5%) e Polónia (14.9%). De salientar os valores registados nos Países Baixos (38.4%) e Dinamarca (38.2%).

A penetração de Banda Larga por acesso móvel tem vindo a crescer com significado em Portugal, registando valores elevados no contexto da UE (3º valor mais elevado a seguir à Finlândia e Suécia) e da OCDE (6º em Dezembro 2010). A Coreia apresenta neste domínio a melhor posição relativa.



Fonte: Eurostat (base de dados, Outubro 2011); OCDE (Coreia, EUA)

* Junho 2010

OBJECTIVOS

Focar a política de promoção do acesso à Internet em BL no lado da procura incidindo sobre os factores que mais negativamente têm afectado o desempenho deste mercado: nível de preços, qualificações nas TIC, utilização de computador em casa e utilização de serviços avançados. Neste contexto o reforço do nível de concorrência no mercado das telecomunicações constitui uma condição fundamental.

INDICADOR: Nível de Acesso à Internet em Banda Larga – Pequenas Empresas e Famílias

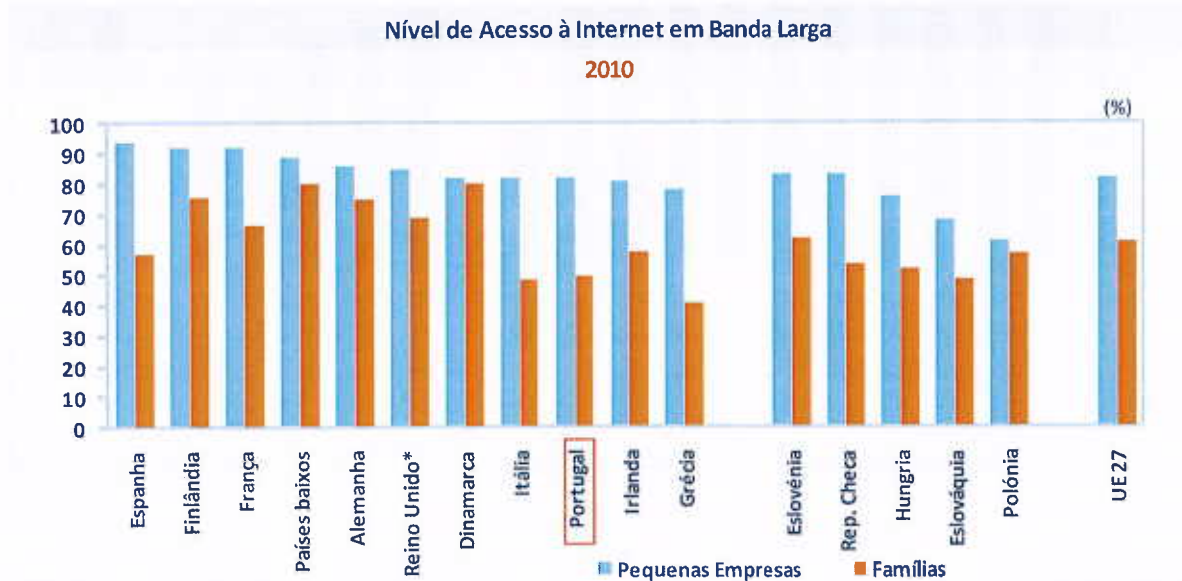
Número de Pequenas Empresas e de Famílias que têm acesso à Internet através de Banda Larga em percentagem dos respectivos totais. As empresas consideradas têm entre 10 e 49 trabalhadores e pertencem aos sectores da Indústria Transformadora, Construção, Comércio e Serviços, com exclusão do sector Financeiro.

Nota: mudança de nomenclatura (NACE Rev 1.1 para Rev 2.) determinou uma quebra de série no segmento Empresas em 2009.

Em 2010, 82% das empresas portuguesas com dimensão entre 10 e 49 trabalhadores tinham acesso à Internet em Banda Larga (80% em 2009), valor igual à média da UE. No caso das micro empresas (de 1 a 9 trabalhadores) este valor era de 53%.

A percentagem de famílias em Portugal com acesso à internet em Banda Larga aumenta em 2010 para 50% (46% em 2009), valor ainda bastante aquém da média da UE (61%).

De salientar que relativamente às pequenas empresas o acesso em Banda Larga é na casa dos 92-94% na Finlândia, França e Espanha e no caso das famílias os elevados valores registados na Dinamarca (80%), Países Baixos (80%) e Suécia (83%).



Fonte: Eurostat (base de dados, Novembro 2011)

* 2009 (famílias)

OBJECTIVOS

Focar a política de promoção do acesso à Internet em Banda Larga nas “micro-empresas” e no segmento das Famílias.

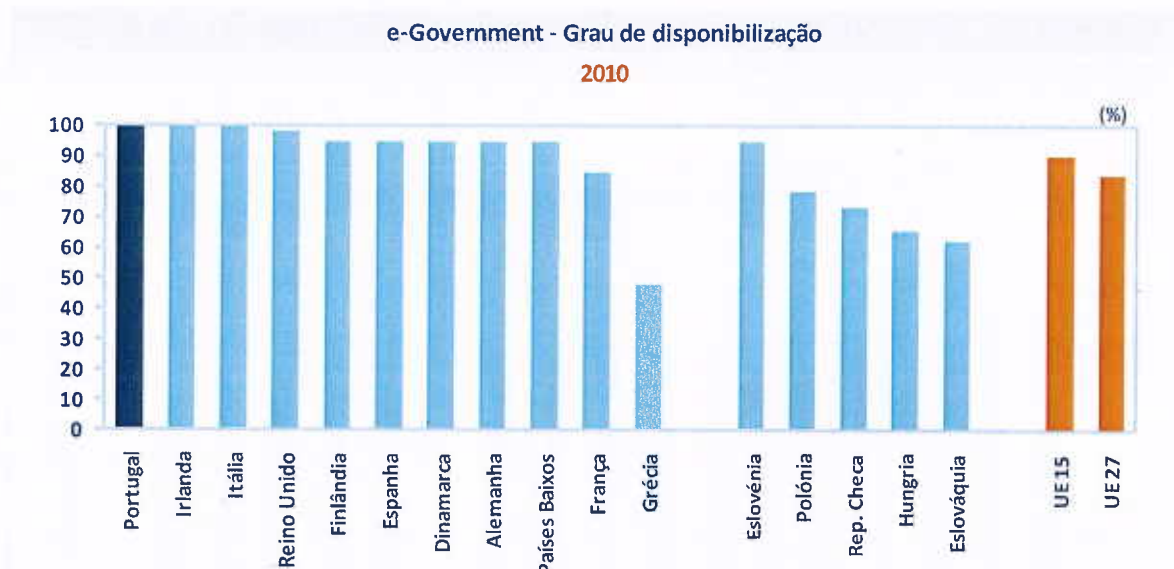
Adoptar como referencial as actuais metas da Agenda Digital Europeia: aumentar a percentagem da população que tem um uso regular da Internet do nível base de 60% (42% em Portugal) para 75% em 2015 e, diminuir a que nunca utilizou a Internet do nível base de 30% (50% em Portugal) para 15% também em 2015.

INDICADOR: e-Government – Grau de Disponibilização

Indicador, em valor percentual, que mede o grau de disponibilização online de uma lista pré-definida de 20 serviços públicos básicos destinados a empresas e cidadãos.

A melhor oferta de e-government em termos de disponibilização de serviços online foi em 2010 facultada por Portugal, juntamente com a Irlanda e a Itália, entre os países considerados na análise. Para além destes países, na UE tiveram igual desempenho a Suécia e Malta.

Em Portugal, a percentagem de empresas que utilizaram a Internet para interagir com as autoridades públicas manteve-se em 2010, em 75%, valor igual ao da média UE 15. No segmento dos indivíduos, o grau de utilização do e-government aumentou para 23% (21% em 2009), continuando no entanto bastante distante da média da UE 15 (35%) e apenas superior aos registados na Polónia, Itália, República Checa e Grécia entre os países considerados na análise.



Fonte: Eurostat (base de dados, Outubro 2011)

OBJECTIVOS

Prosseguir com a melhoria sistemática da oferta dos serviços públicos por via electrónica visando um cada vez maior nível de satisfação das necessidades dos utilizadores, donde se destaca a minimização dos encargos administrativos. Reforço das acções de melhoria nas áreas do licenciamento industrial e das compras públicas.

AMBIENTE E ENERGIA

INDICADOR: Intensidade Energética da Economia

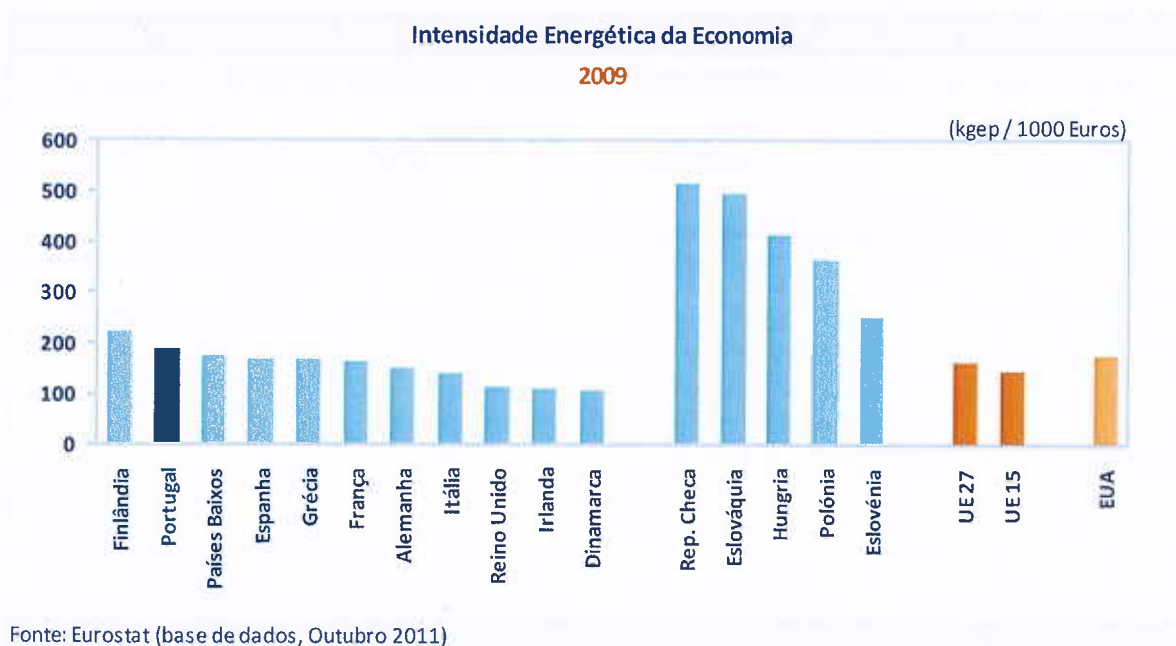
Rácio entre o consumo bruto de energia (carvão, electricidade, petróleo, gás natural e energias renováveis) e o Produto Interno Bruto.

É expresso em kgep (quilograma equivalente de petróleo) por 1000 euros.

É um indicador de eficiência energética na economia.

Em 2009, o consumo de energia por unidade produzida em Portugal aumentou (+1.6%). A intensidade energética da economia portuguesa foi neste ano 25% superior à média dos países da UE 15, representando o valor mais elevado logo a seguir à Finlândia e à Bélgica neste conjunto. Desde 2002, Portugal mantém a sua posição relativa no conjunto dos países da União Europeia considerados na análise (10º intensidade mais elevada deste grupo).

A intensidade energética na maioria das economias da União Europeia tem vindo a reduzir-se. Em 2009, apesar do grau de intensidade energética ter diminuído em 1.3% na UE (1.0% na UE 15) dez países da União Europeia apresentam intensidades energéticas mais elevadas que em 2008.

**OBJECTIVOS**

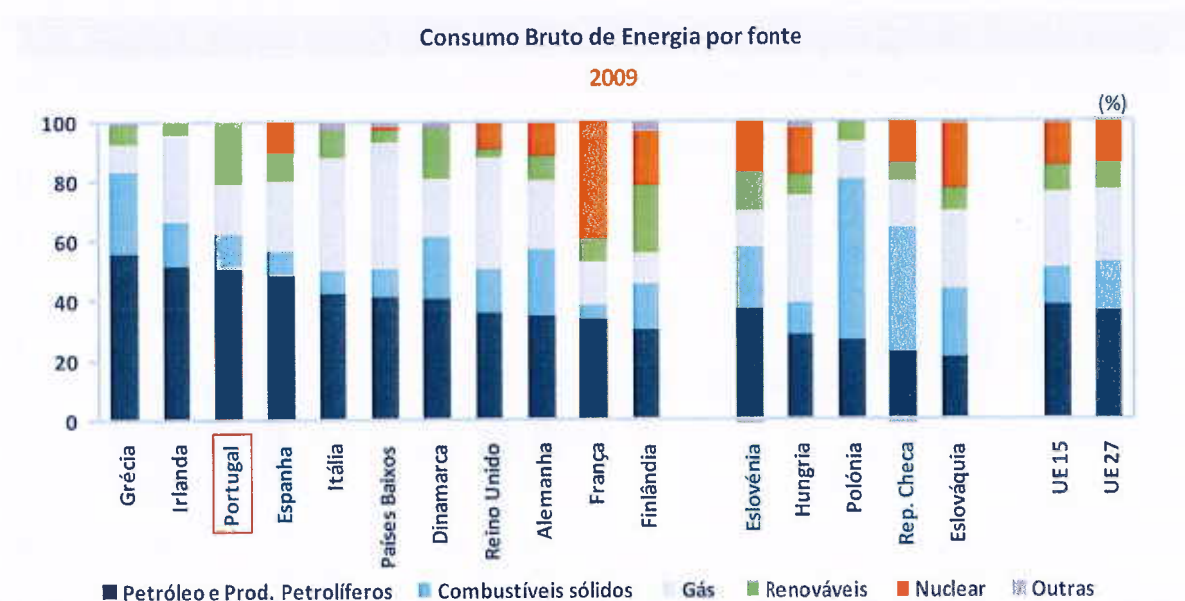
Intensificação de políticas e medidas visando uma maior racionalidade na utilização da energia pelas empresas e famílias, através da eficiência energética.

INDICADOR: Consumo Bruto de Energia por Fontes de Energia

Consumo bruto de energia ventilado por fontes de energia (combustíveis sólidos, petróleo e produtos petrolíferos, gás, energia nuclear, energias renováveis, outras fontes).

A importância relativa do petróleo e produtos petrolíferos no consumo de energia em Portugal tem vindo a diminuir nos últimos anos, situando-se em 50.5% em 2009. É no entanto um valor elevado no quadro da União Europeia, sendo superior à média da UE em 14 p.p.. Em contrapartida, Portugal tem reforçado o consumo de energia proveniente de fontes renováveis que em 2009 representava 19% do total, valor bastante acima da média da União Europeia (9%) e apenas inferior ao da Finlândia (23%) entre os países da União Europeia considerados.

A União Europeia apresenta, em média, um estrutura de consumo de energia baseada no petróleo e produtos petrolíferos (37%) e no gás natural (24%), representando a energia nuclear (14%) e as renováveis (9%). As economias da União Europeia apresentam no entanto mix energéticos muito distintos, havendo países sem energia nuclear ou que em que esta fonte de energia predomina como é o caso de França (40%), outros em que os combustíveis sólidos são preponderantes como são os casos da Polónia (54%) e a República Checa (41%).



Fonte: Eurostat (base de dados, Outubro 2011)

OBJECTIVOS

Intensificar a implementação de medidas que contribuam para uma redução da dependência de combustíveis fósseis, com incidência particular nas energias renováveis e na eficiência energética, visando uma maior segurança e diversificação das fontes energéticas e um melhor desempenho ambiental, e, atender à necessidade de preços de energia concorrenciais que não ponham em causa a capacidade concorrencial das empresas.

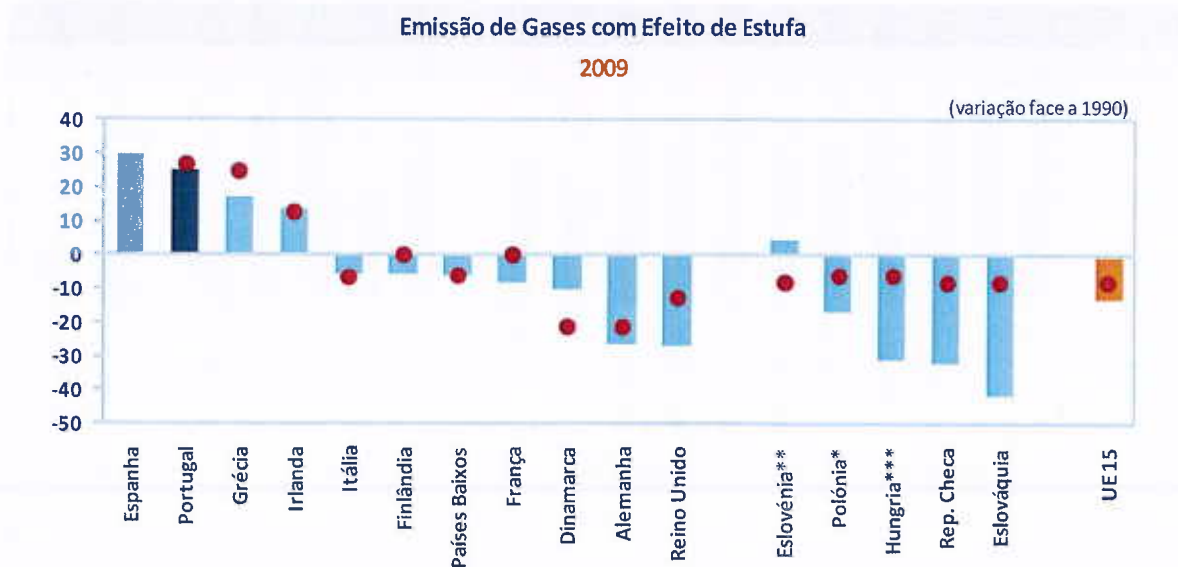
INDICADOR: Emissão de Gases com Efeito de Estufa

Variação do nível de emissões do cabaz de seis gases com efeito de estufa (GEE) expressas em CO₂ equivalente, considerado para efeitos de cumprimento do Protocolo de Quioto - emissões de dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). Indicação das metas de Quioto a atingir por cada um dos países e pela UE (variação máxima entre o valor de emissões registado no ano base - em geral o ano de 1990 - e o seu valor, em média, entre 2008 e 2012).

Em Portugal o nível de emissões de GEE em 2009 reduziu-se em -4.3% face ao ano anterior (-7.1% na UE). Relativamente à evolução verificada face a 1990 verifica-se que o nível de crescimento das emissões de GEE foi de +25.5% (+31.2% em 2008), valor que em 2009 é inferior às metas de Quioto para Portugal (+27%).

Na União Europeia o nível de emissões de GEE tem vindo a reduzir-se desde 2004, registando-se uma quebra significativa em 2009 em resultado da forte redução do nível de actividade económica mas também do aumento do consumo de energia de origem renovável.

Todos os países da União Europeia reduziram em 2009 o seu nível de emissões de GEE face ao ano anterior, com a UE 15 a registar uma redução média de -6.9%. A posição de cada Estado-membro relativamente ao cumprimento das metas no quadro de Quioto melhorou, com a UE 15 a apresentar um nível de redução das suas emissões de -12.7% face a 1990, redução que em 2009 se situa para além do acordado no âmbito do Protocolo de Quioto (-8.0%).



Fonte: EEA - Annual EU Greenhouse Gas Inventory 1990-2009

* variação face a 1988 ** variação face a 1986 *** variação face a média 1985-1987

OBJECTIVOS

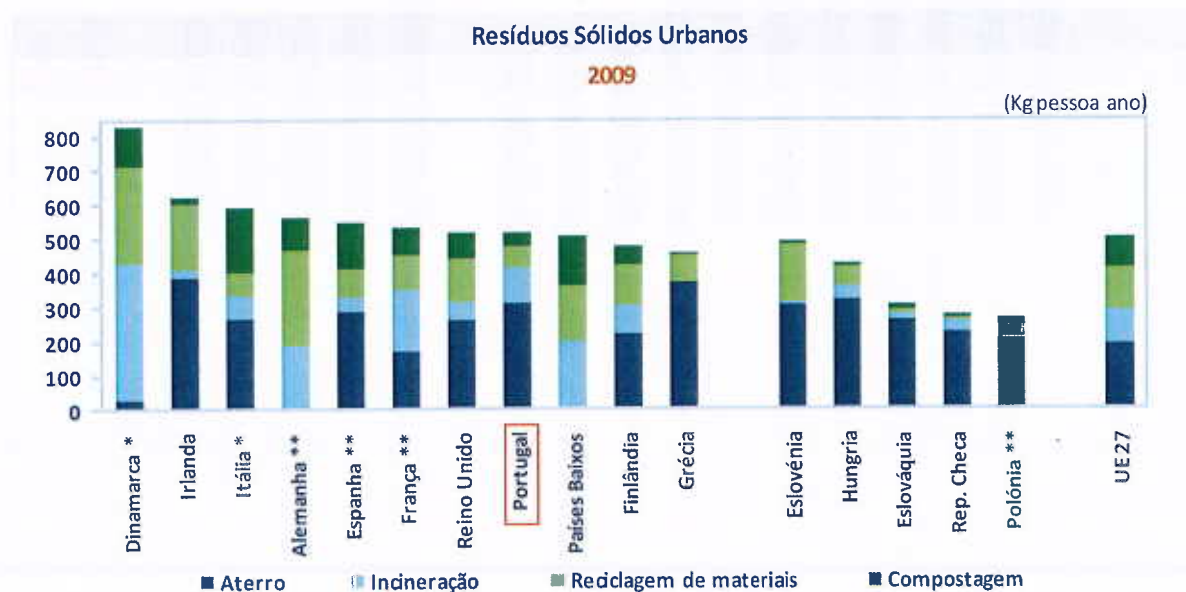
Implementar medidas e políticas, nomeadamente nos sectores dos transportes, serviços/residencial que permitam o cumprimento das metas estabelecidas em Quioto sem pôr em causa a capacidade concorrencial das empresas e o crescimento da economia.

INDICADOR: Resíduos Sólidos Urbanos

Total de resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos, medido em kg por pessoa / ano, segundo o destino final: deposição em aterro, incineração, reciclagem de materiais e compostagem. Os resíduos sólidos urbanos respeitam basicamente a resíduos domésticos e resíduos similares provenientes da actividade empresarial.

Em Portugal, foram recolhidos 517 kg de resíduos sólidos urbanos (RSU) por pessoa em 2009 (515 kg em 2008). A deposição em aterro é a opção de tratamento com maior peso relativo (61% em 2009), embora se continue a registar uma redução gradual deste tipo de tratamento. Em contrapartida, a reciclagem de materiais têm vindo a reforçar o seu peso, atingindo 12% em 2009 (10% em 2008).

A quantidade de resíduos sólidos urbanos recolhidos na UE difere significativamente entre os seus Estados-membro, entre um máximo de 831 kg pessoa/ano recolhidos na Dinamarca e um mínimo de 316 Kg na República Checa, registados em 2009. Neste ano, em média, recolheram-se 512 Kg/pessoa na União Europeia (520 Kg em 2008). As opções de tratamento seguidas em cada Estado-membro são também distintas, havendo, por exemplo, países em que a deposição em aterro é praticamente inexistente (Alemanha e Países Baixos) e outros em que esta forma de tratamento é muito significativa (Eslováquia e Grécia). Em média, na União Europeia, 38% dos RSU são depositados em aterro, 20% incinerados, 23% reciclados e 17% sujeitos a compostagem.



Fonte: Eurostat (base de dados, Outubro 2011)

* estimativa Eurostat ** valor estimado

OBJECTIVOS

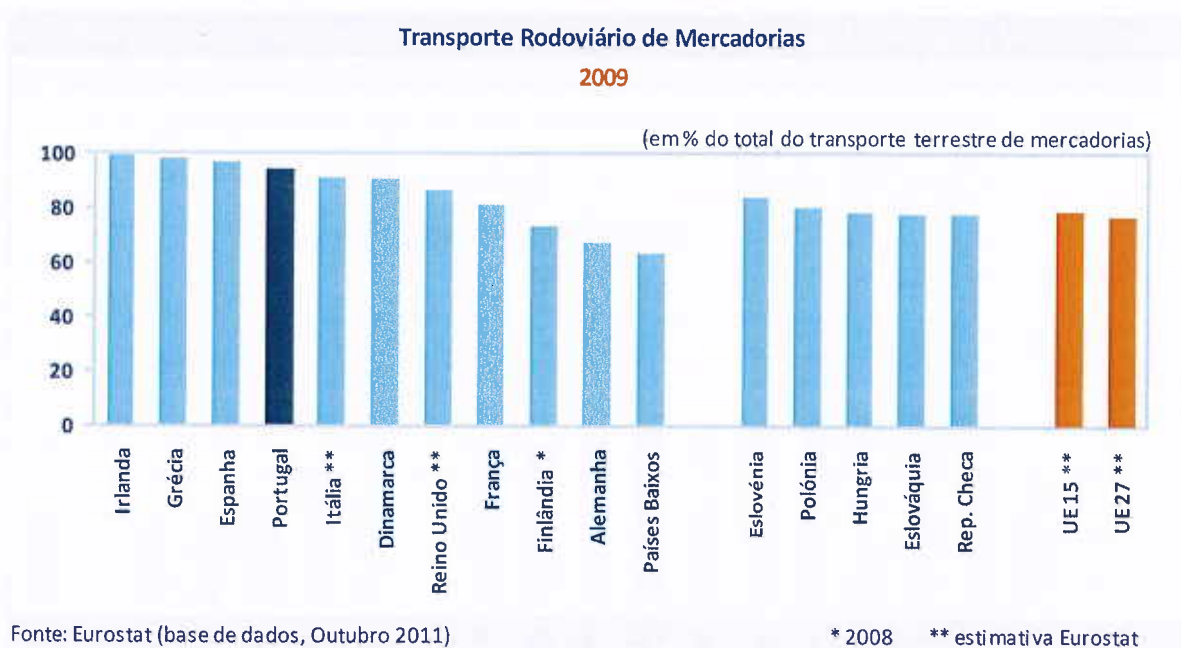
Prevenção e redução de resíduos. Desenvolvimento de estratégias de gestão de resíduos que permitam dar cumprimento aos objectivos estabelecidos nas directivas comunitárias relativas à deposição em aterro e incineração, a fluxos de resíduos específicos (de embalagens, de equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas e acumuladores, etc.) bem como os estabelecidos na nova directiva sobre resíduos (Directiva 2008/98/CE).

INDICADOR: Transporte rodoviário de Mercadorias

Peso do transporte rodoviário de mercadorias, em toneladas-km, no total do transporte de mercadorias por rodovia, ferrovia e vias navegáveis interiores.

O transporte de mercadorias por via rodoviária em Portugal representava em 2009 94.3% do total do transporte terrestre de mercadorias (93.9% no ano anterior), um valor elevado em termos europeus.

Na União Europeia, o peso da rodovia no transporte terrestre de mercadorias mantém-se elevado, atingindo 77.5% em 2009 (79.0% na UE 15). As diferenças entre os países da União Europeia são significativas. A Irlanda regista o peso relativo mais alto (99.4%) e os Países Baixos o mais baixo (63.4%), entre os 16 países da UE considerados na análise.

**OBJECTIVOS**

Implementar medidas que assegurem um sistema de transportes integrado, equilibrado e concorrencial, tendo em vista, nomeadamente, a redução gradual do peso da rodovia no transporte de mercadorias, conforme orientações da política de transportes comunitária

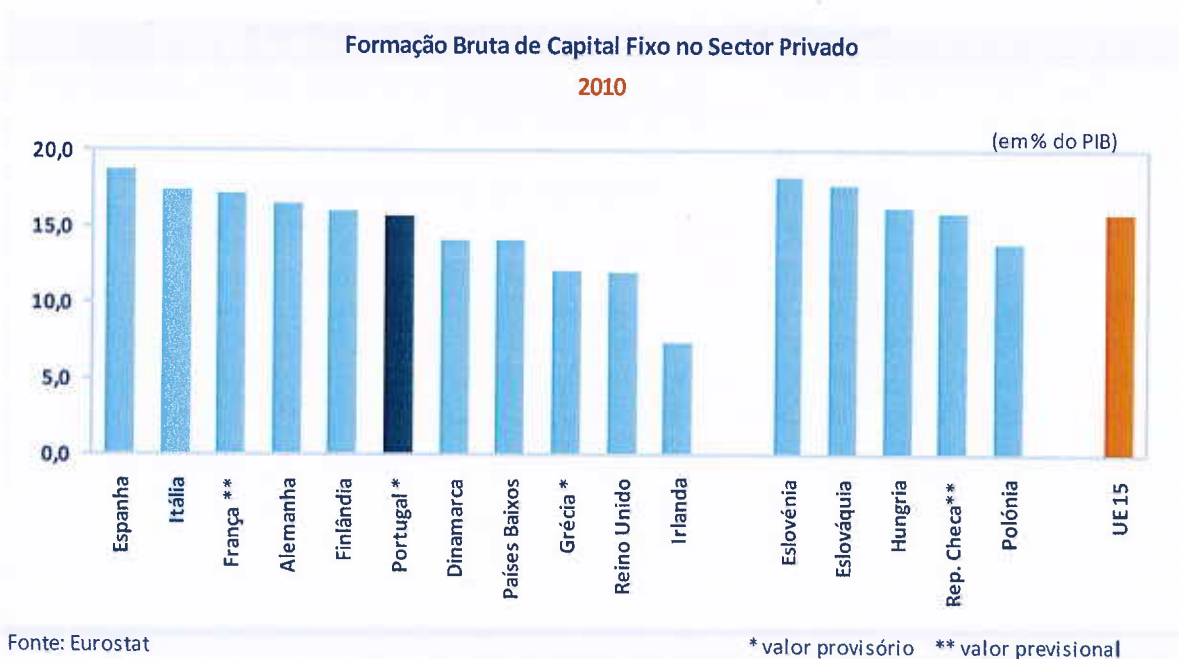
INVESTIMENTO

INDICADOR: Formação Bruta de Capital Fixo do Sector Privado em percentagem do PIB

Valor das aquisições, por entidades privadas residentes, de activos fixos deduzidos das alienações e acrescidos da valorização de activos não produzidos em percentagem do produto interno bruto. Consideram-se como activos fixos: edifícios, estruturas, máquinas e equipamentos, exploração de minerais, software e originais artísticos e literários. A valorização de activos não produzidos, em regra activos naturais, corresponde à valorização de melhorias nesses recursos como sejam o crescimento das florestas ou o envelhecimento do vinho. Este indicador é obtido a partir das Contas Nacionais.

Em Portugal, o peso da FBCF do sector privado no PIB volta a reduziu-se com significado em 2010, atingindo 15.7% (17.0% em 2009). Trata-se de um valor próximo da média da UE 15 e da UE, que neste ano se situou em 15.9%.

Em 2010, embora se continue a verificar uma quebra acentuada do investimento privado em parte significativa dos países da UE, as reduções no peso FBCF do sector privado em percentagem do PIB são menos expressivas que as registadas em 2009. A Irlanda, tal como em 2009, apresenta o valor mais baixo no quadro da UE (7.4%), tendo a Áustria registado o valor máximo (19.4%).


OBJECTIVOS

As estratégias empresariais e as políticas públicas devem convergir no sentido de melhorar a “qualidade” do investimento, com uma maior concentração deste em projectos com elevada produtividade. Incentivos ao investimento empresarial para produção de bens e serviços transaccionáveis e estratégias de internacionalização das empresas, nomeadamente no domínio das exportações.

INDICADOR: Fluxos de Investimento Directo do Estrangeiro (inflows)

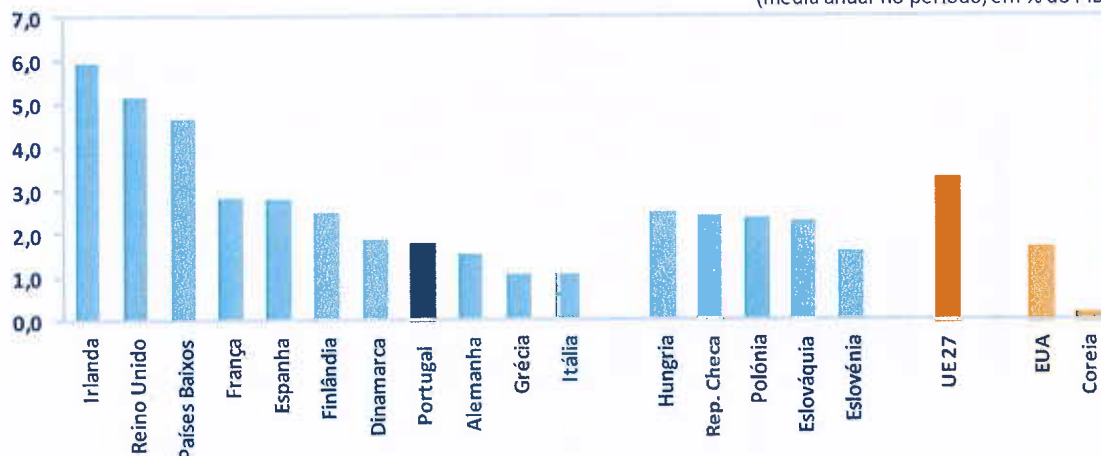
Fluxo de entrada de investimento directo estrangeiro (IDE) em cada país, em percentagem do PIB. Investimento directo estrangeiro é definido como o investimento de uma entidade residente numa economia com o objectivo de obter um interesse duradouro numa empresa residente noutra economia. Por interesse duradouro entende-se a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor directo e a empresa e um significativo grau de influência do investidor na gestão da mesma, adoptando-se como critério uma posição não inferior a 10% do capital ou do direito de voto.

Em Portugal, os fluxos líquidos de investimento directo do estrangeiro diminuíram significativamente em 2010. No período 2006-2010, o investimento directo estrangeiro em Portugal representou, em termos médios anuais, 1,7% do PIB, valor inferior ao registado na UE (3,3% do PIB). Entre os países da União Europeia considerados na análise, apresentaram neste período o valor médio anual mais significativo, a Irlanda (5,9%), o Reino Unido (5,2%) e os Países Baixos (4,6%).

Na União Europeia, os fluxos de investimento estrangeiro têm vindo a reduzir-se nos últimos três anos. À escala mundial, o investimento estrangeiro registou em 2010 um aumento, reforçando as economias em desenvolvimento a sua importância, quer como receptores de investimento quer como investidores no estrangeiro.

Fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (Inflows)
2006-2010

(média anual no período, em % do PIB)



Fonte: OCDE (base de dados, Outubro 2011)

OBJECTIVOS

Intensificar acções visando a captação de investimento directo estrangeiro, designadamente em actividades com elevados níveis de produtividade ou que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e da inovação em Portugal.

INDICADOR: Fluxos de Investimento Directo no Estrangeiro (outflows)

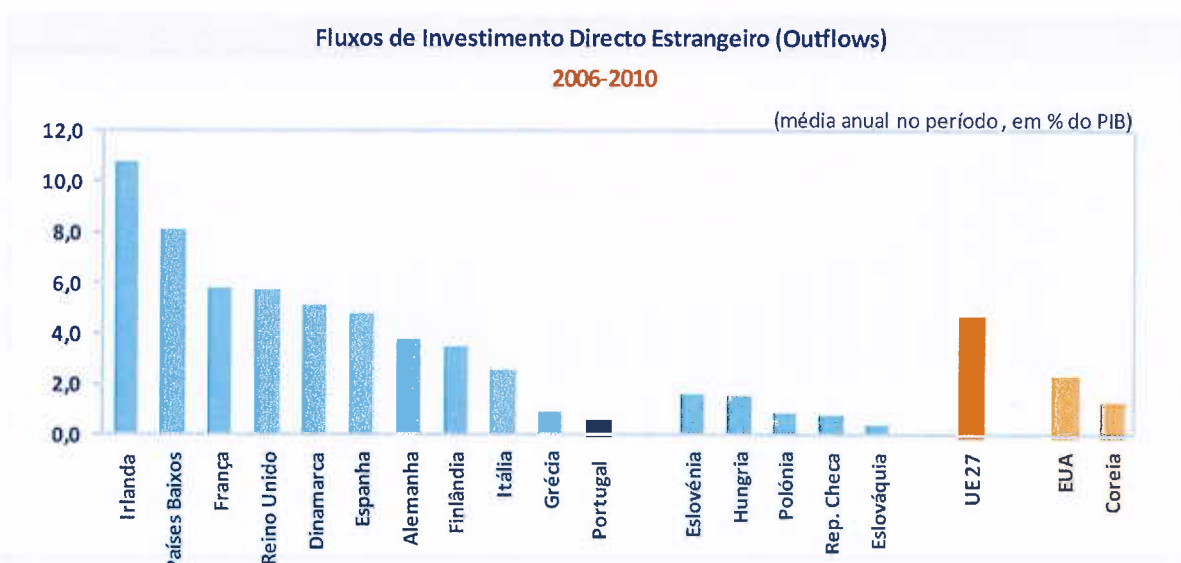
Fluxos de investimento directo de cada país no exterior, em percentagem do PIB.

Investimento directo estrangeiro é definido como o investimento de uma entidade residente numa economia com o objectivo de obter um interesse duradouro numa empresa residente noutra economia. Por interesse duradouro entende-se a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor directo e a empresa e um significativo grau de influência do investidor na gestão da mesma, adoptando-se como critério uma posição não inferior a 10% do capital ou do direito de voto.

Os fluxos líquidos de investimento directo de Portugal no exterior diminuíram significativamente em 2009 e 2010, tendo neste ano o “desinvestimento” assumido um valor significativo, devido a uma operação de elevado montante.

No período 2006-2010, os fluxos de investimento directo de Portugal no exterior representaram, em termos médios anuais, 0.6% do PIB. Trata-se de um valor inferior ao verificado nos fluxos de investimento directo do exterior em Portugal (1.7%). Na UE, de assinalar os valores elevados da Irlanda (10.8%) e dos Países Baixos (8.1%).

Em média, na União Europeia, os fluxos líquidos de investimento no estrangeiro, que registaram quebras com significado em 2008 e 2009, cresceram em 2010, correspondendo a 2.7% do PIB.



Fonte: OCDE (base de dados, Outubro 2011)

OBJECTIVOS

O investimento directo no exterior é um factor importante na internacionalização das empresas portuguesas. As empresas, devem sempre que possível, desenvolver estratégias articuladas de modo a que o investimento no exterior contribua para a exportação de bens e serviços.

INDICADOR: Stock de Investimento Directo Estrangeiro

Stock de investimento directo do estrangeiro em cada país (inward) e de cada país no estrangeiro (outward), em percentagem do PIB. Investimento directo estrangeiro é definido como o investimento de uma entidade residente numa economia com o objectivo de obter um interesse duradouro numa empresa residente noutra economia. Por interesse duradouro entende-se a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor directo e a empresa e um significativo grau de influência do investidor na gestão da mesma, adoptando-se como critério uma posição não inferior a 10% do capital ou do direito de voto.

Em 2010, o stock de investimento directo estrangeiro em Portugal bem como o stock de investimento directo de Portugal no exterior, reduziram-se face ao ano anterior. Em percentagem do PIB, o valor passou de 49.0% para 48.2% no caso do stock de IDE em Portugal e de 29.2% para 28.1% no que respeita ao o stock de investimento directo de Portugal no exterior. Tratam-se de valores intermédios entre os países considerados na análise, onde se destacam a Irlanda, os Países Baixos, Hungria e República Checa em termos de stock de investimento directo do exterior e a Irlanda e os Países Baixos no que respeita ao stock de investimento directo no exterior.



Fonte: OCDE (base de dados, Outubro 2011)

OBJECTIVOS

Aumentar significativamente a captação de fluxos de investimento directo estrangeiro, designadamente em actividades com elevados níveis de produtividade ou que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e da inovação em Portugal. O investimento directo no exterior é, por seu lado, um factor importante na internacionalização das empresas portuguesas. Devem ser consideradas pelas empresas, sempre que possível, estratégias articuladas de investimento e de exportação de bens e serviços.

I&D E INOVAÇÃO

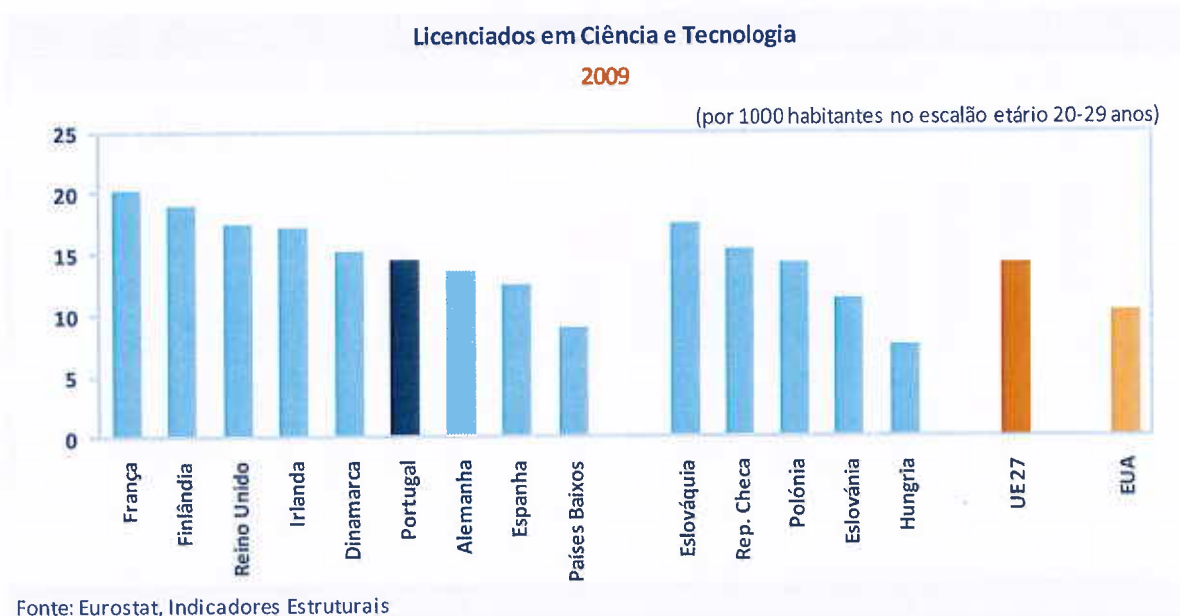
INDICADOR: Licenciados em Ciência e Tecnologia

Número de novos graduados em matemática, ciência e tecnologia, por mil habitantes no escalão etário 20-29 anos.

Em Portugal, o número de novos licenciados nas áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes, em 2009 era de 14.6, o que compara com o valor médio de 14.3 na UE. Face ao ano anterior, apesar do abrandamento registado no número de novos licenciados, Portugal continuou a registar valores superiores à mediana.

A análise por géneros, de novos licenciados nestas áreas, permite verificar que na Hungria (6.0 p.p.), na Polónia (6.4 p.p.) e em Portugal (7.5 p.p.) o diferencial entre homens e mulheres é menor. O maior diferencial regista-se na França (17.4 p.p.). De referir também que, em Portugal, embora o número de homens licenciados por mil habitantes (18.3) seja inferior à média da UE (19.2), o número de mulheres é superior ao da média da UE em +1.4 p.p..

A comparação entre países e a evolução no tempo dos valores deste indicador devem ser vistos com cuidado, face a alguns problemas de natureza metodológica.



OBJECTIVOS

Criar condições em termos de programas e de infra-estruturas para uma maior ênfase no ensino nas áreas científicas e tecnológicas, nomeadamente ao nível do ensino básico e secundário.

Incentivar os jovens para a aprendizagem e experimentação.

Promover e incentivar a cultura científica.

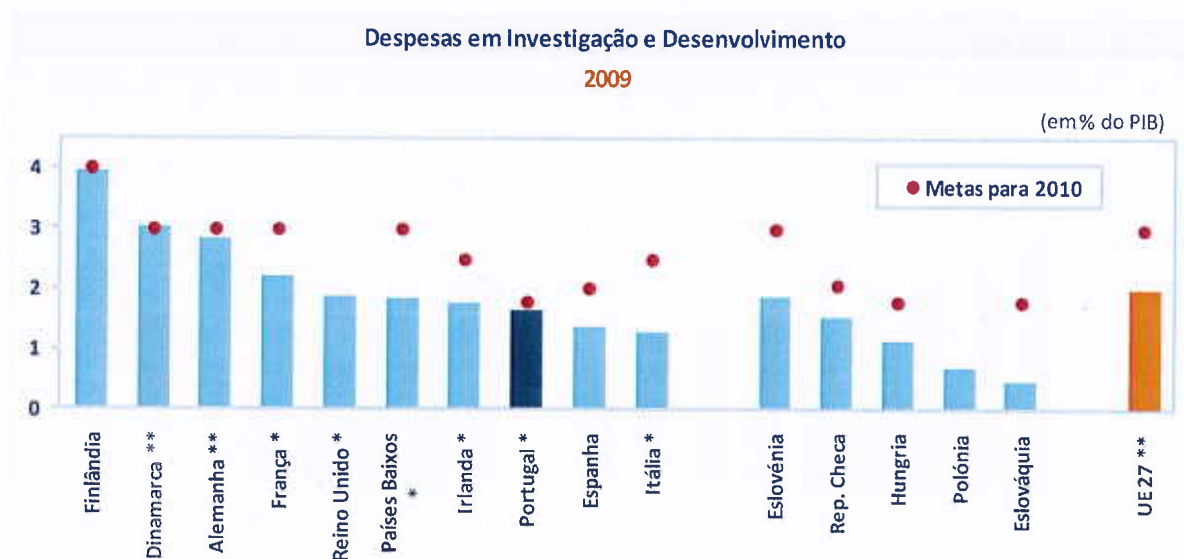
INDICADOR: Despesas em Investigação e Desenvolvimento

Despesas totais em Investigação e Desenvolvimento (I&D), em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB). Inclui as despesas em I&D das administrações públicas, das empresas, do ensino superior e das instituições privadas sem fins lucrativos.

Nos últimos cinco anos, Portugal de acordo com os dados provisórios para 2009, terá duplicado as despesas em I&D, prevendo-se que tenha atingido 1.7% do PIB (0.8% em 2005), aproximando-se da meta para Portugal (1.8% em 2010), e da média da União Europeia (2.0%), em 2009.

Cerca de 47% destas despesas foram feitas pelas empresas, 35% por entidades do ensino superior, 11% pelas “instituições privadas sem fins lucrativos” e 7% pelo Estado.

Dos países considerados na análise, a Finlândia (4.0% do PIB) e a Dinamarca (3.0% do PIB) foram os países que em 2009 já tinham alcançado o objectivo definido para 2010.



Fonte: Eurostat - Indicadores Estruturais

* valor provisório ** valor estimado

OBJECTIVOS

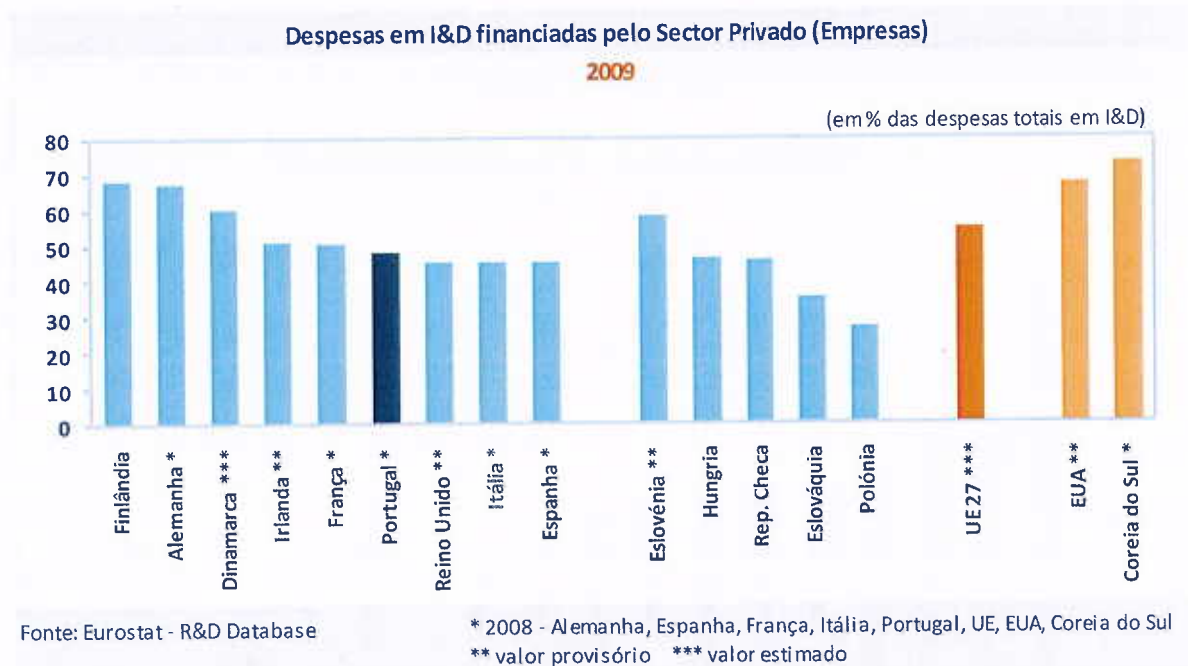
Desenvolver estratégias e incentivos motivadoras do crescimento das despesas em I&D. Fomentar uma maior articulação entre as instituições de investigação e as empresas e promover medidas de difusão dos seus resultados pela economia contribuindo para o lançamento de novos produtos desejados pelos mercados.

INDICADOR: Despesas Privadas em Investigação e Desenvolvimento (Empresas)

Despesas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) financiadas pelas empresas em percentagem das despesas totais em I&D.

De acordo com os dados disponíveis para Portugal, 48% das despesas em Investigação e Desenvolvimento, em 2008, foram financiadas pelas empresas (47% em 2009 de acordo com fonte nacional). Este valor que cresceu cerca de 14 p. p. entre 2004 e 2008 situa-se na mediana dos países considerados.

Em relação à média da União Europeia (54.7%), de notar os elevados valores deste indicador registados na Finlândia (68.1%), na Alemanha (67.3%), na Dinamarca (60.2%) e na Eslovénia (58.0%).


OBJECTIVOS

Desenvolver estratégias empresariais com maior incidência na concepção e criação de novos processos e produtos, e medidas de estímulo ao aumento das competências técnicas e científicas dos seus recursos humanos. Aprofundar as parcerias internacionais existentes e promover novas parcerias dando forte ênfase à captação de investimento estrangeiro em áreas de actividade com maior incorporação de I&D, bem como o estabelecimento em Portugal de centros de investigação e desenvolvimento de empresas em Portugal.

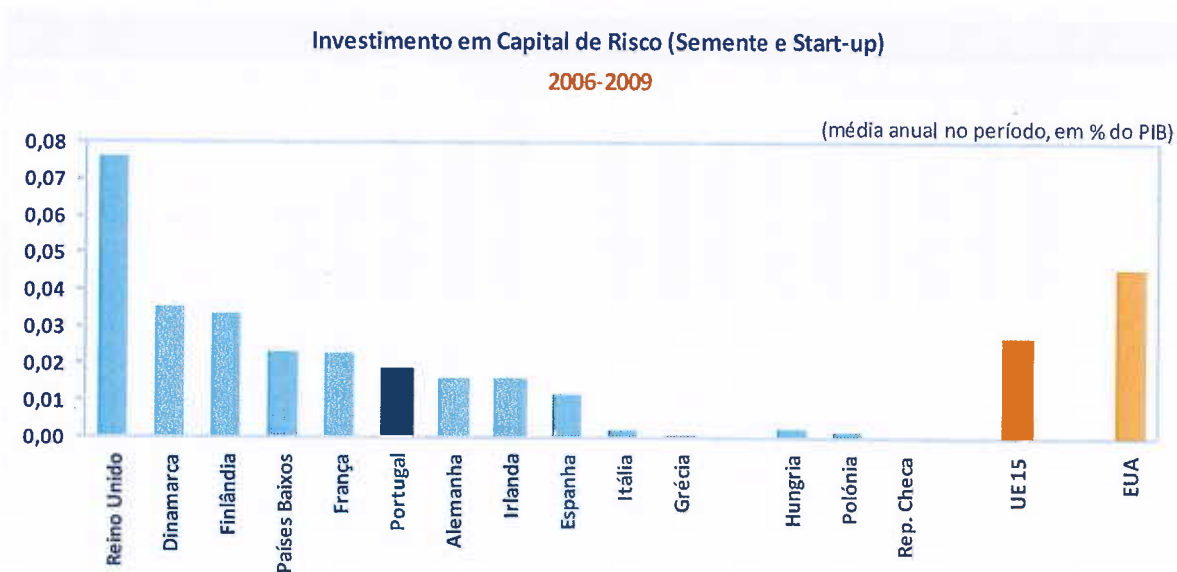
INDICADOR: Investimento em Capital de Risco (Semente e Start-up)

Participação no capital de empresas como capital de risco, em percentagem do PIB, na óptica de capital de semente e financiamento de start-up's. O capital de semente visa financiar a pesquisa e o desenvolvimento de uma ideia de negócio antes que esta atinja a fase de start-up. O financiamento de start-up's visa o lançamento e promoção de novos produtos e serviços e a sua produção e comercialização na fase de arranque.

Desde 2003 que este indicador se refere ao investimento em capital de risco efectuado num dado país independentemente da nacionalidade da entidade financiadora.

No período entre 2006 e 2009, o investimento em capital de risco de semente e start-up registou em média cerca de 0.019% do PIB, comparável com o registado nos Países Baixos e França (0.023%). No seu conjunto a UE 15 continua a registar um valor baixo quando comparado com os EUA.

De notar que os valores do investimento em capital de risco em períodos curtos podem ser influenciados por operações isoladas de elevado montante. A utilização de valores médios minora este problema mas não elimina totalmente a volatilidade própria destes valores.



Fonte: Eurostat, R&D Database

OBJECTIVOS

Desenvolver acções de sensibilização e de incentivo do lado da procura e da oferta de capital de risco, face ao seu importante papel no lançamento de projectos inovadores e que, dada a sua natureza, normalmente sentem dificuldades na obtenção de fundos nas fontes de financiamento clássicas.

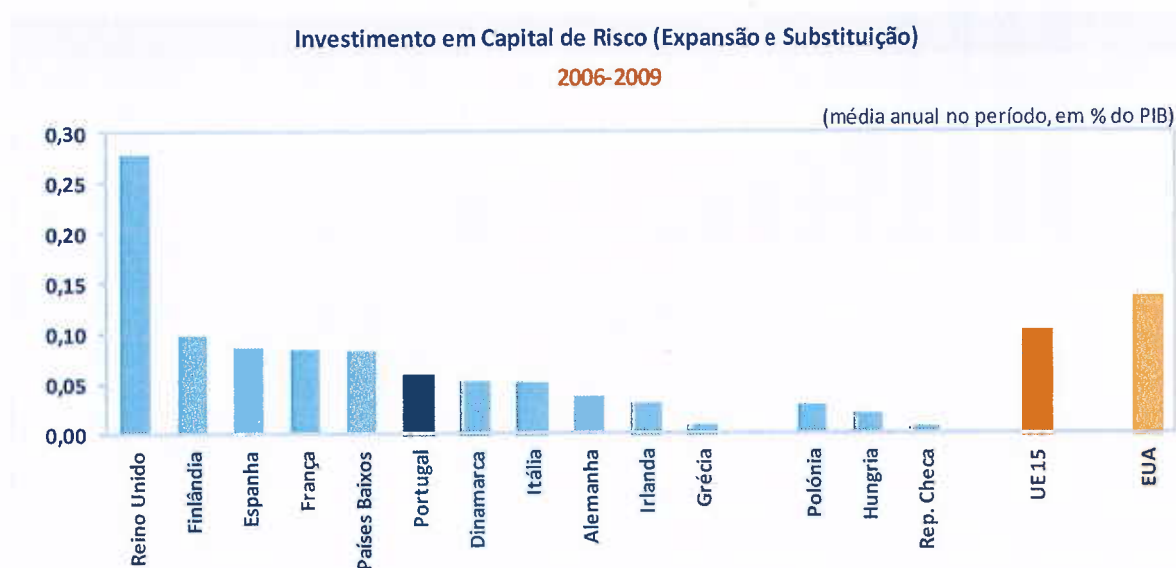
INDICADOR: Investimento em Capital de Risco (Expansão e Substituição)

Participação no capital de empresas como capital de risco, em percentagem do PIB, para financiar o crescimento e expansão da actividade da empresa (aumento da capacidade produtiva, desenvolvimento de novos produtos ou acesso a novos mercados); ou a aquisição de participações sociais que outras entidades detenham na empresa. Estão excluídas as aquisições de capital decorrentes de operações de “management buyout”, “management buyin” e de aquisição de acções cotadas em bolsa.

Desde 2003 que este indicador se refere ao investimento em capital de risco efectuado num dado país independentemente da nacionalidade da entidade financiadora.

Em Portugal, o investimento em capital de risco de expansão e substituição em percentagem do PIB foi em média, entre 2006 e 2009, de 0.06%. De destacar na UE os elevados valores registados no Reino Unido (0.28%) e na Suécia (0.19%).

Note-se que os valores do investimento em capital de risco em períodos curtos podem ser influenciados por operações isoladas de elevado montante. A utilização de valores médios minora este problema mas não elimina totalmente a volatilidade própria destes valores.



Fonte: Eurostat, R&D Database

OBJECTIVOS

Incentivar uma maior diversificação da procura e da oferta de capital de risco, ao qual deverá caber um papel mais significativo no redimensionamento e reestruturação empresarial, bem como no financiamento das fases de crescimento de muitas empresas.

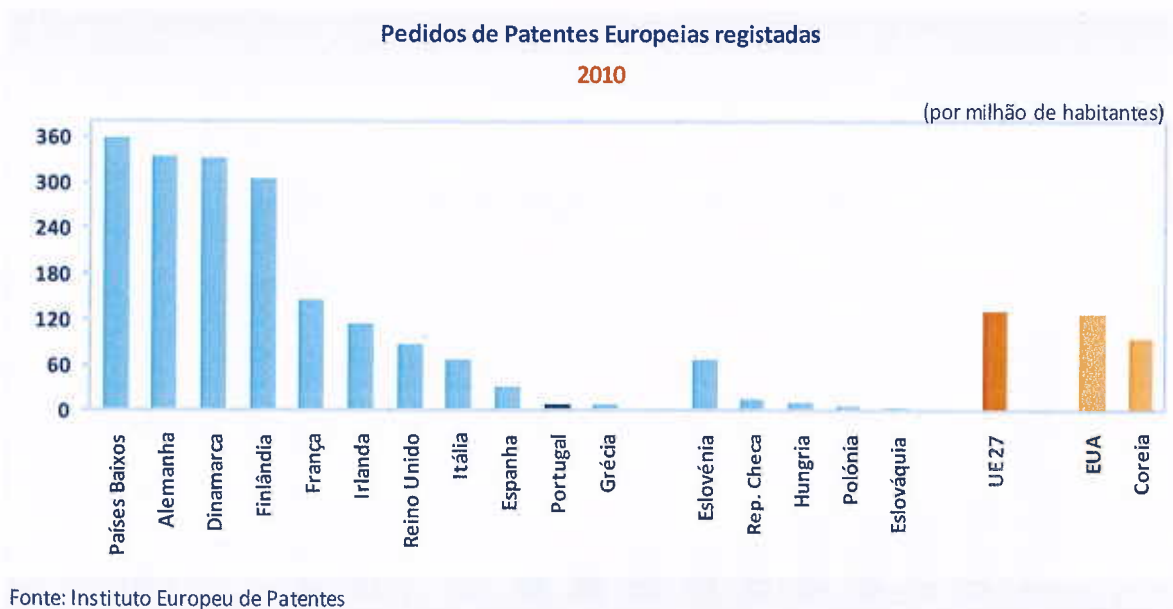
INDICADOR: Patentes Europeias

Número de pedidos de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes por milhão de habitantes.

Em 2010, Portugal pediu o registo de cerca 7.6 patentes por milhão de habitantes.

No contexto dos países considerados, o valor de Portugal neste indicador é semelhante ao da Grécia (7.5) e apenas superior ao registado pela Polónia (5.4) e pela Eslováquia (4.4).

De notar os elevados valores registados nos Países Baixos (357.7), Alemanha (334.6), Dinamarca (331.4) e Finlândia (304.9), muito acima da média da União Europeia (132.3).


OBJECTIVOS

Um aumento significativo no registo de patentes por parte das entidades residentes em Portugal está relacionado com a evolução do investimento em I&D. A informação disponível aponta no sentido de que o número de registos de patentes devia ser superior, pelo que é necessário implementar medidas, nomeadamente ao nível da redução de custos, que promovam o registo de patentes. Igualmente, deverão ser desenvolvidas acções de sensibilização para a importância dos direitos de propriedade industrial ao nível das estratégias das empresas.

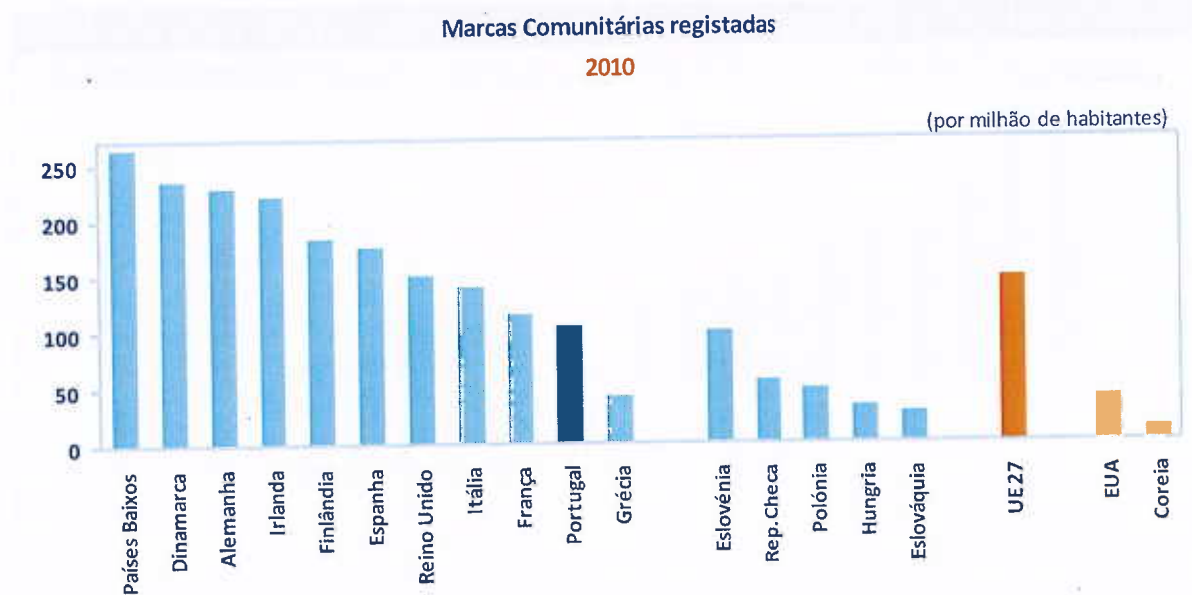
INDICADOR: Marcas Comunitárias registadas

Número de marcas registadas, por milhão de habitantes, no Instituto de Harmonização do Mercado Interno (IHMI), Agência Comunitária responsável pelo registo de marcas com validade em todos os países da União Europeia.

Em 2010, em Portugal manteve-se a trajectória de crescimento do número de marcas comunitárias registadas tendo atingido o valor de 103.7 marcas por milhão de habitantes (93.3 em 2009).

Apesar do crescimento verificado nos últimos anos, o número de marcas registadas por Portugal está bastante aquém da média da União Europeia (146.4) e é inferior à mediana dos valores registados nos países do benchmarking.

De salientar o número elevado de marcas registadas, por milhão de habitantes, pelos Países Baixos (263.5), Dinamarca (235.4), Alemanha (229.2) e Irlanda (221.2).



Fonte: Instituto de Harmonização do Mercado Interno (IHMI)

OBJECTIVOS

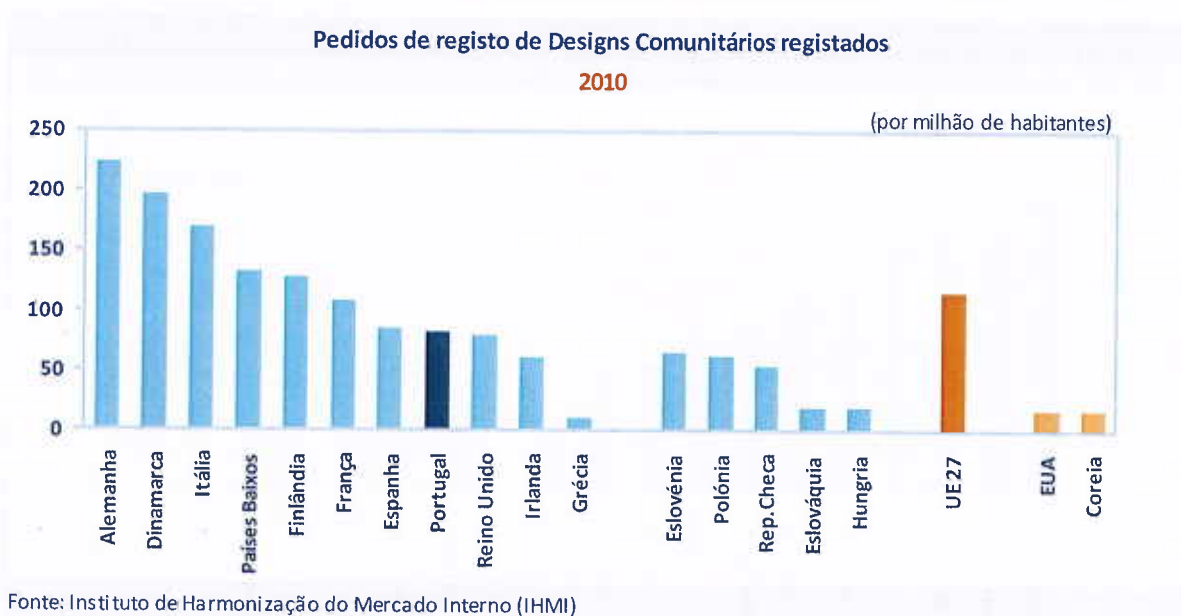
Desenvolver acções de sensibilização vincando a grande importância dos direitos de propriedade industrial ao nível das estratégias empresariais. No caso das marcas comunitárias, dada a sua importância em termos comerciais, importará reforçar o ritmo de crescimento significativo registado nos anos mais recentes visando atingir valores próximos da média da UE.

INDICADOR: Designs Comunitários registados

Número de pedidos de registo de Designs (desenhos ou modelos comunitários) no Instituto de Harmonização do Mercado Interno (IHMI) por milhão de habitantes. Desenho ou modelo é definido como a “aparência da totalidade ou de uma parte de um produto resultante das suas características, nomeadamente, das linhas, contornos, cores, forma, textura e/ou materiais do próprio produto e/ou da sua ornamentação”.

Em 2010, o número de pedidos de registo de designs comunitários solicitados por Portugal foi de 81.7 por milhão de habitantes, valor inferior ao registado em 2009 (105.6) e que em termos comparativos está próximo dos valores verificados em Espanha (85.0) e Reino Unido (79.1).

Entre os países da UE em análise é de destacar o elevado número de pedidos de design comunitários registados, da Alemanha (223.2), Dinamarca (196.7) e Itália (168.7).


OBJECTIVOS

Promover acções que relevem a importância da protecção da “estética” dos produtos no desenvolvimento de estratégias empresariais inovadoras e de sucesso.

Indicadores de Output

PIB

Emprego

Desemprego

Produtividade

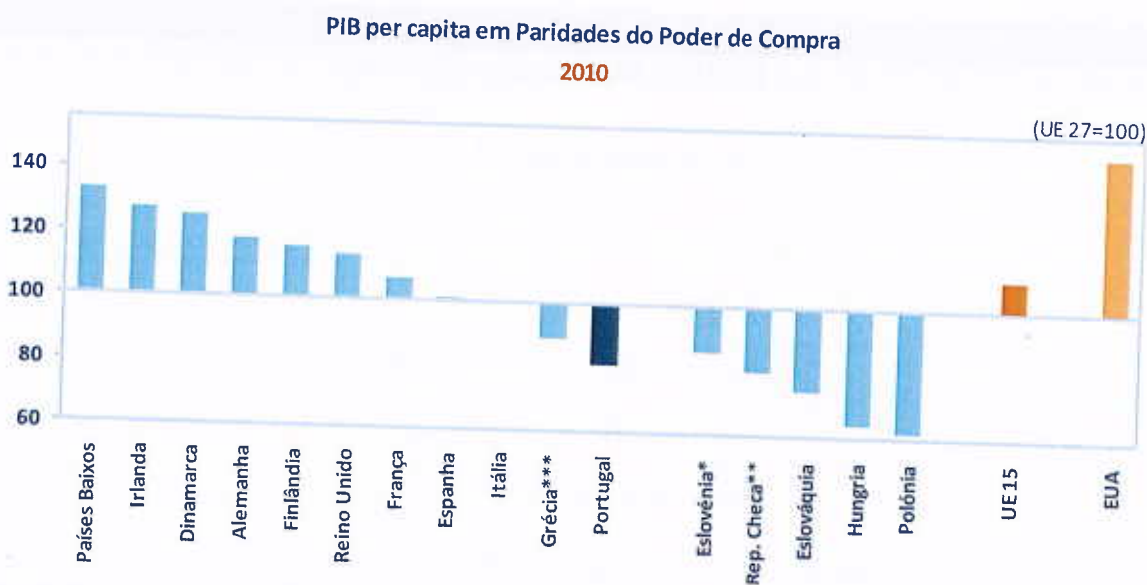
Grau de Abertura da Economia

INDICADOR: Produto Interno Bruto per capita

Produto Interno Bruto (PIB) por habitante, avaliado em paridades de poder de compra (PPC), relativamente à média da União Europeia (UE 27=100).

Em 2010, o PIB per capita em Portugal medido em paridades de poder de compra correspondeu a 81% do valor médio da UE 27.

No contexto dos países da UE considerados, Portugal regista um valor apenas superior aos da República Checa (80%), Eslováquia (74%), Hungria (64%) e Polónia (62%).



Fonte: Eurostat Database

*quebra de série

**valor estimado

***valor provisório

INDICADOR: Produto Interno Bruto, variação em volume

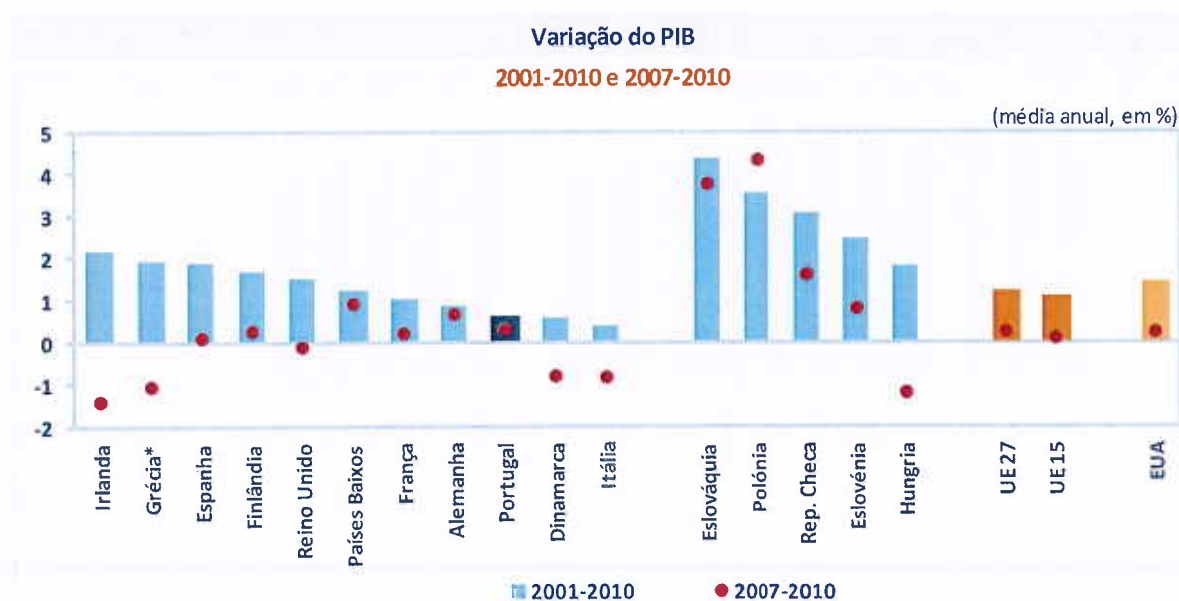
Taxa média anual da variação, em volume, do Produto Interno Bruto (PIB).

No período 2001-2010, a variação média anual do PIB, em volume, em Portugal foi de 0.6%, valor inferior ao da média da UE (1.2%) e, entre os países considerados, apenas superior à registada em Itália.

No último quadriénio 2007-2010, o crescimento médio foi idêntico ao da UE (+0.3%). Note-se que nestes últimos anos e após um crescimento robusto em 2007 (média na UE de 3.1%), vários países registaram crescimentos negativos em 2008, e todos os países da UE, com excepção da Polónia, tiveram significativas variações negativas em 2009, situação que se manteve em alguns países em 2010.

Entre os países considerados, de salientar que três dos países com melhor crescimento no período 2001-2010 registaram um crescimento médio negativo em 2007-2010, casos da Irlanda (-1.4%) e da Grécia (-1.0%) ou praticamente nulo na Espanha (0.1%). A Dinamarca (-0.8%), a Itália (-0.8%) e a Hungria (-1.2%) também registaram no quadriénio 2007-2010 variações médias negativas no seu PIB em volume.

De notar também os elevados níveis de crescimento dos novos Estados-membro e o facto de a Polónia ter sido o único país com um crescimento médio anual em 2007-2010 superior ao do período 2001-2010.



Fonte: Eurostat Database

*valor provisório

INDICADOR: Taxa de Emprego

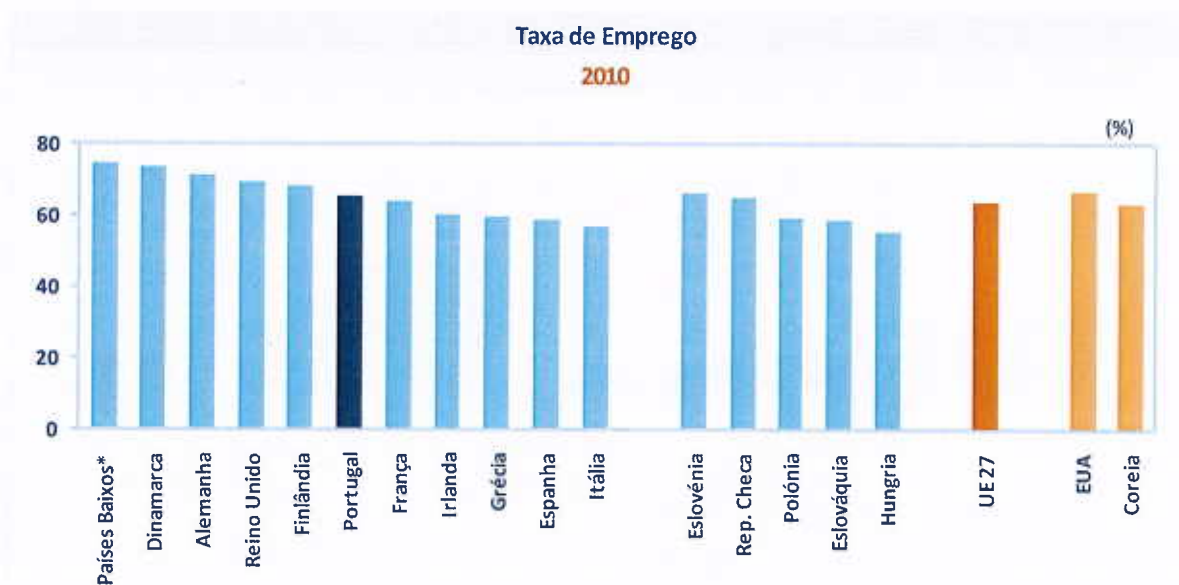
Relação, em percentagem, entre o número de pessoas empregadas com idades entre os 15 e os 64 anos e a população total no mesmo escalão etário.

Em 2010, a taxa de emprego em Portugal foi de 65.6% (-2.6 p.p. que em 2008).

Na UE verifica-se uma elevada dispersão das taxas de emprego (cerca de 19 p.p.). Os Países Baixos (74.7%), a Dinamarca (73.4%) e a Alemanha (71.1%) têm as maiores taxas de emprego. Na Espanha (58.6%), Itália (56.9%) e Hungria (55.4%) verificam-se as taxas mais baixas.

As taxas de emprego que de um modo geral vinham subindo gradualmente (+2.8 p.p. na UE entre 2004 e 2008) diminuíram nos dois últimos anos (-1.7 p.p. na UE em 2009 e 2010).

Com excepção do Luxemburgo (+1.8 p.p.), Alemanha (+1.0 p.p.) e Malta (+0.8 p.p.), as taxas de emprego diminuíram em todos os outros países em 2009-2010. As reduções mais significativas registaram-se na Irlanda (-7.6 p.p.), Espanha (-5.7 p.p.) e Dinamarca (-4.5 p.p.) entre os países considerados na análise e entre os restantes países da UE, na Letónia (-9.3 p.p.), Estónia (-8.8 p.p.) e Lituânia (-6.5 p.p.).



Fonte: Eurostat Database; OCDE Database

*quebra de série

INDICADOR: Variação da população empregada

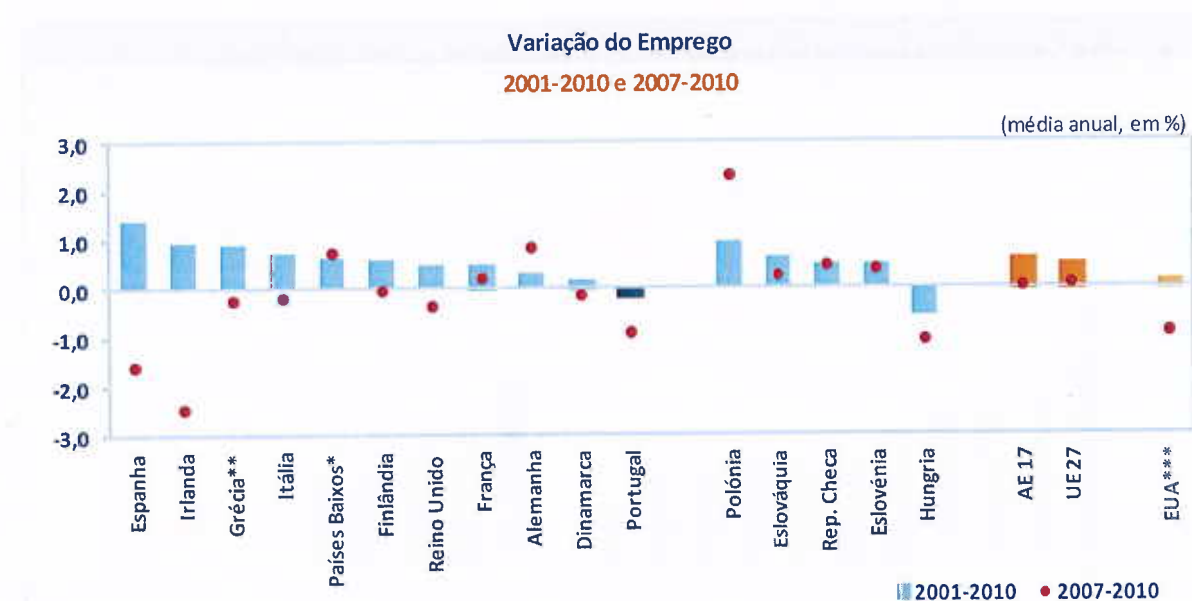
Variação média anual da população empregada, em percentagem.

No período 2001-2010, a população empregada em Portugal registou uma variação média anual de -0.2% (0.5% na UE), valor apenas superior ao verificado na Hungria (-0.4%). No quadriénio 2007-2010, o emprego diminuiu em média anual -0.9% (0.1% na UE).

Na União Europeia, o emprego diminuiu -1.8% em 2009 e -0.5% em 2010. Nos países considerados na análise, o emprego diminuiu em todos eles, com excepção, da Alemanha e da Polónia.

Em 2010, o emprego voltou a diminuir em 12 destes 16 países. Em Portugal, o emprego diminuiu 2.6% em 2009 e -1.5% em 2010.

Dada a evolução referida para o emprego em 2009 e 2010, metade dos países registaram variações negativas no emprego no período 2007-2010. De notar que a Espanha e a Irlanda, que registam os maiores crescimentos do emprego no período 2001-2010, são os que registam maior diminuição em 2007-2010.



Fonte: Eurostat Database

* quebra de série (2010)

** valor provisório (2004 a 2010)

*** valor estimado (2010)

INDICADOR: Taxa de Desemprego

Relação, em percentagem, entre a população desempregada (com idades entre 15 e 74 anos) e a população activa no mesmo escalão etário.

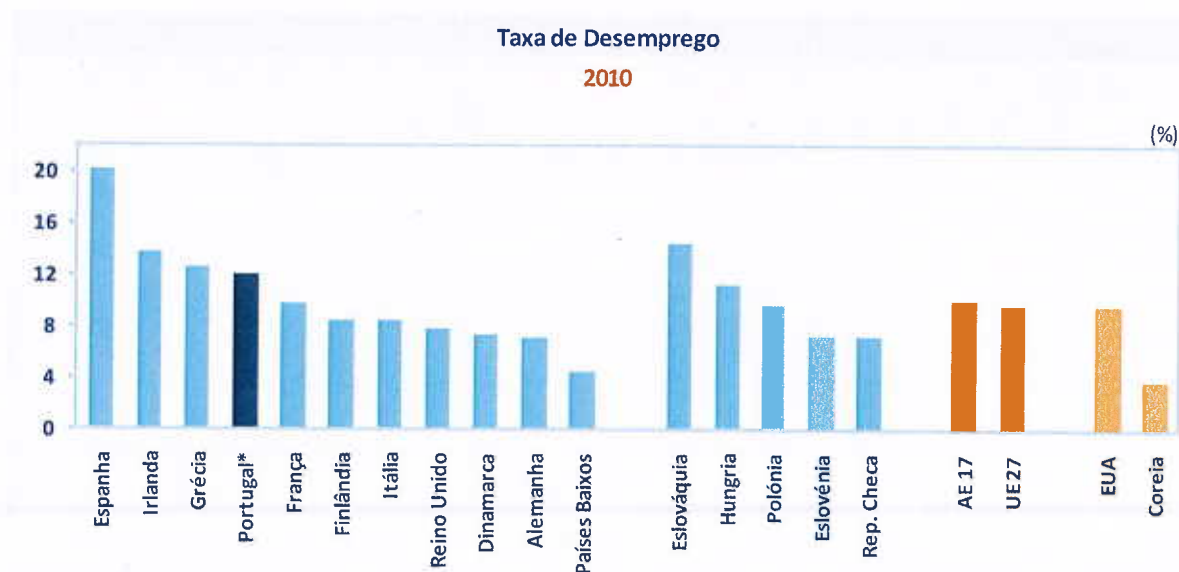
Em 2010 estima-se uma taxa de desemprego em Portugal de 12.0%, um agravamento de mais 1.4 p.p. do que no ano anterior e superior à média da UE em 2.3 p.p..

Na UE, as taxas de desemprego reduziram-se no período 2004-2008 em quase todos os países, tendo a média da UE passado de 9.2% em 2004 para 7.1 em 2008. Em 2009 e 2010, a situação inverteu-se com a taxa de desemprego a aumentar em todos os países da UE, com excepção em 2010, da Alemanha (-0.7 p.p.) e do Luxemburgo (-0.5 p.p.).

A taxa média de desemprego para a União Europeia aumentou em 2009 e 2010 em 2.6 p.p..

Entre os países considerados são de referir os aumentos da taxa de desemprego, em 2009 e 2010, na Espanha (+8.8 p.p.), Irlanda (+7.4 p.p.), Grécia (+4.9 p.p.) e Eslováquia (+4.9 p.p.). Os menores aumentos das taxas de desemprego em 2009 e 2010 registaram-se na França (+2.0 p.p.), Finlândia (+2.0 p.p.), Itália (+1.7 p.p.) e Países Baixos (+1.4 p.p.).

Em 2010, a taxa de desemprego nos EUA (9.6%) foi praticamente igual à da UE (9.7%).



Fonte: Eurostat Database; OCDE Database

* valor estimado

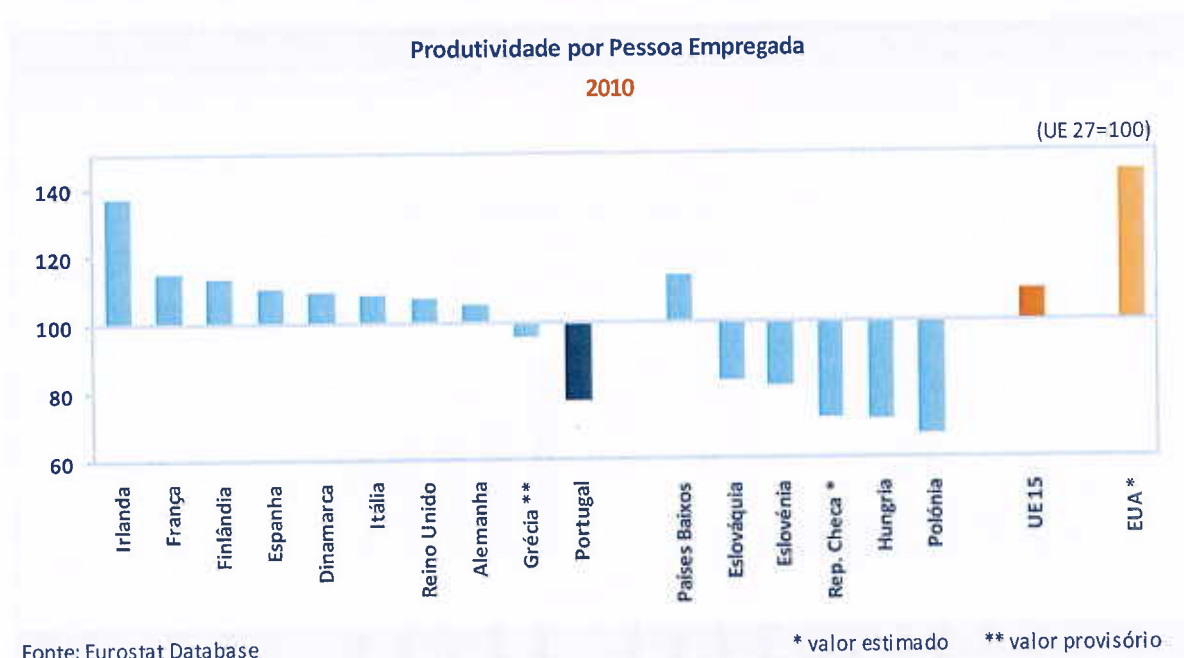
INDICADOR: Produtividade por Pessoa Empregada

Produto Interno Bruto (PIB), em paridades de poder de compra, por pessoa empregada, comparativamente com a média da UE (UE 27=100).

Em 2010, o índice de produtividade por pessoa empregada em Portugal relativamente ao valor base (média da UE 27 =100), foi de 77.3.

Trata-se do valor mais baixo no conjunto da UE 15, e no conjunto dos países do benchmarking, apenas superior aos valores relativos da República Checa, Hungria e Polónia.

No conjunto dos países da análise os níveis de produtividade registados variam entre 136.9 na Irlanda e 66.7 na Polónia.



INDICADOR: Variação da Produtividade do Trabalho

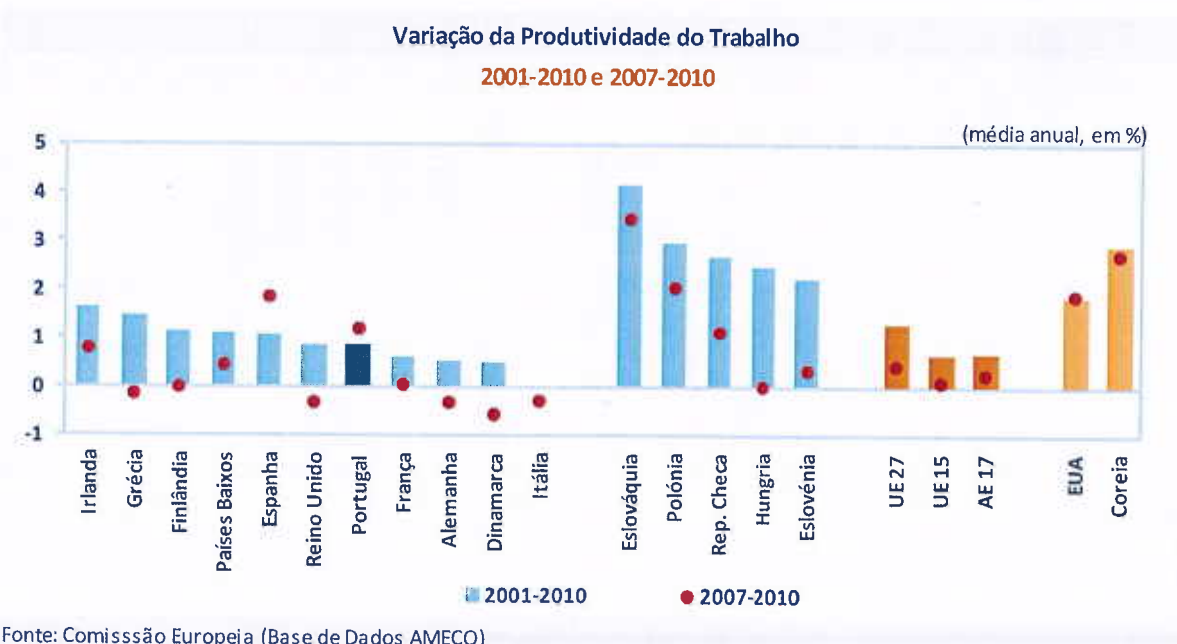
Variação do Produto Interno Bruto (PIB) por pessoa empregada, no total da economia, a preços constantes de 2000.

A Produtividade do Trabalho em Portugal registou, no período 2001-2010, uma variação média anual de 0.8% (1.3% na União Europeia). Esta variação média foi de 0.6% no período 2001-2006 (1.9% na UE) e de 1.2% no quadriénio 2007-2010 (0.5% na UE).

O crescimento da produtividade no período 2001-2010 em Portugal foi bastante baixo. No conjunto dos países considerados apenas foi superior ao registado na França, Alemanha, Dinamarca e Itália e, muito aquém dos crescimentos verificados nos novos Estados-membro.

No conjunto dos países do benchmarking é notório que, com excepção da Espanha e de Portugal, o crescimento da produtividade foi menor no período 2007-2010, do que no decénio 2001-2010.

No quadriénio 2007-2010 registaram-se mesmo, variações negativas da produtividade na Grécia, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca e Itália.



INDICADOR: "Grau de Abertura" da Economia

Média simples entre o peso das exportações e o peso das importações de bens e serviços no PIB, a preços correntes.

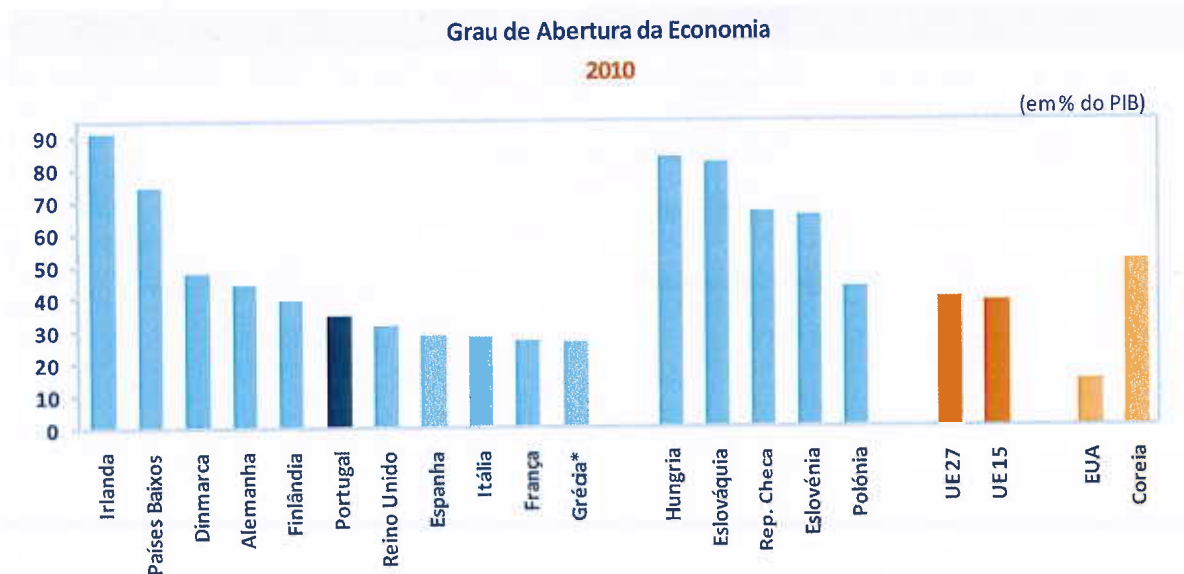
Em 2010, o "grau de abertura" da economia portuguesa medido segundo este indicador, foi de 34,5% (27,5% nos bens e 7,0% nos serviços).

Trata-se de um valor baixo no contexto das economias da UE de pequena dimensão, como a Irlanda (92%), a Hungria (83%), a Eslováquia (82%) e os Países Baixos (74%).

De notar algumas diferenças significativas neste indicador considerando os "bens" e os "serviços".

No caso dos bens, a Eslováquia (74%), Hungria (70%), Países Baixos (58%) e a República Checa (57%) registam os valores mais significativos. Nos serviços, cabem à Irlanda (50%), Dinamarca (19%), Países Baixos (16%) e Hungria (14%), os valores mais elevados.

No período 2005-2010, o "grau de abertura" em Portugal variou entre um mínimo de 31,8% em 2009 e um máximo de 37,5% em 2008. No contexto dos países considerados, neste período, as maiores variações verificaram-se na Irlanda (+16 p.p.), Hungria (+16 p.p.) e Países Baixos (+9 p.p.). De notar que no caso da Irlanda, o aumento se deveu aos serviços (+17 p.p.) tendo os bens diminuído (-1 p.p.).



Os dados agregados a nível comunitário incluem apenas o comércio extra-comunitário

Fonte: Eurostat; OCDE (Coreia)

* valor provisório

Indicadores de Enquadramento Macroeconómico

Inflação

Evolução Cambial

Taxa de Juro de Longo Prazo

Saldos das Administrações Públicas

INDICADOR: Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

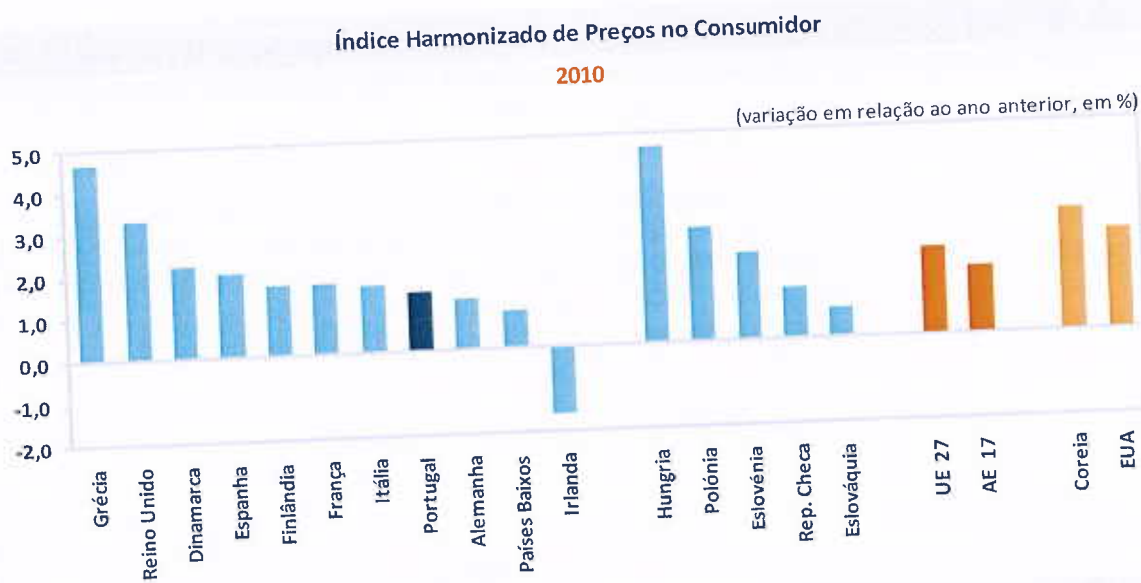
Mede a variação no tempo dos preços de um cabaz de bens e serviços representativo da estrutura de consumo, numa base comparável entre todos os Estados-membro da União Europeia.

Em 2010, a variação anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor em Portugal foi de +1.4%, valor próximo do verificado na Área Euro (+1.6%).

Na União Europeia, a Roménia (+6.1%), a Hungria (+4.7%) e a Grécia (+4.7%) foram os países que em 2010 registaram as maiores variações nos índices harmonizados de preços no consumidor. Neste ano, a Letónia (-1.2%) e a Irlanda (-1.6%) foram os únicos países da UE que registam variações negativas nos respectivos índices de preços.

Na maior parte dos países da UE a variação do IHPC nos bens foi superior à variação do IHPC global. Em Portugal, a variação do IHPC foi de +1.7% nos bens e de +1.0% nos serviços.

A taxa de inflação nos EUA em 2010 (2.4%) foi superior à da UE em 0.3 p.p. e à da Área Euro em 0.8 p.p..



Fontes: Eurostat (base de dados, Outubro 2011); OCDE (Coreia)

INDICADOR: Taxa de Câmbio Nominal Efectiva / Índice Cambial Ponderado

Para cada país (ou zona económica), a taxa de câmbio nominal efectiva resulta da média ponderada das taxas de câmbio com um grupo de países seus concorrentes, nos mercados doméstico e internacional. Utiliza-se como grupo de países concorrentes 36 países industrializados: os 27 membros da UE, EUA, Canadá, Japão, Suíça, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, México e Turquia.

Para os países da Área Euro, por não existirem taxas de câmbio entre eles, não se pode falar de taxa de câmbio efectiva, mas apenas de índice cambial ponderado, cujo conceito e fórmula de cálculo se mantêm idênticos a uma taxa de câmbio efectiva.

Quando superior a 100, significa uma apreciação da moeda desse país, ou seja, uma deterioração da sua posição competitiva pela via cambial em relação aos 36 países de referência, entre o ano de 1999 (ano de base) e 2010.

Entre 1999 (ano base) e 2010, a posição competitiva da economia portuguesa, em termos de competitividade-preço em relação ao referido grupo de países concorrentes deteriorou-se, pela via cambial, em 4.8%.

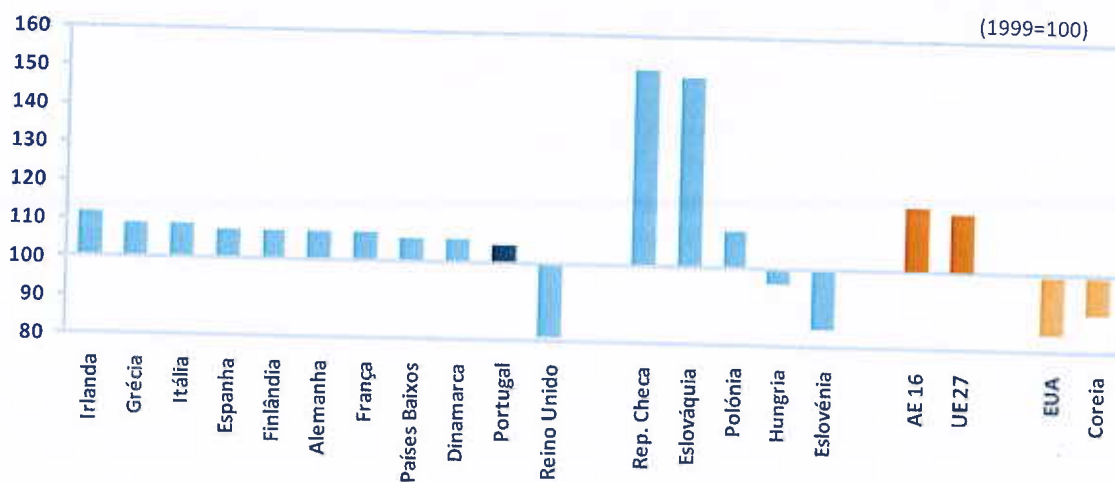
No seu conjunto, o Euro registou neste período uma significativa apreciação da sua taxa de câmbio efectiva em cerca de 17%. Nos Estados Unidos, a taxa de câmbio efectiva em relação ao grupo de países do indicador diminuiu cerca de 15.2% e na Coreia cerca de 10%.

Em 2010, comparativamente a 2009, a variação do índice cambial efectivo em Portugal foi de -2.0%.

A depreciação do índice cambial efectivo em 2010 verificou-se em todos os países da Área Euro sendo os valores mais elevados registados na Finlândia (-3.9%), Alemanha e Irlanda (-3.5%) e os mais baixos na Eslovénia (-1.9%), Portugal (-2.0%) e Eslováquia (-2.2%). Nos restantes países considerados, a Polónia (+6.2%), a República Checa (+2.5%) e o Reino Unido (+0.4%) registaram apreciações das suas taxas de câmbio efectivas. Esta taxa depreciou-se na Dinamarca (-3.9%) e na Hungria (-0.3%).

Taxa de Câmbio Nominal Efectiva - Índice Cambial Efectivo

2010



Fonte: Comissão Europeia, DG ECOFIN

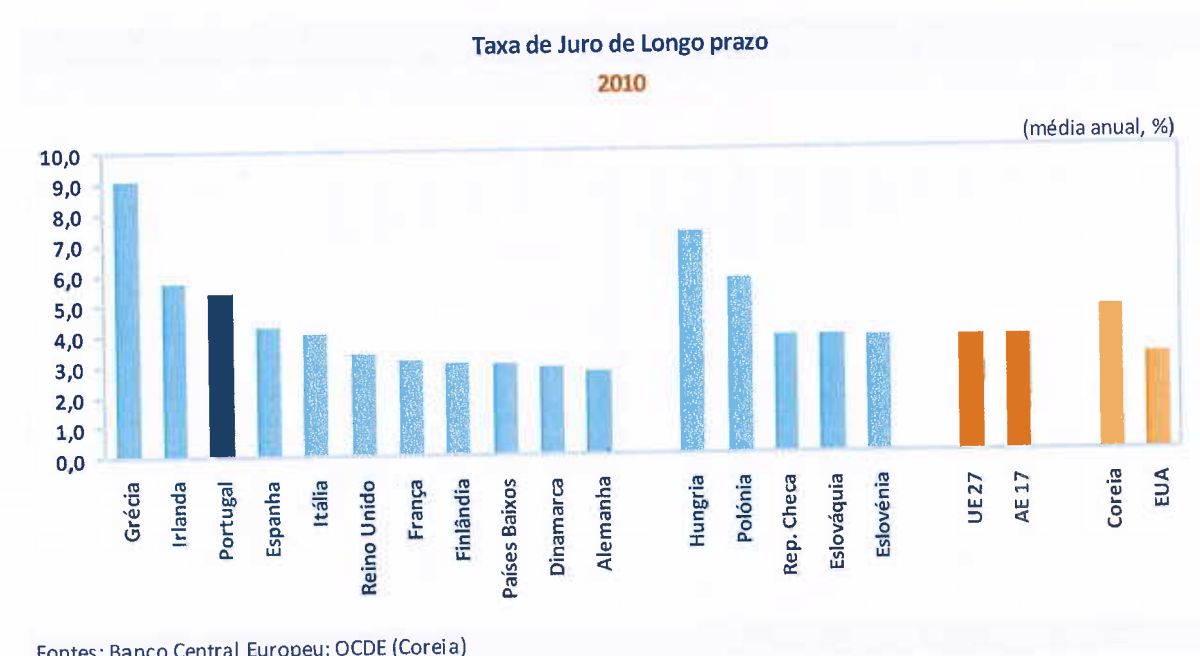
INDICADOR: Taxa de Juro de Longo Prazo

Taxa de juro média anual dos títulos da dívida pública do Governo Central a 10 anos.

Em 2010, a taxa de juro de longo prazo em Portugal foi de 5.4% (+ 1.6 p.p. que a média da Área Euro). Entre os países da Área Euro, a taxa mais elevada registou-se na Grécia (9.1%) e a mais reduzida na Alemanha (2.7%).

As taxas de juro de longo prazo, em 2010, desceram nos países da Área Euro, excepto na Grécia (+3.9 p.p.), Portugal (+1.2 p.p.), Irlanda (+0.5 p.p.) e Espanha (+0.3 p.p.).

A taxa de juro de longo prazo nos EUA foi de 3.2% em 2010. O diferencial entre estas taxas na Área Euro e nos EUA, passou de 0.8 p.p. em 2009, para 0.6 p.p..



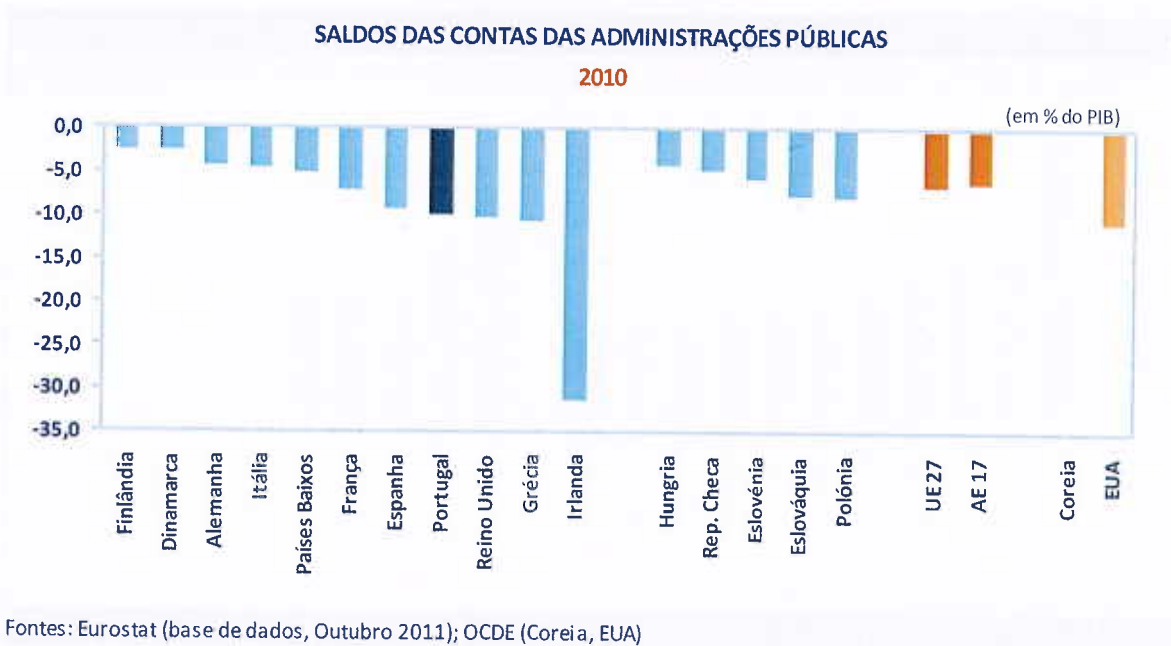
INDICADOR: Saldo das Contas das Administrações Públicas

Saldo global das contas das Administrações Públicas em percentagem do produto interno bruto (PIB).

Em Portugal, o saldo das contas das Administrações Públicas em 2010 equivalente a -9.8% do PIB foi ligeiramente inferior ao registado em 2009 (-10.1%).

Os saldos das contas públicas dos Estados-membro da UE continuaram a apresentar valores negativos em 2010, ainda que de menor dimensão que em 2009, excepto na Estónia (+0.2%) e na Suécia (+0.2%) que apresentam saldos positivos. Entre os saldos negativos de destacar, para além da Irlanda (-31.3%), a Grécia (-10.6%), Reino Unido (-10.3%), Portugal (-9.8%) e Espanha (-9.3%).

No conjunto da Área Euro, o saldo médio das contas das Administrações públicas desceu ligeiramente de -6.4% em 2009 para -6.2% em 2010 e na União Europeia de -6.9% para -6.6%.

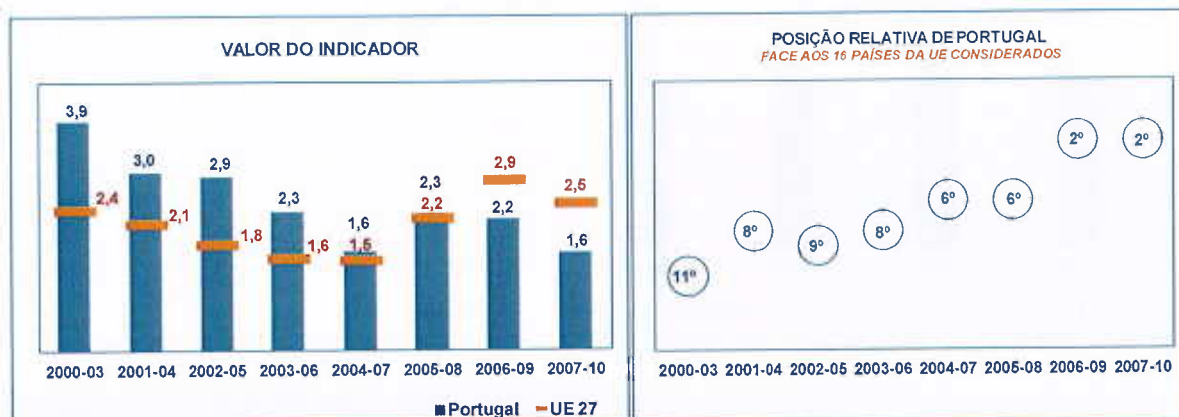


Benchmarking dos Indicadores 2003-2011

INDICADORES DE INPUT

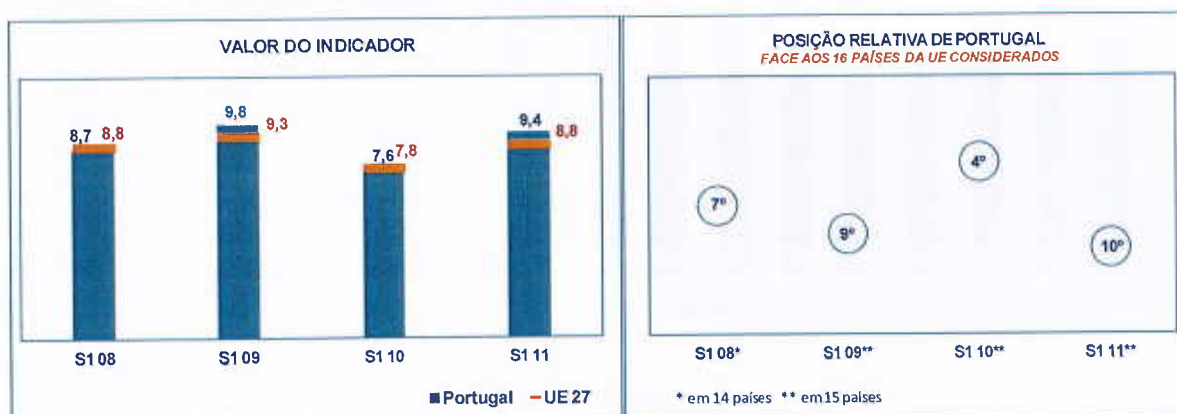
CUSTOS LABORAIS

Custos Unitários Nominais do Trabalho, Total da Economia (variação média anual)

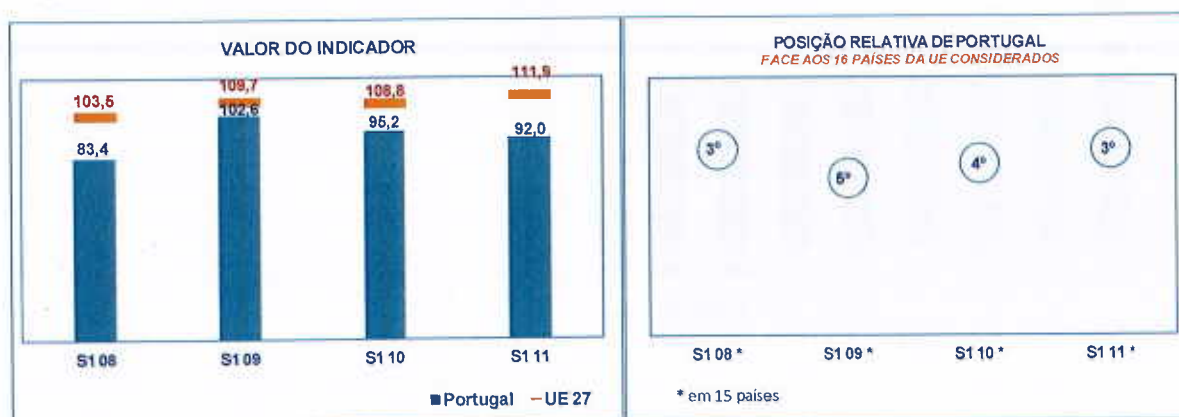


PREÇOS

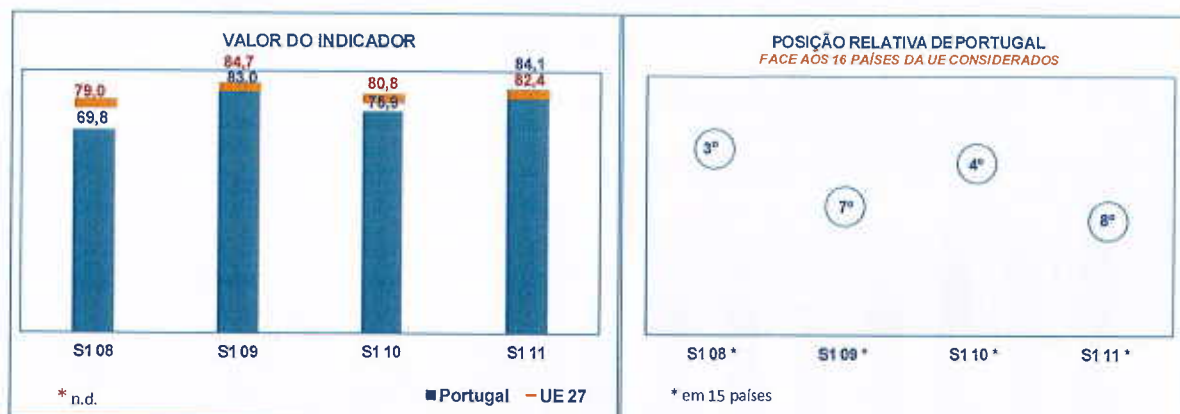
Preços de Gás (sem impostos) - Indústria (€/Gigajoule)



Preços de Electricidade (sem impostos) – Indústria – Pequenos Consumidores (€/MWh)

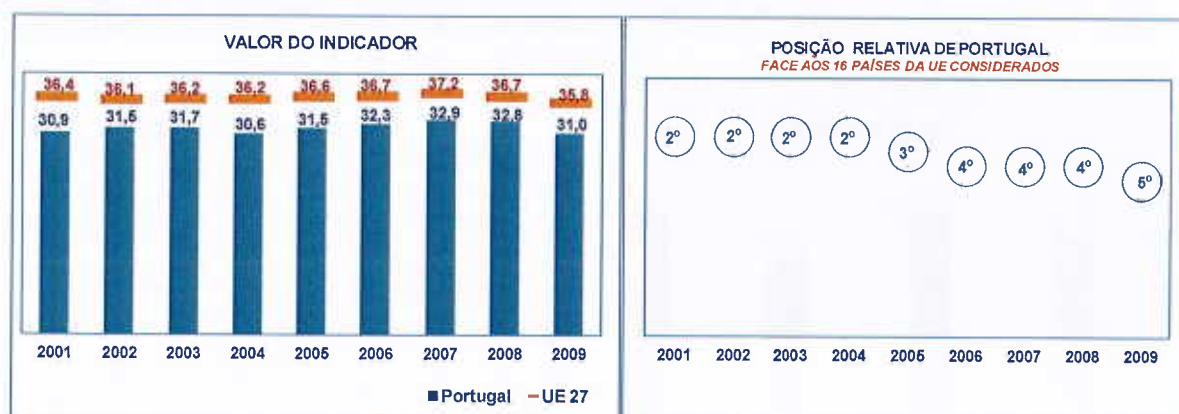


Preços de Electricidade (sem impostos) – Indústria – Grandes Consumidores (€/MWh)

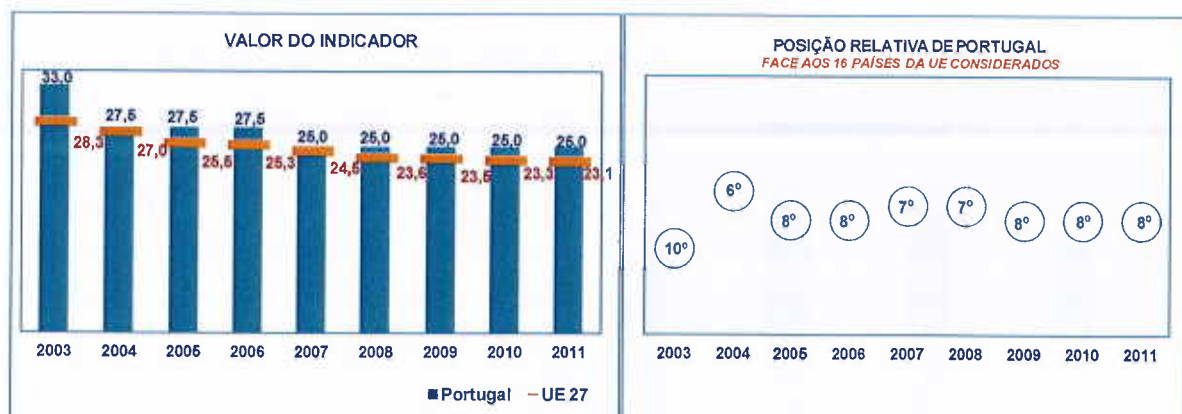


FISCALIDADE

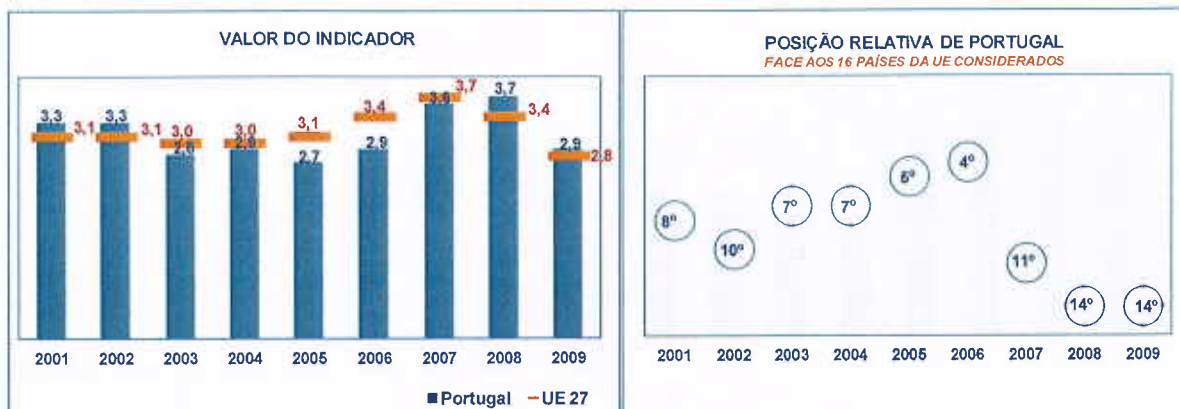
Receitas Fiscais (em % do PIB)



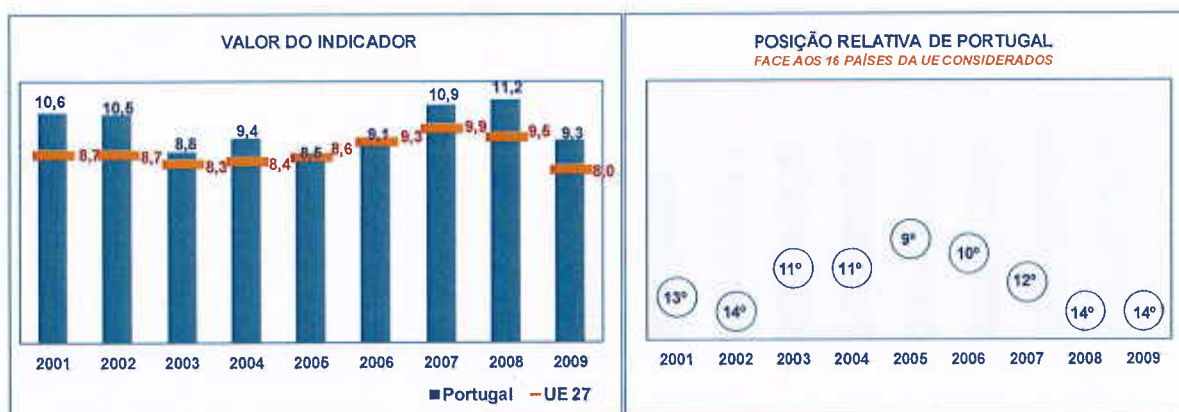
Taxa Nominal de Imposto sobre o Rendimento das Empresas (%)



Receitas de Impostos sobre o Rendimento das Empresas (em % do PIB)

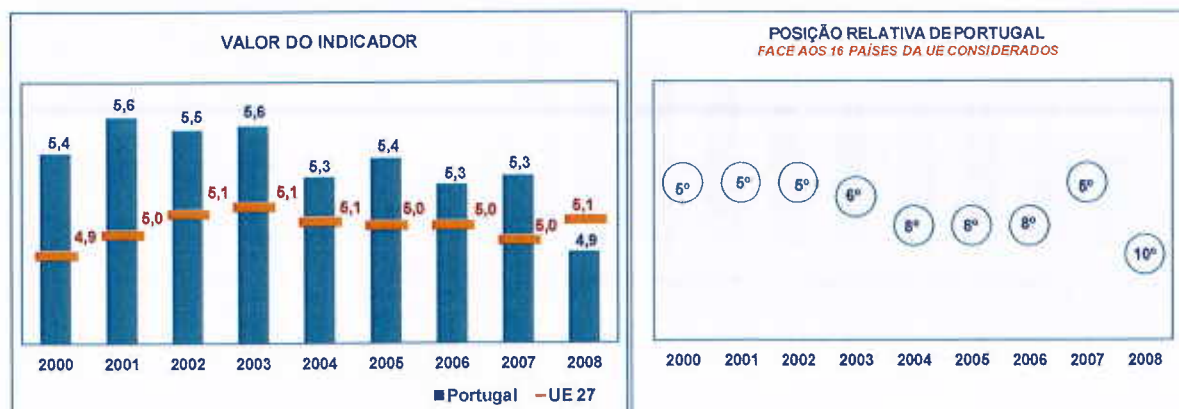


Receitas de Impostos sobre o Rendimento das Empresas (em % das receitas fiscais)

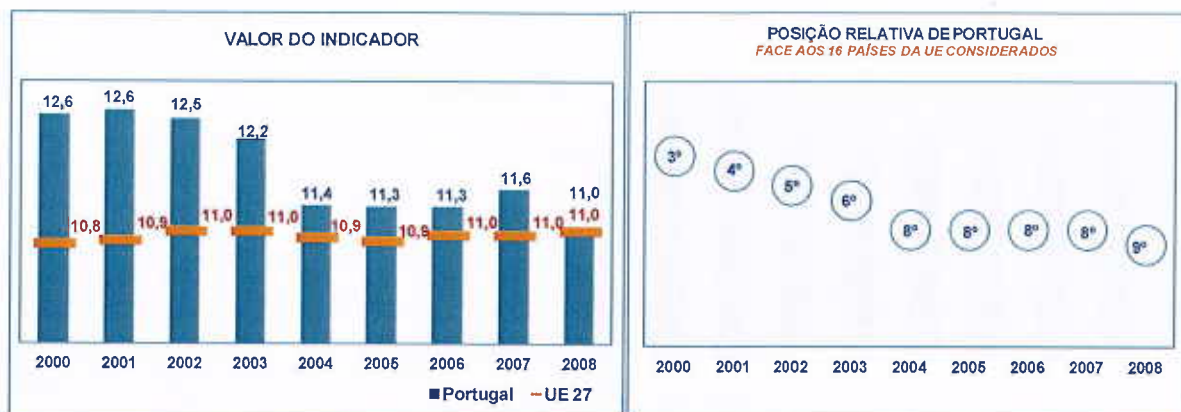


EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

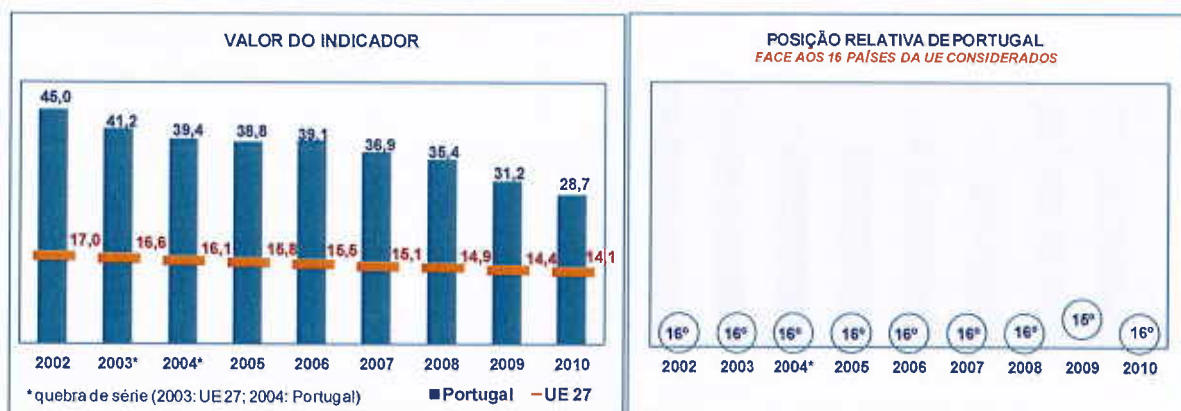
Despesas Públicas em Educação (% do PIB)



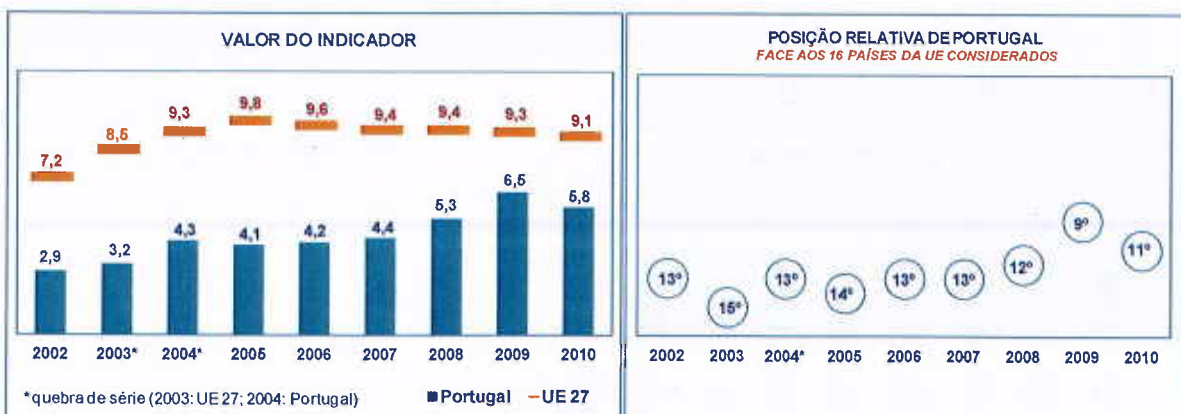
Despesas Públicas em Educação (% das despesas públicas totais)



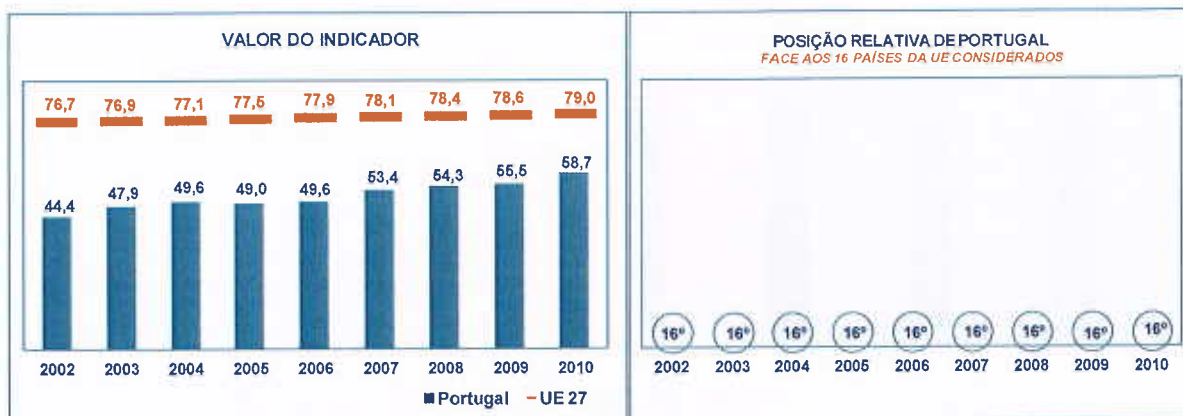
Abandono Escolar Precoce (% população 18-24 anos)



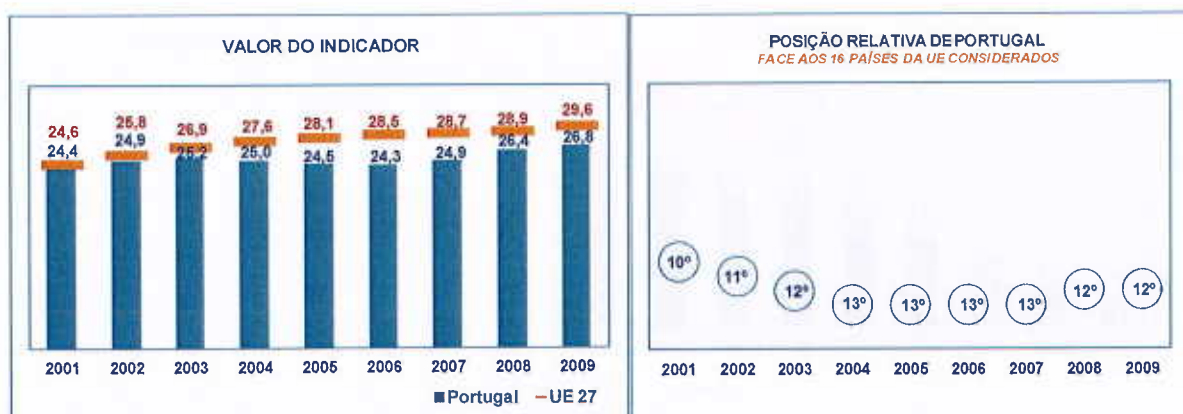
Aprendizagem ao Longo da Vida (% da população 25-64 anos)



Jovens (20-24 anos) que concluíram pelo menos o ensino secundário (% da população 20-24 anos)

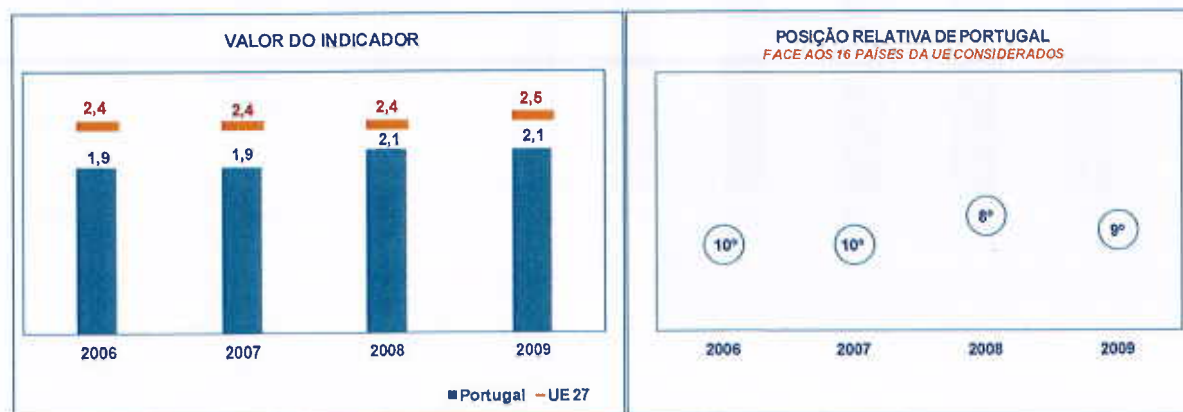


Estudantes no Ensino Superior (% da população 20-29 anos)

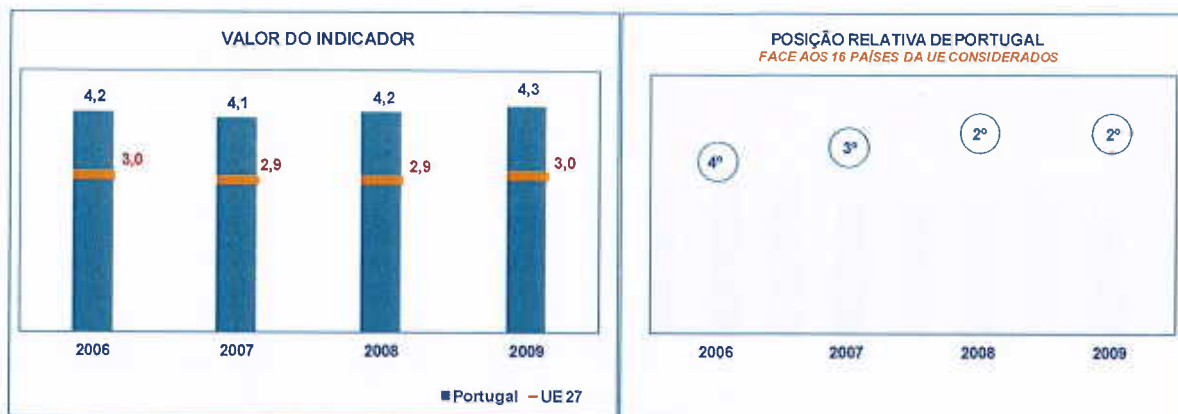


SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

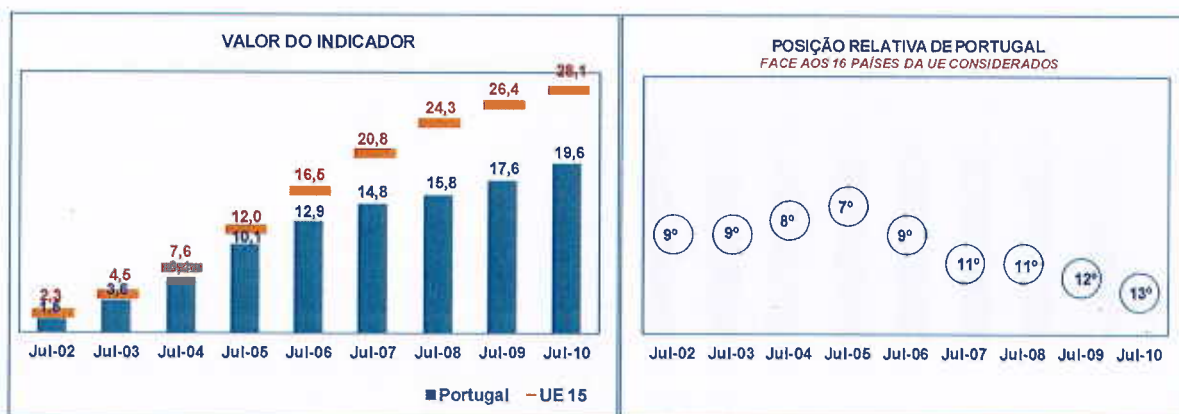
Despesas em Tecnologias de Informação (% do PIB)



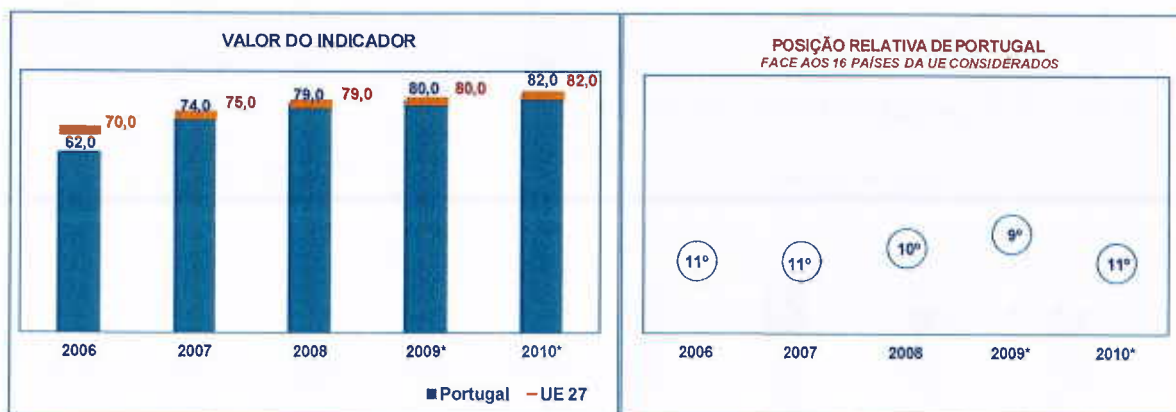
Despesas em Tecnologias de Comunicação (% do PIB)



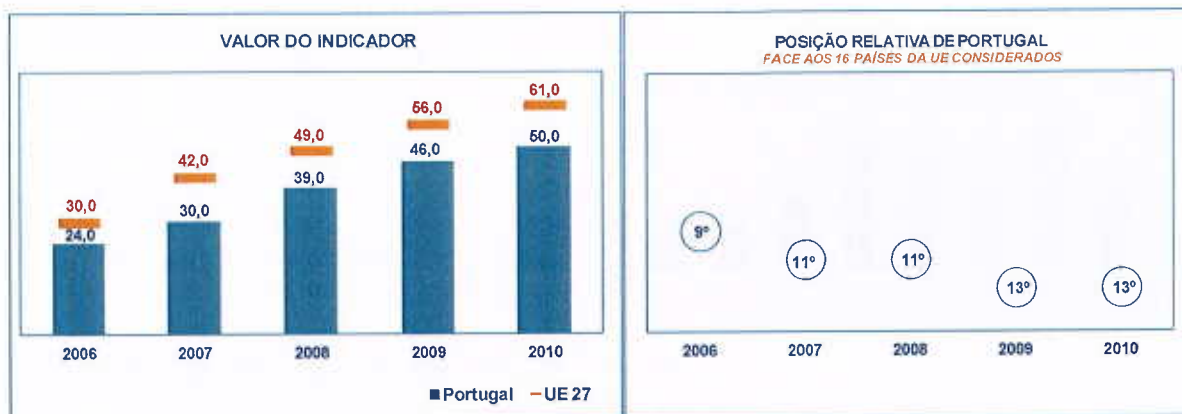
Taxa de Penetração da Banda Larga (por 100 habitantes)



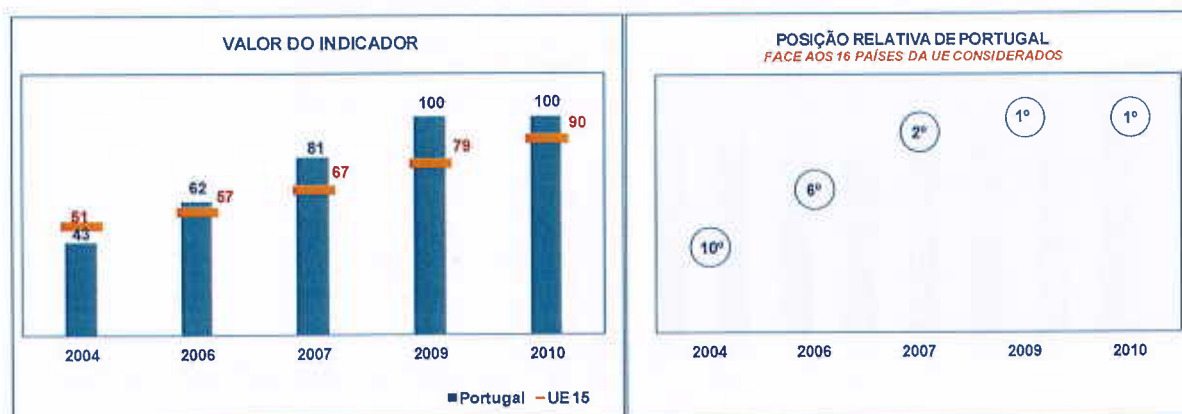
Nível de acesso à Internet em banda larga – pequenas empresas (%)



Nível de acesso à Internet em banda larga - famílias (%)

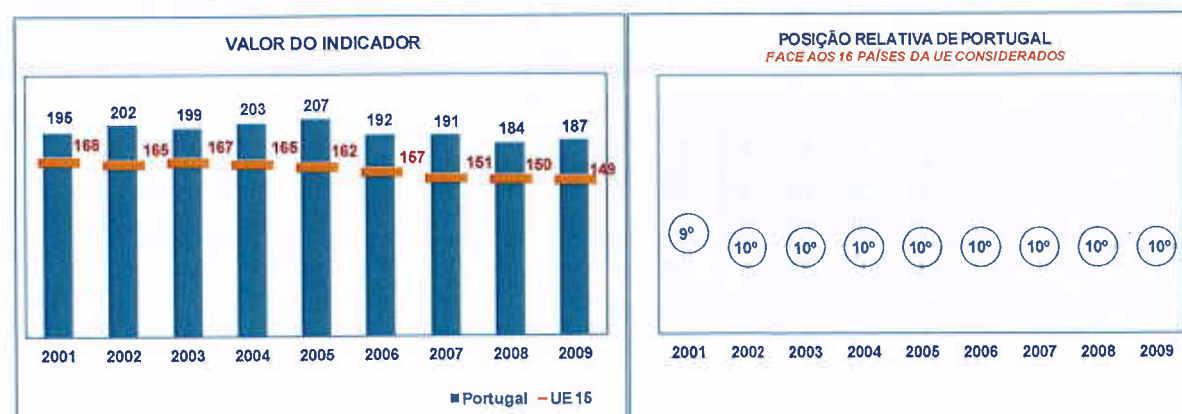


e-Government - Grau de Disponibilização (%)

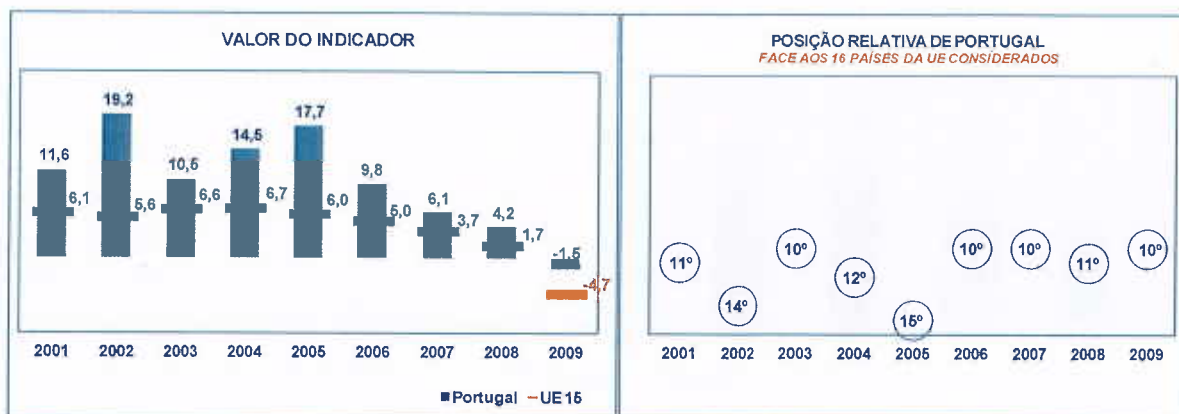


AMBIENTE E ENERGIA

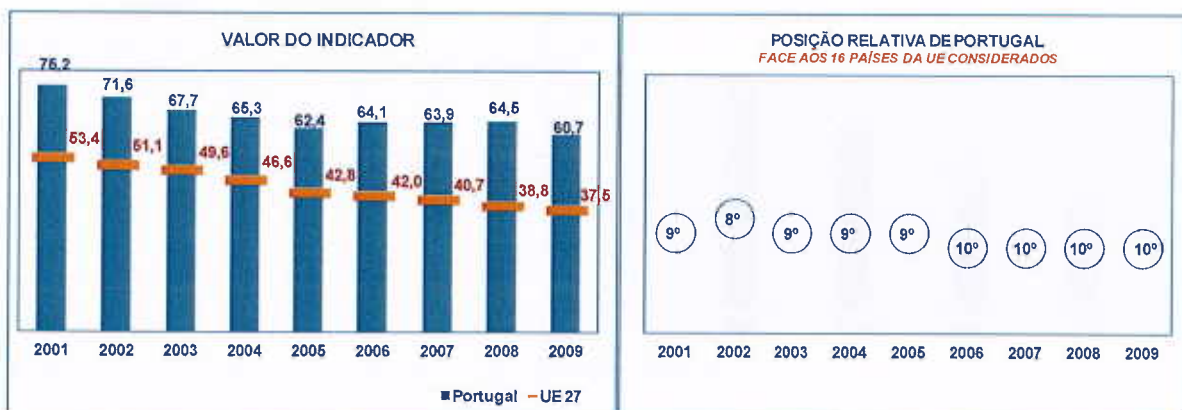
Intensidade Energética da Economia (kgep por 1000 euros)



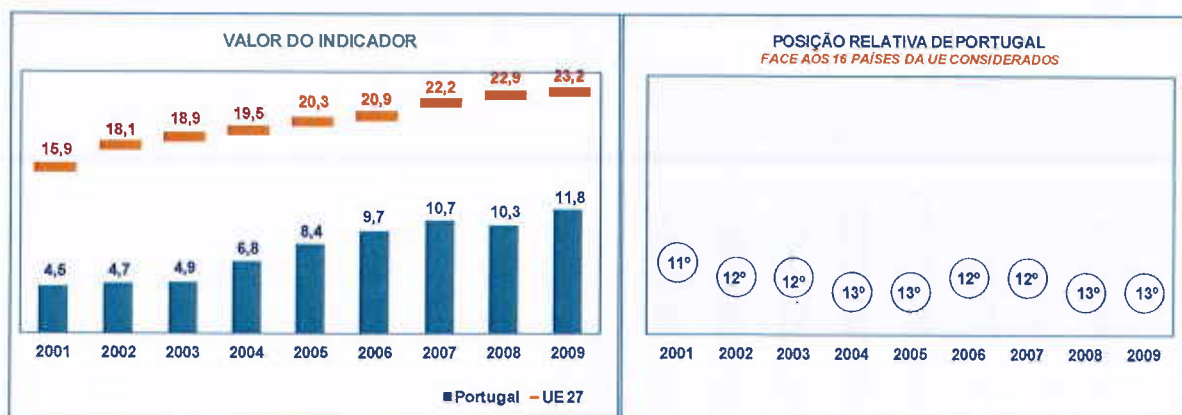
Emissão de Gases com Efeito de Estufa (Diferença face às metas de Quioto)



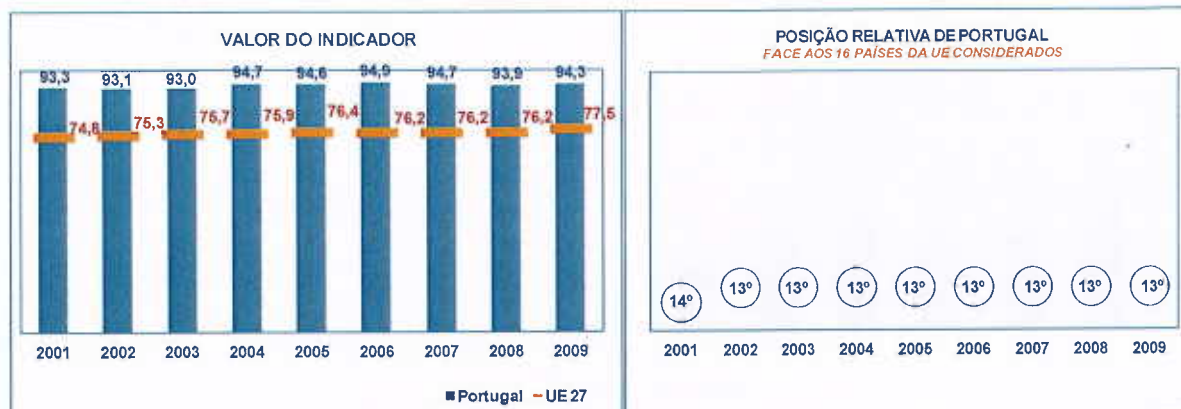
Resíduos Sólidos Urbanos – Deposição em aterro (em % do total dos RSU recolhidos)



Resíduos Sólidos Urbanos - Reciclagem de materiais (em % do total dos RSU recolhidos)

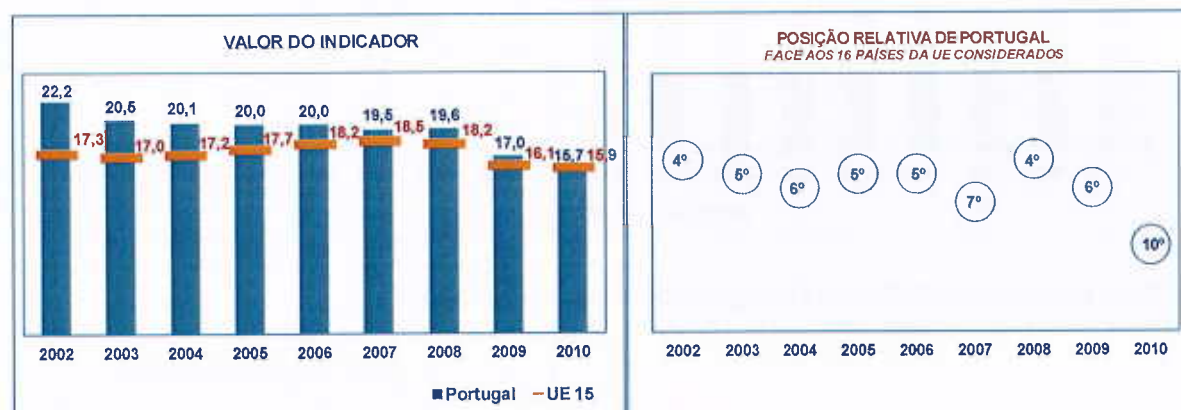


Transporte Rodoviário de Mercadorias (em toneladas - Km)

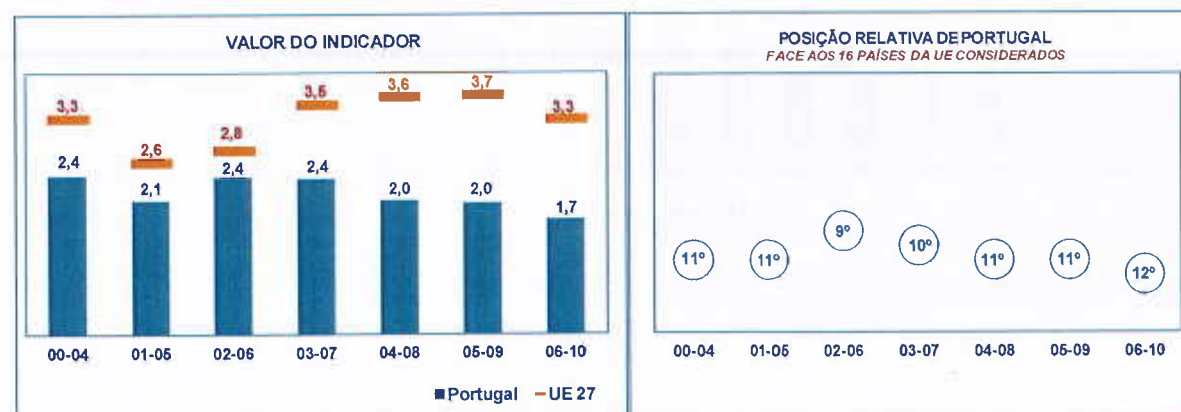


Investimento

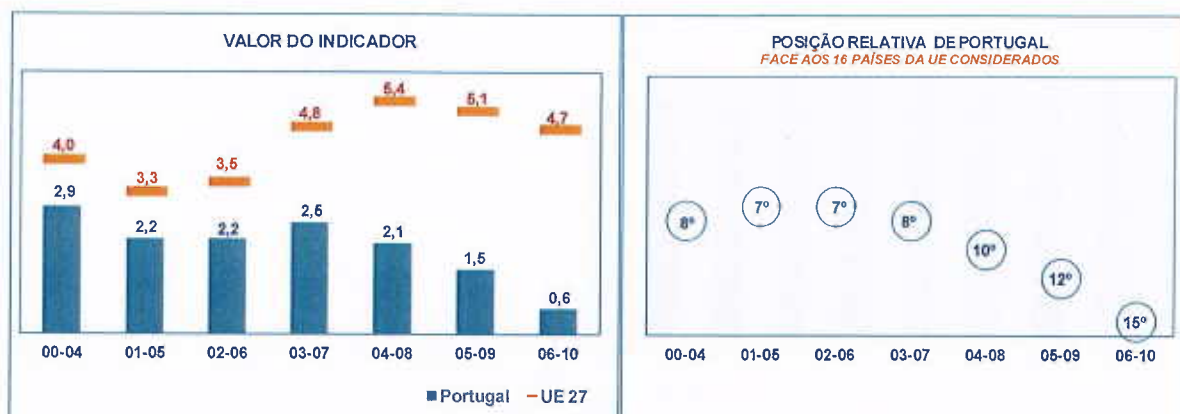
Formação Bruta de Capital Fixo do Sector Privado (em % do PIB)



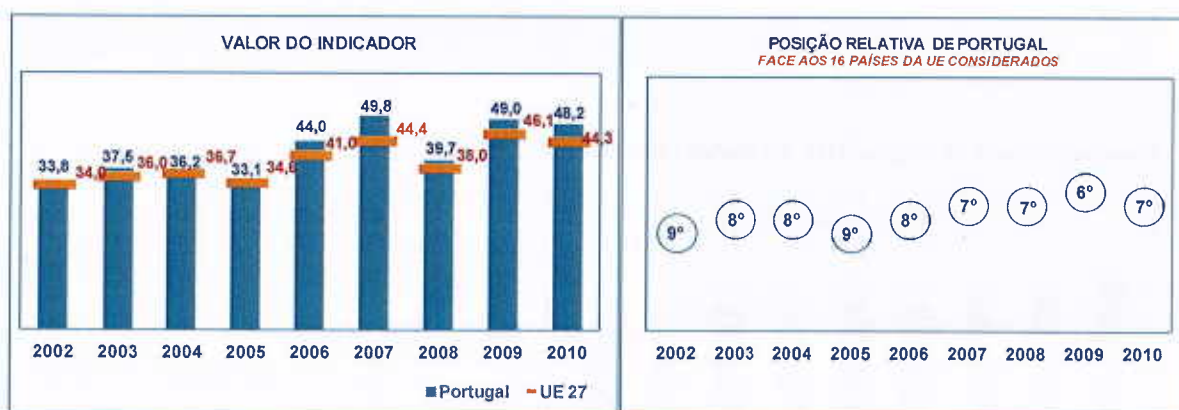
Fluxos de Investimento Directo Estrangeiro - Inflows (média anual, em % do PIB)



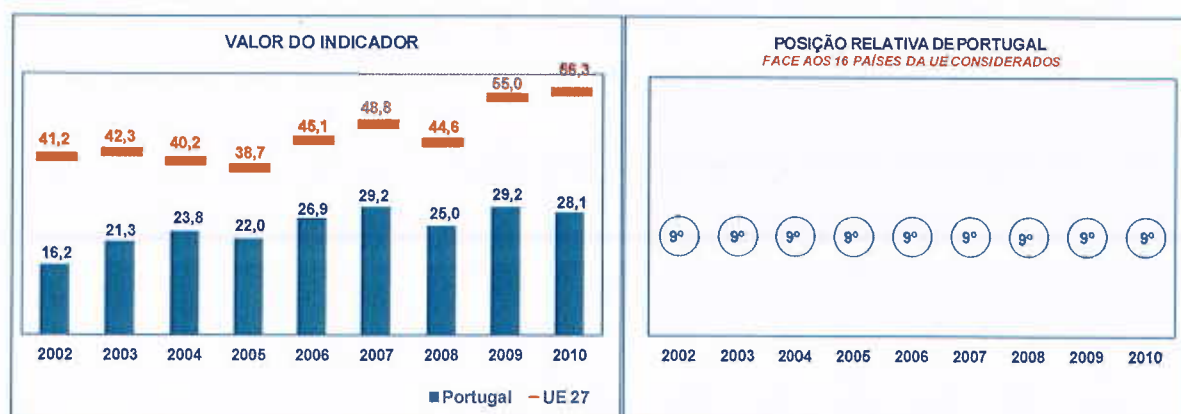
Fluxos de Investimento Directo Estrangeiro - Outflows (média anual, em % do PIB)



Stock de Investimento Directo Estrangeiro Inward (em % do PIB)

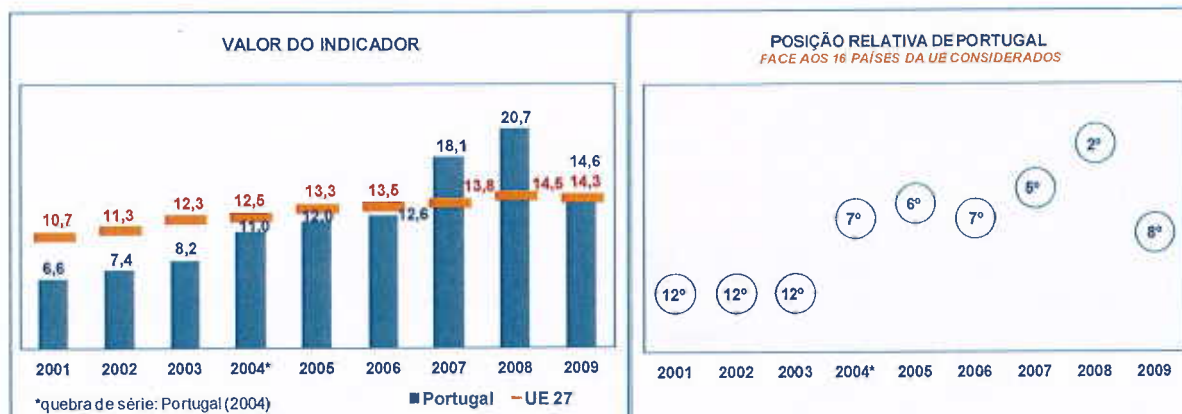


Stock de Investimento Directo Estrangeiro Outward (em % do PIB)

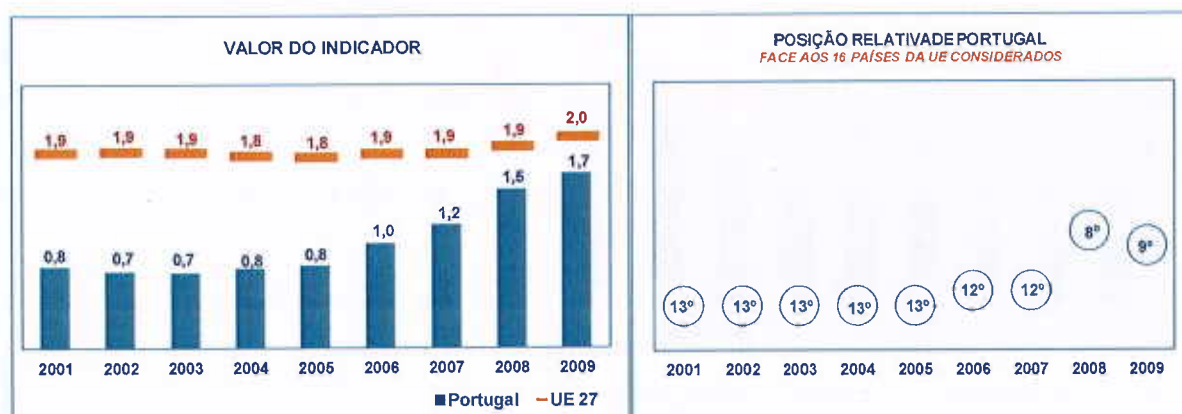


I&D

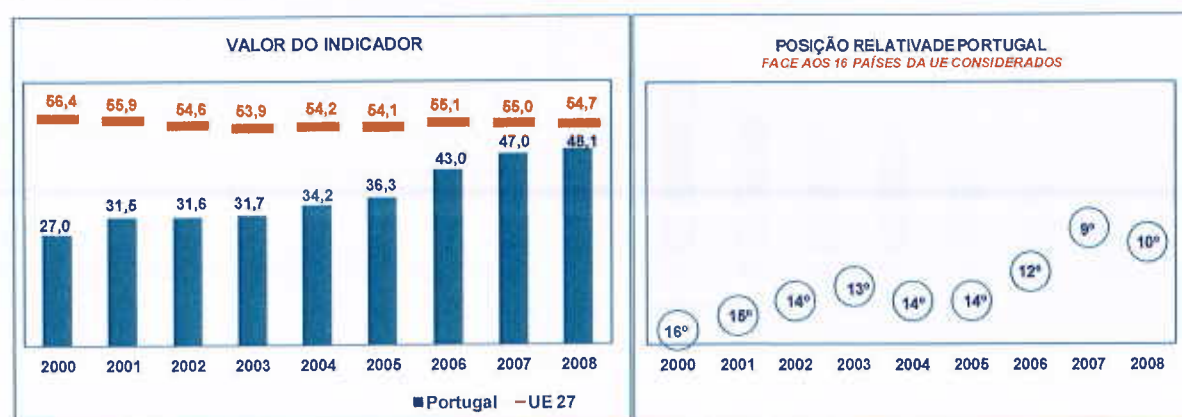
Licenciados em Ciência e Tecnologia (por 1000 habitantes no escalão etário 20-29 anos)



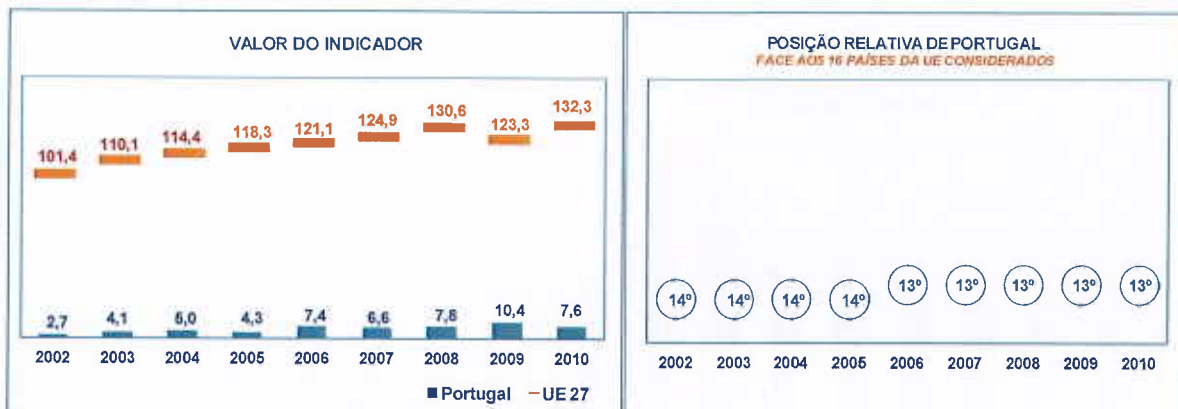
Despesas em Investigação & Desenvolvimento (% do PIB)



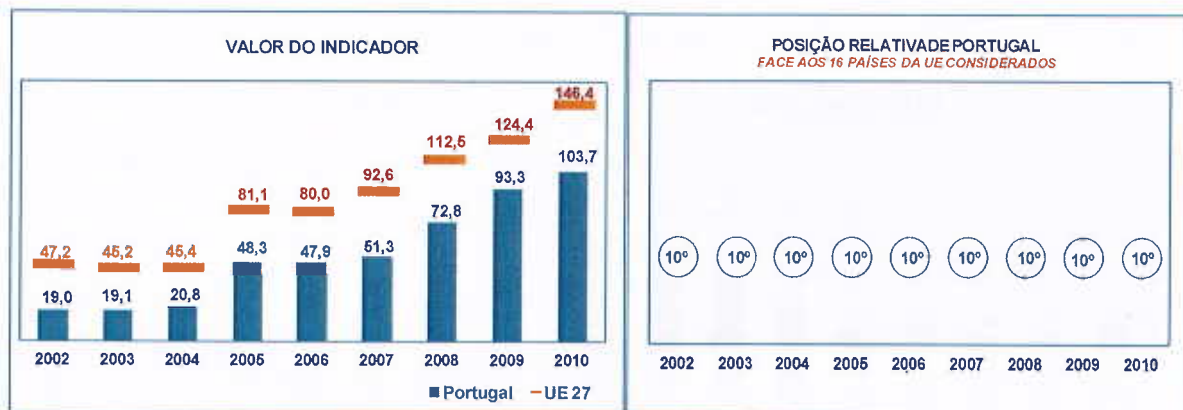
Despesas em I&D financiadas pelo Sector Privado (empresas) (% das despesas totais em I&D)



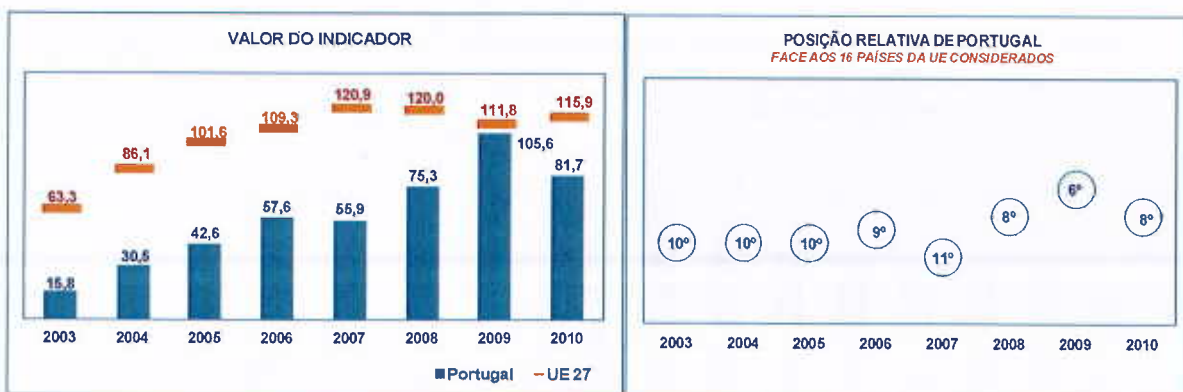
Patentes Europeias (por milhão de habitantes)



Marcas Comunitárias (por milhão de habitantes)

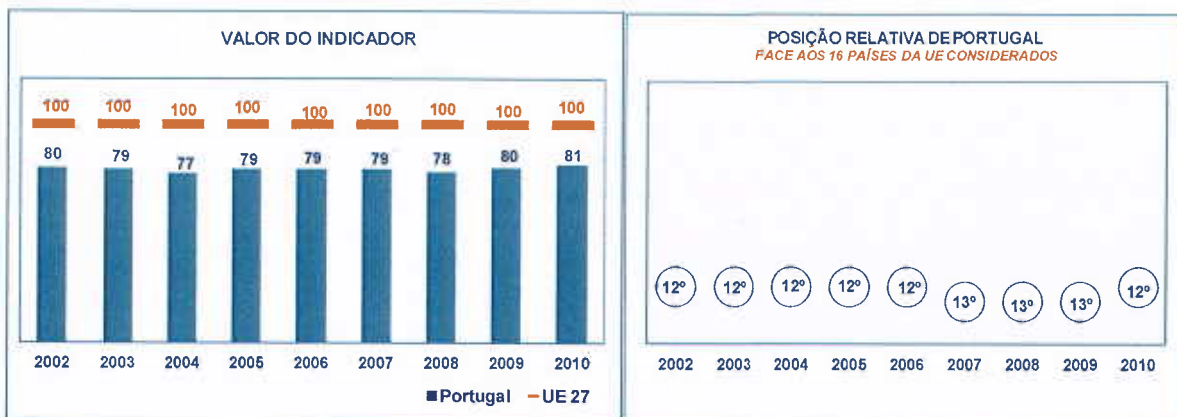


Designs Comunitários (por milhão de habitantes)

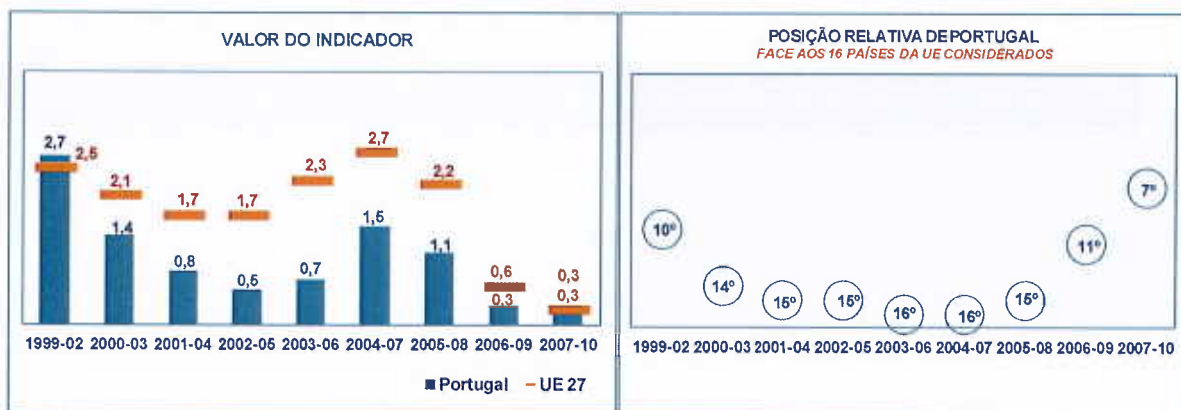


INDICADORES DE OUTPUT

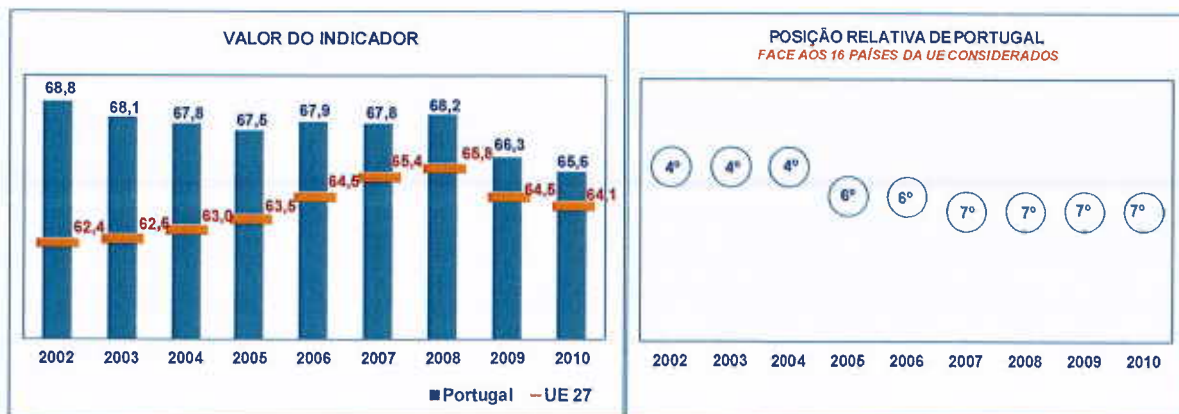
Produto Interno Bruto per capita (UE 27=100)



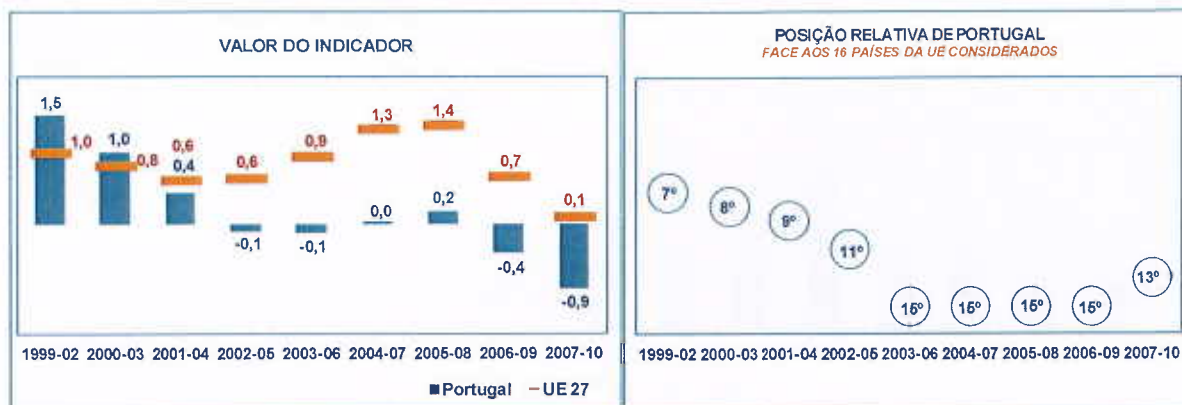
Produto Interno Bruto (taxa de variação em volume)



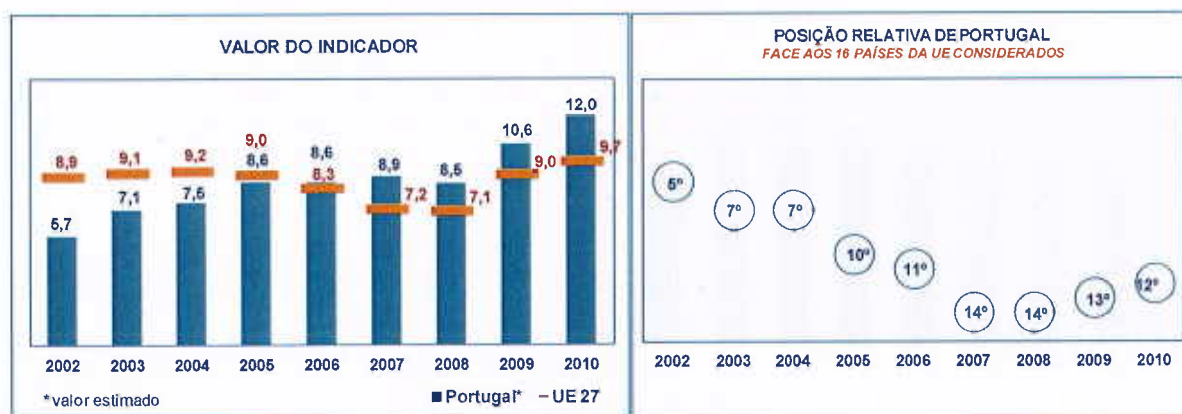
Taxa de Emprego (%)



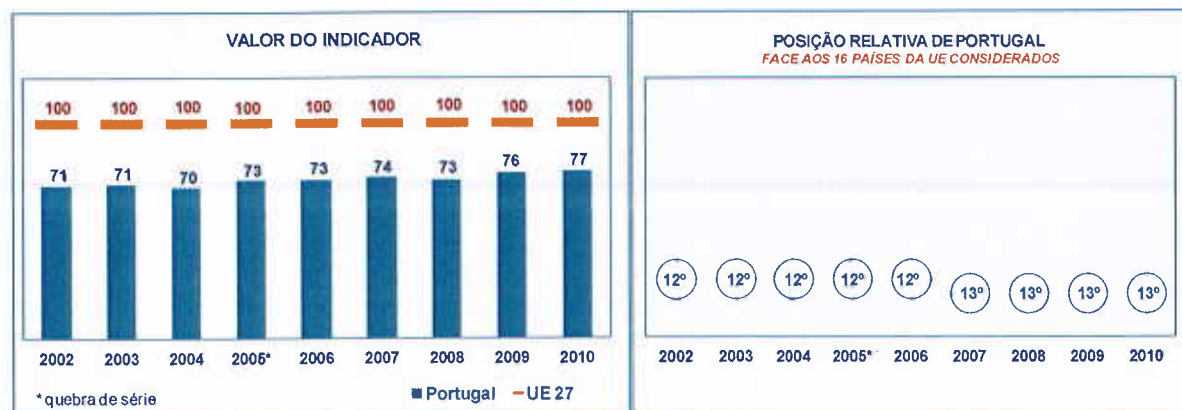
Criação de Emprego (variação média anual)



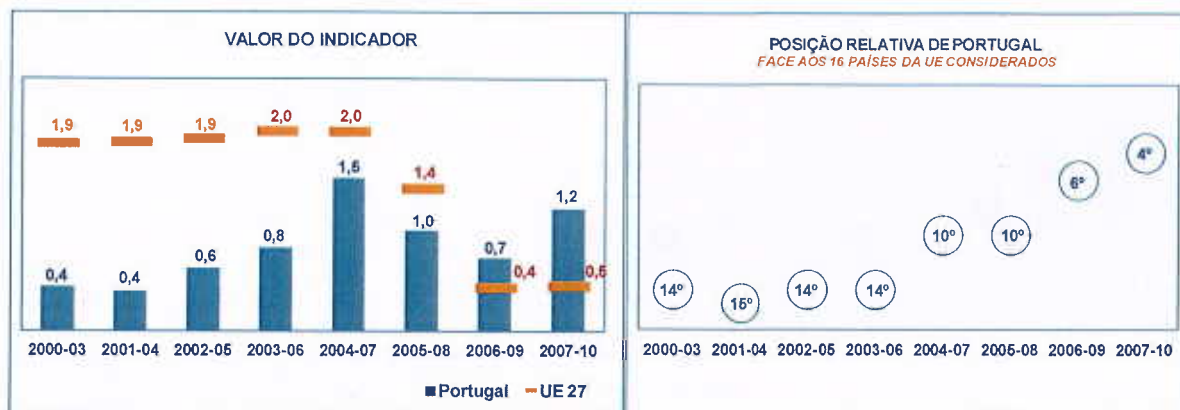
Taxa de Desemprego (%)



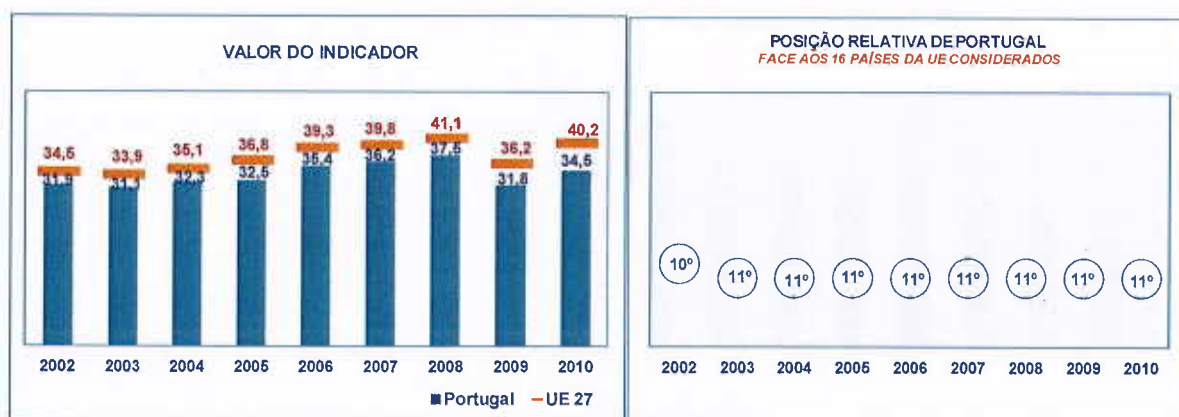
Produtividade por Pessoa Empregada (UE 27=100)



Variação da Produtividade do Trabalho (variação média anual)



Grau de Abertura da Economia (% do PIB)



INDICADORES DE COMPETITIVIDADE - INPUT'S

Indicador		Portugal	UE	Melhor X UE		Pior X UE		Posição			Observações
				Evolução	Regressão	PT	Topo	Último			
Sociedade de informação											
Despesas em tecnologia de informação (% PIB)											
Despesas em tecnologia de comunicação (% PIB)											
Taxa penetração banda larga acesso fixo (100h)											
Taxa penetração banda larga acesso móvel											
Nível acesso à internet banda larga das peq. empresas											
Grau de disponibilização on-line serviços públicos											
Ambiente e energia											
Intensidade energética											
Consumo energia											
- Fonte petróleo e produtos petrolíferos											
- Energias renováveis											
Emissão de gases com efeito de estufa											
- Redução face a 2008											
- Diferença face às metas de Quioto											
RSU											
- Recolha											
- Reposição em aterros											
- Reciclagem de materiais											
Transporte rodoviário mercadorias											
Investimento											
FBCF privado em % PIB											
Fluxo IDE em % PIB (inflow)											
Fluxo IDE em % PIB (outflow)											
Stock de IDE - Portugal (inward)											
Stock de IDE no exterior (outward)											
I&D e Inovação											
Licenciado em ciência e tecnologia (20-29)											
Despesas em I&D % PIB											
Despesas públicas em I&D em % despesas totais em I&D											
Patentes europeias											
Marcas registadas											
Design registados											
Capital risco											
- Start-up's											
- Expansão											

